

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PÚBLIO MATHEUS SOUZA VERONA

***COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES: VISÕES E
REFLEXÕES SOBRE AS NORMAS VIGENTES E O APRENDIZADO POR
COMPETÊNCIAS***

**Rio de Janeiro
2024**

PÚBLIO MATHEUS SOUZA VERONA

***COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES: VISÕES E
REFLEXÕES SOBRE AS NORMAS VIGENTES E O APRENDIZADO POR
COMPETÊNCIAS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: MARCELO CASTAÑEDA DE ARAÚJO

**Rio de Janeiro
2024**

FOLHA DE APROVAÇÃO

PÚBLIO MATHEUS SOUZA VERONA

COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES: VISÕES E
REFLEXÕES SOBRE AS NORMAS VIGENTES E O APRENDIZADO POR
COMPETÊNCIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Ciências Contábeis.

Aprovada em 24/04/2024 por:

MARCELO CASTAÑEDA DE ARAÚJO, DOUTOR E PROFESSOR NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

FERNANDA FILGUEIRAS SAUERBRONN, DOUTORA E PROFESSORA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

ELISABETH DE OLIVEIRA VENDRAMIN, DOUTORA E PROFESSORA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS

FICHA CATALOGRÁFICA

V475c Verona, Públio Matheus Souza.
 Competências contábeis na percepção dos docentes: visões e reflexões sobre as
 normas vigentes e o aprendizado por competências / Públio Matheus Souza
 Verona. - 2024.
 122 f.

 Orientador: Marcelo Castaneda de Araújo.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências
 Contábeis, 2024.
 Bibliografia: f. 107 –120.

 1. Ensino superior. 2. Ciências Contábeis. 2. Competência profissional. I.
 Araújo, Marcelo Castaneda de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
 Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 378

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

AGRADECIMENTOS

O mestrado não é um percurso fácil para aqueles que o escolhem. No entanto, considerando todas as suas etapas, desde o início com o cumprimento das disciplinas até a fase de pesquisa e de elaboração da dissertação, este certamente é o momento mais significativo. É o momento de agradecer àqueles que foram responsáveis por me ajudar a alcançar um objetivo e realizar um sonho.

Este período foi caracterizado por experiências incríveis, troca de conhecimentos e um processo de formação pessoal e profissional fundamental em minha vida. Contudo, como em qualquer ciclo da existência, enfrentei dificuldades, incertezas, momentos de ansiedade, nervosismo, afastamento e dedicação. Foram momentos nos quais algumas pessoas foram essenciais para superar esses desafios e para que eu alcançasse a titulação de mestre em Ciências Contábeis.

Agradeço a Deus por sempre acompanhar e abençoar minha vida, proporcionando oportunidades incríveis.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Márcia, por serem exemplos, inspiração, amor e força em todos os momentos.

Agradeço à minha companheira, Rafaela, por ser meu porto seguro, por todo o amor e companheirismo, por compartilharmos sonhos e lutarmos juntos para que sejam realizados.

Agradeço também a toda minha família, representada pelos anfitriões João de Souza, Carlos Verona, Sônia Verona (*in memoriam*) e Maria Souza, por ser o pilar da minha vida.

Agradeço aos amigos pela parceria, risadas e momentos de felicidade juntos, que fizeram com que este ciclo pudesse ser encarado com mais leveza.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo, por toda a atenção, compreensão, dedicação, ensinamentos, acompanhamento e inspiração nesta pesquisa.

Também expresso minha gratidão à banca de qualificação, representada pelas professoras Dra. Fernanda Filgueiras Sauerbronn e Dra. Elisabeth de Oliveira Vendramin, cujas contribuições foram fundamentais para uma mudança de rumo na pesquisa e no direcionamento para este tema.

Agradeço a UFRJ, instituição exemplar, por garantir uma educação pública e gratuita de qualidade em busca do desenvolvimento social e da diminuição das desigualdades por meio do ensino, da ciência e pesquisa.

Não posso deixar de mencionar o Fluminense F.C. nos agradecimentos. Embora possa parecer sem sentido à primeira vista, o amor por essa instituição foi uma das razões que me impulsionou a percorrer tantos quilômetros e horas de distância de casa para enfrentar este desafio.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, a qual foi fundamental para a conclusão do curso.

E, por fim, expresso meu profundo agradecimento a todas as pessoas que fizeram parte desta jornada.

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

RESUMO

VERONA, Públio Matheus Souza. **Competências contábeis na percepção dos docentes:** visões e reflexões sobre as normas vigentes e o aprendizado por competências. Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O debate sobre o conceito de competência iniciou-se na década de 1970, primeiramente no âmbito empresarial. Posteriormente, estendeu-se ao ambiente escolar e acadêmico. Competência pode ser entendida como a utilização de conhecimentos, habilidades e atitudes que visam atingir algum objetivo. No contexto da educação, a pedagogia do aprendizado por competências pode oferecer respostas para os questionamentos relacionados ao processo de formação do profissional. Nesse cenário, a pesquisa realizada e aqui apresentada tem como objetivo compreender as percepções dos docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do estado de Minas Gerais quanto ao desenvolvimento de competências exigidas pelas normas nacionais e internacionais. No panorama internacional da educação contábil e preparação dos futuros contadores, o IAESB foi responsável por criar padrões educacionais denominados International Education Standards (IES). No Brasil, destacam-se os direcionamentos apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que estabelecem normas de funcionamento, duração, exigências e formação de competências profissionais para todos os cursos superiores no país. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com nove docentes em Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Os resultados obtidos, após análise de conteúdo *a priori* das entrevistas, sugerem que as instituições têm conseguido desenvolver bem seus alunos no que tange às competências técnicas, mais voltadas às questões de contabilidade em si. A grande preocupação e sugestão de melhoria giram em torno das competências não técnicas, como comunicação, autonomia, criticidade, organização e proatividade. No que diz respeito à análise quanto à contribuição do aprendizado por competências no processo de formação dos alunos, os entrevistados enfatizaram a importância do método, acreditando que ele seja uma

metodologia eficiente e relevante nesse processo de construção da identidade profissional. Apesar disso, os participantes acreditam que há um caminho a ser percorrido para que essa pedagogia se torne um consenso e possa ser totalmente efetiva. As limitações do presente estudo estão relacionadas à compreensão dos sujeitos da pesquisa ao responderem à entrevista, no que diz respeito aos conteúdos que o tópico-guia busca abordar. Por fim, sugerem-se futuros estudos que visem analisar a percepção dos demais sujeitos envolvidos no processo de formação no âmbito contábil, bem como a realização de estudos quantitativos.

Palavra-chave: Competências; Educação Contábil; Aprendizado por competências.

ABSTRACT

VERONA, Públio Matheus Souza. **Competências contábeis na percepção dos docentes:** visões e reflexões sobre as normas vigentes e o aprendizado por competências. Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The debate on the concept of competence began in the 1970s, first in the business world. Later, it spread to the school and academic environment. Competence can be understood as the use of knowledge, skills and attitudes to achieve a goal. In the context of education, the pedagogy of competency-based learning can provide answers to questions related to professionals' training process. In this scenario, the research carried out and presented here aims to understand the perceptions of professors from public and private Higher Education Institutions in the state of Minas Gerais regarding the development of competencies required by national and international standards. In the international context of accounting education and preparation of future accountants, the IAESB was responsible for creating the so-called International Education Standards (IES). In Brazil, the guidelines presented in the National Curriculum Guidelines (DCN) stand out, establishing standards for the operation, duration, requirements and development of professional competencies for all higher education courses in the country. To this end, a qualitative study was carried out using semi-structured interviews with nine accounting lecturers from public and private higher education institutions in the state of Minas Gerais. After analyzing the content of the interviews a priori, the results suggest that the institutions have been able to develop their students well in terms of technical skills that are more focused on accounting issues. The main concerns and suggestions for improvement revolve around non-technical skills, such as communication, autonomy, criticality, organization and proactivity. When it came to analyzing the contribution of competency-based learning to the students' development process, the interviewees highlighted the importance of the method, believing it to be an efficient and relevant methodology in the process of building professional identity. Nevertheless, the participants believe that there is a long way to go before this pedagogy becomes a

consensus and can be fully effective. The limitations of this study are related to the understanding of the research subjects when they answered the interview, with regard to the content that the guiding topic seeks to address. Finally, future studies, including quantitative studies as well, are suggested in order to analyze the perception of other subjects involved in the accounting education process.

Keywords: Competencies; Accounting Education; Competency-based Learning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: International Education Standards editadas pelo IAESB	42
Tabela 2: Competências previstas no IES 3.....	49
Tabela 3: Caracterização dos docentes participantes da entrevista	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Competências técnicas IES 2.....	45
Quadro 2: Competências conforme Resolução n.º 10 do Conselho Nacional de Educação (2004)	55
Quadro 3: Questão norteadora x Categoria	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Componentes das competências	65
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC-Análise de Conteúdo

CFC-Conselho Federal de Contabilidade

CFE-Conselho Federal de Educação

CNE-Conselho Nacional de Educação

DCN-Diretrizes Curriculares Nacionais

DOM-Declaração de Obrigação dos Membros

DPC-Desenvolvimento Profissional Continuado

DPI-Desenvolvimento Profissional Inicial

FEA-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

IAESB-International Accounting Education Standards Board

IBRACON-Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IES-Instituições de Ensino Superior

IES- International Education Standards

IFAC-Federação Internacional de Contadores

IFRS-International Financial Reporting Standards

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB-Lei de Diretrizes e Bases

MEC-Ministério da Educação

NAF-Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil

PIB-Produto Interno Bruto

PPC-Projeto Pedagógico de Curso

RBF-Receita Brasileira Federal

TIC-Tecnologia de Informação e Comunicação

UFMG-Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJ-Universidade Federal de São João Del Rei

UFU-Universidade Federal de Uberlândia

UFV-Universidade Federal de Viçosa

UNIFAL-Universidade Federal de Alfenas

USP-Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.2 OBJETIVOS.....	23
1.2.1 Objetivo Geral.....	23
1.2.2 Objetivos específicos	23
1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES.....	24
3 AS COMPETÊNCIAS E A EDUCAÇÃO CONTÁBIL	35
3.1 COMPETÊNCIAS NO ENSINO CONTÁBIL.....	35
3.2 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS À LUZ DO IAESB/IFAC	40
3.3 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS NAS DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES	53
3.4 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE IFAC/IAESB E DCN.....	58
4 PEDAGOGIA DO APRENDIZADO POR COMPETÊNCIAS.....	64
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	72
5.1 TIPO DE PESQUISA	72
5.2 SELEÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE DADOS .	73
5.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	78
6 AS COMPETÊNCIAS NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO CONTÁBIL	82
6.1 AS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO CONTÁBIL	82
6.2 A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CAPACITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS	90
6.3 O PAPEL DA PEDAGOGIA DO APRENDIZADO POR COMPETÊNCIAS	98
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	123

1 INTRODUÇÃO

O conceito da palavra competência pode ser entendido como a utilização de conhecimentos, habilidades e atitudes, visando alcançar resultados capazes de agregar valor a esse contexto (Barrese; Bastoni; Nogueira, 2017). No cenário da educação, a pedagogia por competências pode oferecer respostas para os questionamentos relacionados ao processo de formação do profissional que será inserido no mercado de trabalho (Adams; Dorneles; Lauxen, 2017).

Com a expansão da globalização, aliada à internacionalização da economia e ao avanço tecnológico, a profissão contábil passa por constantes mudanças. Isso resulta em novos padrões de comportamento e formas de trabalho, gerando um aumento na busca pelo conhecimento e desenvolvimento das competências necessárias para o exercício da profissão (Holtz; Cabral; Carvalho, 2019).

Silva, Teixeira e Bezerra (2017) sugerem que a atuação tradicional do contador está concedendo espaço para uma abordagem prática voltada a oferecer ao mercado habilidades e competências, tais como gerenciamento e avaliação de cenários de sucesso e insucesso das organizações.

Nesse sentido, Ott e Pires (2008) enfatizam que, como uma ciência social aplicada, as ciências contábeis evoluem de acordo com as mudanças na sociedade e suas necessidades, assim como as alterações no ambiente de trabalho ao qual estão integradas. Em vista disso, destacam a responsabilidade do contador em acompanhar e aplicar técnicas contábeis de forma a garantir que as mudanças sociais sejam refletidas adequadamente na contabilidade.

Nos dizeres de Machado e Casa Nova (2008), com o aumento da complexidade dos negócios, da industrialização e do rápido desenvolvimento da tecnologia da informação, diversas funções atribuídas aos contadores foram gradualmente sendo substituídas por sistemas de informação integrados, resultando na mudança de diversas atividades que antes lhes eram destinados.

A expansão das ideias progressistas norte-americanas, em detrimento da influência europeia na teoria contábil, teve grande relevância no processo de evolução da profissão no Brasil, eliminando, assim, o papel do contador como apenas de guarda-livros (Machado; Casa Nova, 2008).

Diante desse cenário contemporâneo, observa-se uma "nova" forma de fazer contabilidade, que não se limita apenas à escrituração de informações e à apuração

tributária. Isso resultou em um movimento de ruptura da contabilidade tradicional e na necessidade de um novo perfil profissional, mais dinâmico e participativo (Leal; Soares; Sousa, 2008; Santos et al., 2014; Santana, 2017).

Nesse contexto, o contador deixa de desempenhar apenas a função de guardião e fornecedor de informações para se tornar um participante efetivo do processo decisório e estratégico de uma empresa (Lemes; Miranda, 2014; Marin; Lima; Casa Nova, 2014; Faotto; Jung, 2018).

O papel desempenhado pelo profissional contábil está cada vez mais voltado para a tomada de decisões nos ambientes organizacionais (Moretti; Souza; Garcia, 2020). Essa postura tem ganhado força desde a adoção brasileira dos padrões internacionais de contabilidade por meio do International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Education Standards Board (IAESB). Esse processo teve início no Brasil com a Lei n.º 11.638/2007 (Machado; Rapé; Souza, 2012).

No cenário mencionado, o ensino superior desempenha um papel essencial no desenvolvimento das competências individuais durante o período acadêmico (Wollinger; Martins; Marinho, 2018).

A Lei n.º 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê, em seu art. 43, os objetivos das Instituições de Ensino Superior (IES) — faculdades, centros universitários e universidades — incluindo a formação de indivíduos em diversas áreas do conhecimento, capacitando-os para ingressar no mercado profissional e contribuir para o desenvolvimento do país.

Santos et al. (2014) sublinham o papel relevante que as Instituições de Ensino Superior desempenham no processo de formação dos profissionais contábeis, muitas vezes sendo o primeiro contato de um indivíduo com a profissão. Nesse sentido, é notável o crescente número de estudantes matriculados no ensino superior na área contábil nos últimos anos.

De acordo com dados do último Censo da Educação Superior, realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o curso de Ciências Contábeis ocupa a quarta posição entre os maiores cursos de graduação do país, com 362.042 estudantes matriculados, ficando atrás apenas dos cursos de Direito, Pedagogia e Administração (Brasil, INEP, 2017).

Diante da grande relevância na etapa de formação desses futuros profissionais, as Instituições de Ensino Superior são responsáveis por oferecer uma formação abrangente e multidisciplinar, além de garantir o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, de acordo com as atuais exigências e necessidades sociais e do mercado (Santos et al., 2014; Jacomossi; Biavatti, 2017; Santana, 2017).

O desenvolvimento de habilidades e competências do profissional contábil, como o pensamento crítico, em certo sentido, ocorre com a aplicação de métodos de ensino condizentes com seus objetivos (Mazzioni, 2013). Nesse sentido, a metodologia utilizada é fundamental para a eficácia do processo de aprendizagem (Baird; Narayanan, 2010).

No cenário da educação contábil e na preparação dos futuros contadores, o IAESB foi responsável por criar padrões educacionais denominados International Education Standards (IES). Entre essas orientações, é relevante destacar aquelas mais relacionadas com o presente estudo, sendo a IES 2, que estabelece diretrizes de competências técnicas, e a IES 3, que preconiza as habilidades profissionais requeridas para os profissionais da contabilidade, que os alunos devem desenvolver até o final da graduação, ambas criadas em 2014.

Ressalta-se que a ideia contida no lançamento das IES pelo IAESB relaciona-se à necessidade de desenvolver profissionais contábeis que sejam efetivamente capazes de interpretar e implementar padrões internacionais de contabilidade (Crawford et al., 2014). Garantir aos tomadores de decisões confiabilidade nas informações contábeis, independentemente do país de origem de sua formação, é, para Aleqab, Nurunnabi e Adel (2015), uma das principais finalidades das IES.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CES n.º 10 de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e estabeleceu, em seu art. 5º, que as Instituições de Ensino Superior contemplem, em sua organização curricular, conteúdos de formação básica, formação profissional e formação teórico-prática, de forma a subsidiar conhecimentos acerca do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, observando a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade.

Logo, as IES devem acompanhar as mudanças no meio organizacional, no mercado e na sociedade, apresentando-se atualizadas e fazendo os ajustes necessários em seus planos pedagógicos. Isso garante que a formação do futuro contador esteja de acordo com as demandas empresariais e sociais da profissão, levando em consideração a multidisciplinaridade e a complexidade da função.

As pesquisas realizadas por Ott e Pires (2008) e por Marin, Lima e Casa Nova (2014) buscaram evidenciar as exigências do mercado de trabalho por meio de análises de vagas de emprego ou entrevistas com empregadores e profissionais atuantes da área. Nessa perspectiva, os pesquisadores Leal, Soares e Sousa (2008), Machado e Casa Nova (2008), Ott et al. (2011), Santos et al. (2014), Degenhart, Turra e Biavatti (2016) e Faotto e Jung (2018) realizaram estudos considerando a percepção dos estudantes acerca do assunto.

O estudo de Leal, Soares e Sousa (2008) tem como objetivo verificar relações comuns entre o perfil indicado pelos formandos em Ciências Contábeis e o perfil desejado pelos empregadores para esses profissionais. Os resultados deixam claras as características similares entre o perfil do profissional contábil desejado pelos empregadores e o perfil indicado pelos formandos de Ciências Contábeis, embora apresentem algumas divergências no que tange a competências e habilidades.

Leal, Soares e Sousa (2008, p. 13) afirmam ainda que, diante dessas divergências encontradas, é necessário que:

as IES (Instituições de Ensino Superior) devem estar atentas às necessidades do mercado, adequando seus métodos de ensino e currículos, incluindo competências de identificar problemas, formular e implantar soluções e inserir procedimentos de ensino que incluam habilidades de liderança.

Machado e Casa Nova (2008) buscaram verificar se os conhecimentos adquiridos pelos estudantes no curso de graduação em Ciências Contábeis atendem aos requisitos do mercado de trabalho do profissional contábil na cidade de São Paulo. Para tanto, foram aplicados questionários a 120 formandos no ensino superior contábil. Concluíram que existe clara percepção de que os perfis profissionais, em termos de conhecimentos específicos estudados durante o período da graduação, variam de instituição para instituição e, dessas, para o perfil exigido pelo mercado de trabalho. Isso acontece porque, mesmo tratando-se da mesma

temática, a Contabilidade e suas diferentes aplicações, bem como os objetivos de cada um desses *players*, demonstram-se divergentes.

Nesse mesmo sentido, Ott et al. (2011) desenvolveram um estudo com o objetivo de apresentar comparação sobre a percepção de alunos dos cursos de Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e profissionais contábeis no Brasil, quanto a conhecimentos, habilidades e métodos de ensino-aprendizagem considerados como mais importantes para a atuação do contador no mercado de trabalho.

Os resultados encontrados por Ott et al. (2011) evidenciaram maior grau de importância percebida pelos profissionais (quando comparados aos estudantes) nos quesitos investigados. Em comparação com a China e com os EUA, os escores dos profissionais brasileiros são sempre maiores para as três dimensões (conhecimentos, habilidades e métodos). Os estudantes brasileiros, em comparação com os chineses, em geral, também atribuem maior relevância para as três dimensões analisadas. Os elevados escores apontados pelos respondentes brasileiros merecem atenção por parte dos gestores das IES, levando em conta a intensidade das mudanças de perfil dos jovens estudantes e a velocidade das transformações no mercado profissional.

Santos et al. (2014) desenvolveram um estudo com o objetivo de conhecer a visão dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre a formação acadêmica que estão recebendo e a preparação profissional que entendem possuir para ingressar no mercado de trabalho. As variáveis investigadas estão relacionadas ao perfil do aluno, às exigências profissionais em relação às demandas do mercado, às competências necessárias e à percepção do aluno sobre o processo de formação acadêmica que está recebendo bem como sua preparação para o mercado de trabalho. Observou-se que a maioria dos alunos não participa regularmente de atividades extracurriculares, como congressos, seminários e palestras. Além disso, eles não demonstram total concordância de que estão adquirindo as competências necessárias para ingressar e atuar no mercado, e, de forma mais incisiva, revelam discordância em relação à adequação da grade curricular do curso da UFPB à formação do contador atual.

Diante dos resultados, Santos et al. (2014) afirmam que a IES deve priorizar o desenvolvimento de competências, habilidades, valores que garantam aos estudantes condições de inserção profissional.

Degenhart, Turra e Biavatti (2016), em um estudo com a finalidade de identificar a percepção dos acadêmicos concluintes do curso de Ciências Contábeis sobre a formação e atuação do profissional contábil no mercado de trabalho, evidenciaram que a formação acadêmica por meio do curso de Ciências Contábeis facilita o ingresso no mercado de trabalho. Os resultados do estudo indicaram ainda que os acadêmicos se mostraram cientes das exigências do mercado de trabalho, bem como das habilidades e competências necessárias durante sua formação para estarem preparados para ingressar no mercado de trabalho. Contudo, apesar de não haver conciliação entre teoria e prática durante o curso, na percepção dos acadêmicos, estes não apresentaram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

Os resultados mostram que a visão dos acadêmicos está alinhada com a do mercado de trabalho, que busca um profissional capaz de fornecer suporte aos gestores em questões gerenciais. Outro ponto a ser destacado é que o curso tem atendido às expectativas dos alunos; no entanto, é necessário incrementar aulas práticas na grade curricular, assim como na área de gestão de negócios.

O trabalho de Faotto e Jung (2018) teve por finalidade identificar a percepção de acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma Faculdade do Vale do Paranhana (RS), a respeito das habilidades e competências do contador, confrontando-as com as tendências do mercado de trabalho no âmbito global. A pesquisa evidencia que a visão dos acadêmicos está alinhada com a do mercado de trabalho, que busca um profissional capaz de dar suporte aos gestores nas questões gerenciais, não se limitando apenas à parte fiscal. Outro ponto a ser destacado é que o curso tem atendido às expectativas; contudo, precisa incrementar aulas práticas na grade curricular, bem como na parte de gestão de negócios.

Com uma abordagem diferenciada, Holtz et al. (2019) procuraram cotejar o perfil profissional dos egressos, analisando o conteúdo de 13 Projetos Pedagógicos do curso de graduação em Ciências Contábeis. Eles sugerem uma urgente revisão desses projetos, pois indicam uma baixa concordância com o que é disposto pelos padrões internacionais de educação em contabilidade.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com as relações econômicas mais integradas, a informação contábil tornou-se um instrumento fundamental e estratégico para garantir a continuidade e o desenvolvimento das organizações (Ott et al., 2011). Assim, a contabilidade vem ganhando notoriedade e se consolidando como ciência no contexto global.

O crescimento da profissão acarretou uma maior exigência do mercado de trabalho quanto à preparação de seus futuros profissionais, bem como promoveu maior competitividade. Dessa forma, os mais preparados e com maiores diferenciais possuem mais chances de inserção ou manutenção de sua função.

A capacidade técnica continua sendo extremamente relevante para o mercado. Contudo, os empregadores buscam perfis profissionais mais proativos e participativos, exigindo habilidades mais complexas a serem desenvolvidas pelos profissionais nas diversas áreas de atuação. Nesse sentido, Silva (2014), Jacomossi e Biavatti (2017) e Santana (2017) alertam para o exacerbado uso de modelos e planejamentos técnicos na educação, o que pode limitar a capacidade do aluno em se adaptar a mudanças em suas rotinas.

Considerando a relevância das Instituições de Ensino no processo de formação profissional dos contadores, esses possíveis desalinhos podem acarretar incertezas em relação à efetividade na preparação dos alunos para o ingresso no mercado de trabalho.

Em 1996, iniciou-se uma reforma na educação, que teve como elementos fundamentais a flexibilização dos currículos e sua correlação com o mercado de trabalho. Essas mudanças basearam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20/12/1996, a qual especifica para o ensino superior as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação (DCN). Em seu artigo 53, inciso II, propõe-se: “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (Brasil, 1996, p. 21).

Na época, o principal objetivo do Ministério da Educação (MEC) era adequar os currículos da graduação às necessidades do mercado. Os princípios que orientavam essas mudanças eram os seguintes: a) flexibilidade na organização curricular; b) dinamicidade do currículo; c) adaptação às demandas do mercado de trabalho; d) integração entre graduação e pós-graduação; e) ênfase na formação geral; f) definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais. Esses

princípios visam atender às exigências das reformas curriculares, mudando o foco de transmissão de conteúdos disciplinares para uma prática voltada para a construção de competências (Ramos, 2002).

Dessa forma, o aprendizado por competências é atualmente adotado no Brasil pelo ensino superior, sendo considerado a melhor forma de responder ativamente às demandas sociais, políticas e econômicas do mundo contemporâneo (Marinho-Araujo; Almeida, 2017).

Morais et al. (2022) procuram analisar a percepção dos docentes sobre os desafios e as possibilidades da implementação de uma abordagem por competências no ensino contábil. Os resultados indicaram que os docentes reconhecem a necessidade de uma nova metodologia de ensino para formar os novos profissionais. No entanto, devido à falta de apoio das Instituições de Ensino, surgem obstáculos para a adoção da abordagem proposta, juntamente a vieses culturais, estruturais e organizacionais que podem dificultar a transição para uma educação por competências.

Embora pessoas e organizações tenham suas próprias culturas, tradições e costumes que moldam suas visões de mundo, o IAESB tem como objetivo padronizar normas educacionais em contabilidade para as diversas instituições membros do International Federation of Accountants (IFAC), buscando, assim, um sistema educacional universalmente integrado. Essa abordagem é derivada das Normas Internacionais de Contabilidade, conhecidas como International Financial Reporting Standards (IFRS), e das International Standards on Auditing (ISA), que são as Normas Internacionais de Auditoria. É importante frisar que profissionais contábeis e instituições em todo o mundo têm adotado essas práticas internacionais em detrimento das práticas locais tradicionais (Humphrey; Loft; Woods, 2009). O estudo de Franchi, Leal e Ferreira (2023) teve como objetivo identificar, com base na percepção dos discentes de graduação em Ciências Contábeis, quais habilidades são exigidas para o profissional contábil pelo mercado de trabalho e o quão apto eles se sentem em demonstrá-las na sua atuação. Os resultados destacam que os graduandos notam que as habilidades pesquisadas são requeridas pelo mercado de trabalho, porém não se sentem aptos em demonstrá-las na mesma dimensão que consideram serem elas exigidas pelo mercado.

Este estudo visa compreender o contexto do ensino em contabilidade, sobretudo o aprendizado por competências. E, para tanto, realiza entrevistas com docentes do curso de Ciências Contábeis do estado de Minas Gerais. A escolha pelo estado mineiro se deu por conveniência, uma vez que, sendo o estado de origem do autor, garante maior facilidade de acesso e contato com os entrevistados.

Assim, vale a reflexão aqui apresentada sobre como as competências profissionais requisitadas pelos órgãos internacionais e nacionais de educação contábil estão sendo observadas pelas Instituições de Ensino Superior de contabilidade no estado de Minas Gerais. Nessa seara, surge a seguinte problemática a ser explorada nesta dissertação: quais as percepções dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Minas Gerais, sobre as competências e habilidades profissionais exigidas do contador à luz do IFAC e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e seu desenvolvimento por meio do aprendizado por competências?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as percepções dos docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do estado de Minas Gerais quanto ao aprendizado por competências e o desenvolvimento das competências exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pelo IFAC/IAESB.

1.2.2 Objetivos específicos

- Contextualizar a história da educação contábil no Brasil;
- Abordar as competências e habilidades exigidas pelo IFAC/IAESB para o profissional contábil;
- Apresentar as competências e as habilidades reguladas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis;
- Entrevistar docentes de Ciências Contábeis em instituições de ensino públicas e privadas do estado de Minas Gerais;
- Analisar o aprendizado por competências no contexto nacional da educação.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

As constantes transformações no ambiente de trabalho, modificações nas regulamentações locais e internacionais e variações no ambiente em que o profissional está inserido exigem resiliência para o exercício da profissão contábil (Damascena; França; Silva, 2017).

Sobre essas mudanças, Duarte (2017) afirma que a função moderna e atual do profissional contábil é, pois, a de um consultor sobre assuntos da riqueza das empresas. A antiga função do simples registro foi sendo substituída pela orientação sobre os registrados, ou seja, a de oferecer consultoria sobre a gestão dos negócios.

A transformação tecnológica, a globalização do mercado e os recentes acontecimentos com a pandemia da Covid-19 exigiram diversas mudanças, especialmente nos processos de trabalho pelo mundo, inclusive para os contadores. É fundamental que o profissional contábil se adeque a essas mudanças para que consiga se manter competitivo no mercado e atenda às necessidades da demanda das empresas (Koengkan; Bonfim; Freitas, 2020).

As transformações da sociedade e as novas exigências do mercado geram a necessidade de mudanças no processo de ensino-aprendizagem, que devem abordar uma variedade de opções nas formas de ensinar e aprender (Ameen; Guffey, 2017; Blankley; Kerr; Wiggings., 2017).

Dessa forma, esta pesquisa se justifica em decorrência das transformações ocorridas no ambiente empresarial e das novas demandas do mercado em relação ao profissional contábil, sobretudo no que diz respeito às habilidades e competências profissionais. Holtz et al. (2019) asseveram que essas diferenças nas exigências do perfil do contador devem ser analisadas e debatidas na academia.

O trabalho possibilitou, por meio da percepção dos docentes, a identificação de suas compreensões sobre as competências inerentes ao profissional, conforme previstas pelos órgãos nacionais e internacionais de educação contábil. Além disso, apresentou seus pontos de vista sobre o papel das instituições de ensino superior e do aprendizado por competências durante esse processo de formação.

Este estudo visa contribuir tanto com a literatura e o debate acadêmico quanto com o mercado de trabalho para a profissão contábil, nas seguintes perspectivas:

- com processo de formação profissional dos alunos de Ciências Contábeis, incentivando debates e reflexões na academia sobre as competências a serem desenvolvidas e a utilização de métodos como o aprendizado por competências no cotidiano acadêmico;
- com reflexões sobre o papel pedagógico das IES no desenvolvimento das competências preconizadas pelos órgãos reguladores de educação contábil, tanto nacional quanto internacionalmente.

No entanto, é importante ressaltar que as IES, assim como os docentes, não são os únicos atores responsáveis para um processo de ensino aprendizagem eficaz. Silva, Texeira e Bezerra (2017) sublinham a importância de uma postura ativa por parte dos estudantes, que devem ser os protagonistas de seu próprio aprendizado. Os autores também defendem uma estratégia de ensino colaborativa entre professores e discentes, com vistas a uma construção efetiva do conhecimento, e não apenas a memorização e reprodução do conteúdo pelo estudante. Nesse mesmo sentido, Lemes e Miranda (2014) afirmam que os estudantes são responsáveis pelo processo de aperfeiçoamento dessas habilidades e, desse modo, devem comprometer-se com o contínuo desenvolvimento profissional.

Espera-se, logo, que os resultados deste estudo possam oferecer informações para que os profissionais, estudantes, docentes, IES e órgãos reguladores da profissão contábil reconheçam as dificuldades e as diferenças na formação profissional atual. A partir disso, espera-se que sejam elaboradas ações que auxiliem no desenvolvimento de competências e habilidades do contador, com o objetivo de expandir e valorizar essa profissão no Brasil.

Outra justificativa diz respeito ao tipo da pesquisa, pois, entre os estudos contábeis, são encontrados poucos que adotam uma abordagem qualitativa, sendo os estudos dessa área de conhecimento, majoritariamente, quantitativos (Ribeiro, 2013). Assim, este trabalho também tem como objetivo incentivar o aumento de pesquisas qualitativas em Ciências Contábeis.

A seguir, o referencial teórico busca compreender o contexto histórico da educação contábil no Brasil, apresentar as competências do profissional contábil previstas pelo International Federation of Accountants (IFAC) e pelas DCN, e, por fim, discorrer sobre o aprendizado por competências.

2 EDUCAÇÃO CONTÁBIL BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Neste capítulo, a ideia principal é apresentar um panorama do contexto histórico da educação e ensino em contabilidade no Brasil. Essa apresentação é de suma importância para possibilitar uma compreensão da evolução e das mudanças na profissão contábil com o passar do tempo e as transformações ocasionadas na sociedade.

O ensino em contabilidade no Brasil teve seus primeiros registros a partir do século XIX, quando, apesar de ainda não haver escolas contábeis, os comerciantes obtinham conhecimentos por meio de experiências práticas no cotidiano do comércio.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, o comércio brasileiro se tornou mais complexo. Até então, todos os produtos comercializados eram importados. Em razão da chegada da realeza, a situação econômica, política e social da então colônia portuguesa passou por múltiplas transformações. Entre essas mudanças, destaca-se uma maior preocupação do governo com os negócios públicos e privados.

Nesse mesmo ano, em 1808, iniciou-se de fato o ensino comercial no Brasil. Esse período teve como marco a criação de uma cadeira de aula pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro, sendo responsável por essa disciplina José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.

Apesar da criação dessa cadeira, existem estudos que asseguram que, na prática, ela ainda não foi a cadeira pioneira do ensino contábil. De acordo com Martins, Silva e Ricardino (2006, p. 56), os “resultados obtidos com esta iniciativa não lograram êxito, sendo que o Visconde de Cairu jamais lecionou uma aula sequer, fato explicado, pois ele não tinha conhecimentos sobre a matéria.”

Dessa forma, as aulas de comércio foram afirmadas, apenas, em 1830. Nessa época, o governo imperial aprovou, regulamentou e alterou as condições para oferta das disciplinas desse novo curso.

Outro marco importante na história da educação contábil foi a promulgação e regulamentação das Aulas de Comércio no Rio de Janeiro, por meio do Decreto n.º 456/46. Naquela época, o período letivo inicial era de dois anos, com exames finais abordando conteúdos como Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte de organização dos Livros. No capítulo dos objetos de

ensino desse decreto, o Regulamento previa, para o segundo ano, a oferta de disciplinas como História Geral do Comércio e Organização e Prática de Livros. Os livros deveriam ser escriturados pelos docentes e apresentados quando solicitados.

A análise desse decreto apresenta um currículo com conteúdo voltado totalmente para questões e desenvolvimento de competências práticas que envolviam o dia a dia do comércio. Na década de 50, ocorreu uma reforma do referido decreto, originando um novo curso denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Houve grandes mudanças na grade curricular e nas competências e habilidades exigidas do profissional contábil, mas o curso continuou com a duração de 2 anos.

Outro fato relevante na época, ressaltado por Bielinski (2000) e Saes e Cytrynowicz (2001), dava conta de que, apesar de já existirem há aproximadamente meio século, as aulas de Comércio não atraíam muitos alunos. Outros cursos, como Direito, Medicina e Engenharia, possuíam turmas muito mais numerosas.

Em 1850, alguns fatos influenciaram na evolução do ensino em contabilidade, como o fim da escravidão e surgimento da produção cafeeira. Tais fatores influenciaram diretamente nos modelos econômicos e financeiros do país. Além disso, nesse mesmo ano, surgiu o Código Comercial que visava regulamentar as relações de comércio da época.

Vale destacar também que, nesse período, aconteceu uma vasta expansão das estradas de ferros pelo país, assim como aumentaram as necessidades urbanas e, conseqüentemente, a prestação de serviços nesses centros. E ainda houve um aumento no investimento de capital estrangeiro. Pensando a contabilidade de hoje em dia, pode-se declarar que esses acontecimentos influenciaram diretamente na realidade contábil da época.

Sobre o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, Bielinski (2000) afirma que o mesmo fora extinto em 1882. A pouca procura em relação aos outros cursos bem como a dificuldade de os alunos ingressarem e do Instituto de atender às necessidades comerciais na época foram os principais motivos para o seu fim.

Após essa extinção, Rodrigues (1984) apresenta a criação de outro Instituto Comercial do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Legislativo n.º 98, de 1894. Relatou que, na mesma época, houve a iniciativa e os esforços para a criação do

Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, e a iniciativa apresentou bons resultados.

Esse período iniciou uma nova etapa no ensino da contabilidade, com mudanças significativas entre 1889 a 1931. Essas transformações foram necessárias por vários motivos, como o crescimento econômico advindo das inovações e aumentos na produção e do processo de urbanização.

Durante essa época, surgiu maior necessidade de serviços públicos prestados. Com isso, houve um aumento no número de órgãos administrativos e governamentais, o que, conseqüentemente, tornou as operações mais burocráticas. Esses fatores exigiram dos profissionais uma maior qualificação para execução de suas tarefas.

Nesse contexto, Saes e Cytrynowicz (2001) enfatizaram grandes mudanças no ensino comercial a partir da Proclamação da República do Brasil e começaram mencionando o fim do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

Já no século XX, Rodrigues et al. (2011) abordam o papel de Vargas na concessão de maior protagonismo à figura do contador por meio de assistência e suporte a responsabilidades corporativas e públicas e de implantação de sistemas de fiscalização. Dessa forma, a necessidade de melhoria na responsabilidade fiscal pública exigiu maior participação dos profissionais contábeis no governo. Isso fez com que a educação e profissão contábil se desenvolvesse. Sendo assim, Vargas foi um dos principais responsáveis pela organização da categoria em 1931, publicando o Decreto n.º 20158 que regulamentava o curso técnico.

Para Peleias et al. (2007, p. 26-27):

[...] o principal legado do período pós-guerra, até a ascensão de JK, [...] parece residir no reforço da industrialização baseada na substituição de importações e na continuidade do nacionalismo de cunho pragmático ". A vitória do nacionalestatismo ", personalizado durante anos nas figuras de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, impunha o desenvolvimento das forças produtivas locais em toda sua extensão técnica e administrativa.

É nesse cenário que é criado o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais por meio do Decreto-Lei n.º 7988 de 22 de setembro de 1945. A formação contábil, restrita ao nível técnico até então, passa a ser ofertada em nível superior, com duração de quatro anos e concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos formandos.

Nesse momento, a educação em contabilidade se aproximou ainda mais da realidade presente na academia contábil atualmente. Esse período apresenta heranças para o ensino contábil do século XXI, como, por exemplo, a duração do curso.

Embora os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais tenham sido criados em 1945, foi somente em 1946 que passam a ser reconhecidos por suas necessidades práticas e científicas, com a criação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA). De acordo com Iudícibus (2006, p. 41):

[...] foi com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, e com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor.

Com isso, pode-se afirmar que a pesquisa contábil “nasceu” no Brasil com a criação da FEA/USP, o que viria a se tornar uma referência e exemplo no ensino em contabilidade no Brasil. A partir de então, o curso “ganha asas” para desenvolver e evoluir cada mais vez mais tanto na parte pedagógica quanto de pesquisa e extensão.

Em 1951, a Lei n.º 1.401 desmembrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais nos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, instituindo diplomas distintos para os cursos. A lei previa ainda a formação em no mínimo três anos, a depender dos cumprimentos das disciplinas e cargas horárias exigidas.

Entre 1950 a 1960, o mundo passou por um período de prosperidade na econômica no mundo ocidental, sob a liderança dos Estados Unidos, que, para impedir os avanços soviéticos, criou o capitalismo florescente por meio do *welfare state*. Nesse período, ocorreu a reconstrução de países europeus pós-guerra e a aplicação em escala dos princípios keynesianos, podendo ser considerado, provavelmente, o período de maior crescimento econômico no século (Hobsbawn, 1994).

A partir daí, o Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento. Em 1955, com o desenvolvimento do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, o Brasil atingiu o auge desenvolvimentista, com altas taxas de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) até 1963 (Peleias et al., 2007). Nesse período, a partir de Villela (2005),

Peleias et al. (2007, p. 27) “aponta maior participação do setor secundário ou industrial em relação ao setor primário da economia, além da crescente participação na produção de bens duráveis e de capital”.

Nesse contexto, o curso de Ciências Contábeis sofreu alterações por medidas governamentais em seu currículo, como conteúdo, duração, entre outras particularidades. Entretanto, tais alterações foram elementares, não constituindo uma mudança significativa de estrutura. Com intensas transformações sociais e comerciais, aconteceram alterações tanto na sociedade quanto no perfil dos profissionais contábeis. Consequentemente, os cursos superiores precisaram rever os seus currículos.

Rodrigues et al. (2011) destacam outro fato desse período, ao abordarem as influências na contabilidade, decorrentes de transformações econômicas, sociais e políticas dos anos 60. Nesse cenário, a economia brasileira mudou de foco, deixando de ser uma sociedade agrária para se tornar industrial. Com isso, os diferentes setores se modernizaram. O liberalismo começou a enfraquecer, enquanto o Estado começou a se tornar mais corporativista. Dessa forma, a contabilidade se alinhou aos objetivos do corporativismo.

Nos anos 1960, ocorreram mudanças no ensino superior, refletindo no curso de Ciências Contábeis. Tais alterações foram motivadas pela Lei n.º 4024 de 1961 que determinou Diretrizes e Bases de Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE), fixando currículos mínimos e duração dos cursos superiores voltados à formação de profissionais regulamentados.

O CFE, através de Parecer n.º 397/62, promoveu intensas transformações no ensino superior em contabilidade, ao dividir esses cursos nos ciclos de formação básica e profissional. As disciplinas contábeis foram potencializadas no ciclo de formação profissional, com Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Auditoria e Análise de Balanços. A Resolução CFE sem número, de 08 de fevereiro de 1963, fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis e ratificou o Parecer CFE n.º 397/62.

Ainda em 1960, houve outras contribuições relevantes da FEA/USP para a educação contábil no Brasil. Iudícibus (2006, p. 42-43) relata “mudanças ocorridas a partir de 1964, por ação do Prof. José da Costa Boucinhas, com adoção do modelo

didático norte-americano, baseado na obra de Finney e Miller — *Introductory Accounting*”.

Esse acontecimento foi pilar para o lançamento, em 1971, do livro “Contabilidade Introdutória”, com várias edições lançadas posteriormente, e amplamente adotadas nos cursos de Ciências Contábeis por todo o Brasil. Esse período foi de forte influência da contabilidade norte-americana em detrimento da europeia, que até então era predominante.

Entretanto, vale frisar o comentário de Iudícibus (2006) de que um progresso constante, duradouro, equilibrado e que dependa de algo mais do que meras adaptações do modelo norte-americano somente ocorreriam sob certas circunstâncias: que o trabalho profundo sobre os princípios contábeis continuasse por parte das entidades representativas da categoria; que os técnicos em contabilidade se direcionassem para os bons cursos de Ciências Contábeis; e que as instituições de ensino dedicassem esforços e estratégias para o desenvolvimento da pesquisa.

Os anos entre 1960 e início de 1970 foram cenários do Milagre Econômico e da Ditadura Militar. A partir da metade da década de 70, aconteceram sucessivas crises econômicas, decorrentes das altas nos preços do petróleo.

O período de ditadura no Brasil de 1964 a 1985 foi marcado por censura, autoritarismo, mortes e torturas por divergências de opiniões. Além de todos esses absurdos, todavia, esse período ficou marcado também pela perseguição aos docentes e acadêmicos da época. Estima-se que aproximadamente 300 docentes foram perseguidos, torturados e afastados das universidades brasileiras pelo regime ditatorial (Pivetta, 2014). De acordo com Coelho (2004), as características presentes na educação naquela época estavam vinculadas a uma formação tecnicista e pragmatista e como esta emanava do Governo.

Os anos de 1980 foram considerados como a Década Perdida, não apresentando nenhuma mudança relevante no ensino superior em Ciências Contábeis.

Os civis retornaram ao poder e ao controle político, em 1985, por meio de um acordo com os militares. Já em 1989, as eleições diretas para Presidente da República foram estabelecidas no Brasil, e, assim, em 1994, inicia-se uma estabilidade na inflação, com a adoção do Plano Real. E é nesse período que

voltaram a ocorrer mudanças no ensino superior contábil, em especial a partir dos anos 1990 (Peleias et al., 2007).

Na conjuntura apresentada, em 1992 foi promulgada uma Resolução do CFE de n.º 03 que fixava conteúdos mínimos e duração dos cursos de graduação. Em contabilidade, a duração estabelecida era de 2.700 (duas mil e setecentas) horas/aulas, distribuídas no mínimo em quatro anos e no máximo em sete, para o período diurno, e cinco, para o noturno. Fixou-se também o perfil do profissional a ser formado para que as instituições de ensino voltassem o currículo para esse perfil.

A Resolução n.º 03/92 apresentou contribuições para o ensino contábil brasileiro, ao introduzir diversas novidades. A análise de seu teor revela que os currículos foram elaborados para estimular o conhecimento teórico e prático do aluno, de modo que permita o pleno exercício da profissão com as competências necessárias.

Essa norma reuniu as disciplinas em três categorias: Categoria I: conhecimentos de formação geral e humanística; Categoria II: conhecimentos de formação profissional; Categoria III: conhecimentos ou atividades de formação complementar. Os conteúdos técnicos de contabilidade foram concentrados nas categorias II e III. A categoria II agrupou disciplinas exigidas na formação profissional do contador e conhecimentos eletivos a critério das instituições. A categoria III reuniu conhecimentos e atividades complementares, obrigatórios à formação instrumental, e atividades obrigatórias de natureza prática.

Outra norma importante na educação contábil, a Lei n.º 4024/61, foi revogada pela Lei n.º 9394/96 ao definir as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduzindo diversas transformações no ensino superior, como: a qualificação dos professores, a produção acadêmica e intelectual, dedicação exclusiva para docência e formação profissional voltada para cultura regional e nacional.

Em seguida, apresentou-se o Parecer CNES/CES n.º 776/97, orientando as diretrizes dos cursos do ensino superior, e o Edital Sesu/MEC n.º 04/97, convocando as instituições de ensino a proporem novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação, cujo trabalho deveria ser realizado por comissão de especialistas do Sesu/MEC.

O Parecer CES/CNE n.º 146/2002 determina um marco inicial da edição de outros normativos, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis. Nesse feito, destacam-se os seus objetivos:

Servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir a criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definição de múltiplos perfis profissionais, garantindo diversidade de carreiras, promovendo integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que refletem a heterogeneidade das demandas sociais (MEC, 2002, p. 4).

Em 2003, foi promulgado outro Parecer do CES/CNE n.º 67, o qual reuniu todas as normas existentes na Câmara de Educação Superior em documentos específicos, apresentando a concepção e conceituação dos currículos mínimos profissionalizantes, determinados pelo Conselho Federal de Educação e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Têm-se ainda em 2003 alguns outros pareceres do CNE/CES que influenciaram no cotidiano do ensino superior em Ciências Contábeis, como: o Parecer n.º 108/2003, que visa promover audiências e interações com a sociedade, durante seis meses para discussão da duração e estrutura do currículo dos cursos de graduação; e o Parecer n.º 289/2003, que busca elaborar e aprovar Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Ciências Contábeis, a serem observadas no planejamento do currículo das instituições, mantendo os mesmos objetivos do Parecer CES/CNE n.º 146/2002.

E em 2004, a Resolução CNE/CES n.º 6 oficializou o Parecer CNE/CES n.º 289/2003, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais. Ocorreram, porém, mudanças advindas do Parecer CNE/CES n.º 269/2004, alterando tais diretrizes a pedido do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), para que excluísse do texto a menção de que o curso de Ciências Contábeis deveria abranger a inserção dos indispensáveis domínios da atividade atuarial.

Justifica-se esse pedido do IBA com intuito de que a Ciência Contábil não se confunda com a Atuarial, pois ambas possuem fundamentos e bases diferentes. Esse fato levou à promulgação da Resolução CNE/CES n.º 10/2004 que cancelou e substituiu a Resolução CNE/CES n.º 6/2004.

Durante o século XXI, a contabilidade passa por uma verdadeira revolução devido à globalização. Segundo Bacci (2002, p. 144):

A contabilidade do mundo atual procura a harmonização de procedimentos, de padrões que atendam a globalização, e que pela pulverização dos investimentos a nível mundial nas bolsas de valores, vêm tentando uma uniformização dos informes contábeis com objetivos claros de se adotar maior transparência e evidenciação dos critérios aplicados [...].

Sendo assim, conclui-se que a educação contábil está em constante evolução, assim como a humanidade. Dessa forma, o sistema de ensino deve acompanhar o surgimento de futuras demandas e necessidades decorrentes das mudanças da profissão.

Essas mudanças na contabilidade advindas do passar do tempo e das transformações na sociedade desenvolvem necessidades de modificações também na forma de condução da educação em Ciências Contábeis, como pôde ser visto durante este capítulo. Todas essas mudanças afetam diretamente o perfil do profissional contábil.

Esse contexto histórico do ensino em contabilidade é importante não só para compreensão sobre a evolução das Ciências Contábeis, como, também, para entender como se deu o processo de transformação do profissional contábil, influenciando, assim, nas competências que serão exigidas pela sua profissão. Essa mudança de perfil e nas exigências do contador fez com que os órgãos nacionais e internacionais de educação contábil estabelecessem diretrizes para a formação de competências desses profissionais.

3 AS COMPETÊNCIAS E A EDUCAÇÃO CONTÁBIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar e relacionar as competências à educação em contabilidade. Esse contexto tem papel fundamental no desencadear da pesquisa, uma vez que as competências na educação contábil possuem protagonismo neste estudo.

Para tanto, será apresentada, neste capítulo, uma contextualização das competências no cotidiano da educação contábil, além de uma abordagem das competências à vista das diretrizes do IAESB e do (IFAC) e das DCN. E, por fim, o capítulo apresenta uma comparação das diretrizes nacionais e internacionais que tratam das competências na educação contábil.

3.1 COMPETÊNCIAS NO ENSINO CONTÁBIL

A conceituação da palavra competência é apresentada em diferentes sentidos, conforme a diversidade das áreas de conhecimento, sendo um termo de diversos significados (Dutra; Hipólito; Silva, 2000; Fleury e Fleury, 2001; Perrenoud, 2013; Scalón, 2015). Isso acontece porque o termo competência está associado, em cada uma das ciências humanas e sociais, a um conceito mais elaborado, inserindo-se no campo conceitual específico da disciplina em questão (Perrenoud, 2013).

Considerando essa abrangência, Scalón (2015) realizou uma vasta pesquisa na literatura, e as expressões mais encontradas para designar competência foram: qualidade global da pessoa; integração apropriada dos saberes, saber fazer e saber ser; sistema de conhecimentos conceituais e procedimentais; estado da pessoa; capacidade de transferir; conjunto integrado de habilidades; e capacidade de ação.

A diversidade de termos encontrados na pesquisa de Scalón (2015) mostra como o significado de abrangência pode ser especificado de várias formas, a depender da ciência que o utiliza.

Nesse enquadramento, o estudo de Dutra, Hipólito e Silva (2000), além de aprofundar no significado da palavra, contextualiza esse significado ao ambiente de gestão empresarial ao tratar as competências como “a capacidade em gerar resultados dentro dos objetivos estratégicos e organizacionais da empresa, através de mapeamento do resultado esperado e do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para atingi-los”.

O estudo de Fleury e Fleury (2001) teve como objetivo contribuir com a compreensão do conceito de competência. De acordo com o estudo, para a noção de competências, deve-se considerar um aspecto fundamental: “se por um lado, agrega valor econômico à organização, por outro não menos relevante deve agregar valor social ao indivíduo” (Fleury; Fleury, 2001, p. 12).

O referido estudo gera a reflexão do próprio papel da contabilidade, que não pode se deixar fazer de instrumento de uso exclusivo do mercado. O objetivo da contabilidade vai muito além, servindo como ferramenta capaz de ajudar no equilíbrio e justiça social.

No entanto, independentemente das divergências de nomenclatura encontradas nos tipos de recursos que compõem as competências e na forma como Le Boterf (2003), Perrenoud (2013) e Zabala e Arnau (2020) entendem cada um deles, todos são unânimes em afirmar que a ação competente depende da mobilização desses recursos em um contexto.

Ao fazer tal declaração, Scalón (2015) explica que o termo mobilização, quando aplicado ao comportamento humano, diz respeito ao fato de que, para enfrentar um desafio ou resolver um problema, o indivíduo apela para todos os recursos de que dispõe, tanto seus quanto aqueles que o cerca.

Ainda segundo Scalón (2015, p. 146), “essa mobilização de recursos está no coração da definição de competência”. Ou seja, para que a competência seja aplicada em uma determinada situação, é necessária, portanto, a mobilização desses componentes/recursos de forma interligada ou sinérgica (Perrenoud, 2013).

Nessa seara, é fundamental que os olhares sejam voltados ao sistema educacional, ou seja, para o desenvolvimento de competências necessárias na formação técnica. Howieson (2003), Kavanagh e Drennan (2008), Pan e Perera (2012) e Tempone et al. (2012) enfatizam que a academia é responsável por garantir que seus graduados possuam competência profissional, ou seja, conhecimentos, habilidades e posturas requisitadas pela sociedade e pelo mercado de trabalho.

Pan e Perera (2012) analisaram se as universidades atendem a necessidades do mercado de trabalho no desenvolvimento das competências de seus alunos. E concluem que nem sempre as instituições estão alinhadas às exigências e demandas do mercado, sendo os principais motivos as inconsistências na estrutura e a ênfase do programa.

Em busca do pleno desenvolvimento dos alunos de contabilidade, Howieson (2003), em seu estudo, explora estratégias e métodos de ensino que possam desenvolver as competências e habilidades exigidas dos contadores. Para ele, o desafio do ensino em contabilidade seria desenvolver habilidades abstratas, pensamento crítico, trabalho em equipe e comunicação.

Já Kavanagh e Drennan (2008) buscaram, por meio de um trabalho com alunos e empregadores, definir um consenso entre as principais competências a serem desenvolvidas para o sucesso da carreira contábil, como: a capacidade de resolução de problemas, a comunicação oral e escrita, o trabalho em equipe e o aprendizado contínuo.

Nesse mesmo sentido, Tempone et. al (2012) entrevistaram empregadores e órgãos de contabilidade sobre as necessidades futuras dos graduandos em Ciências Contábeis. E os atributos da comunicação, trabalho em equipe e autogestão são considerados os mais críticos para os licenciados nas três áreas de recrutamento, formação e emprego contínuo.

Dessa forma, para que um ensino seja baseado em competências e considerando seus construtos completos, com múltiplas aplicações em função dos diversos contextos e das diferentes realidades e, conseqüentemente, de difícil análise a partir de sua globalidade (Zabala; Arnau, 2020), é crucial pensar sobre as aprendizagens dos distintos componentes que configuram qualquer competência. Para isso, é preciso saber quais devem ser suas finalidades, ou seja, o resultado que se espera ao final da aprendizagem, e isso se relaciona à noção de padrão.

Scalon (2015, p. 167) afirma que “os padrões foram apresentados como uma nova maneira de exprimir as expectativas que o sistema educativo deve satisfazer em todos os níveis de formação”, ou seja, objetiva aumentar o nível de aprendizagem dos alunos em relação ao que é esperado. Assim, os padrões apresentam objetivos a serem almejados ou resultados a serem alcançados no final do período de aprendizagem. Na esfera do ensino da contábil, observam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais e os organismos internacionais que buscam a definição desses padrões de formação.

Nesse panorama, destaca-se a importância deste estudo, que visa compreender, duplamente, como os professores têm visto acontecer esse processo

de desenvolvimento das competências nos alunos e futuros profissionais contábeis, e como a pedagogia das competências pode ajudar nesse desenvolvimento.

As pesquisas e estudos no campo das competências foram iniciados em 1973, com a publicação de David McClelland analisando as competências no âmbito da psicologia (Fleury; Fleury, 2001). Naquela época, McClelland trabalhava para o governo americano participando do processo de seleção e recrutamento do Departamento de Estado.

McClelland (1973) sublinhava duas deficiências:

- a incapacidade de prever se uma pessoa seria bem-sucedida no trabalho e na vida e;
- a oportunidade de favorecimento de preconceitos contra as minorias, mulheres e pessoas de nível socioeconômico inferior.

Assim, ele desenvolveu um método de avaliação permitindo identificar as variáveis nas competências que pudessem prever o sucesso na atuação da função no mercado de trabalho e na vida social, selecionando-as sem distinção de sexo, cor ou condição social.

McClelland (1973) desenvolveu e aplicou uma técnica especial para evidenciar as diferenças de comportamento que explicassem por que determinados diplomatas do Departamento de Estado tinham sucesso e outros não, em suas difíceis missões em países onde havia forte rejeição à presença dos EUA. Os resultados dessa pesquisa indicaram claramente diferenças de habilidades, aptidões e atitudes entre os melhores e piores embaixadores.

Dessa forma, observa-se a necessidade que existia em debater sobre o desenvolvimento de competências e habilidades que fossem auxiliar os profissionais a lograrem êxito nas suas funções.

Ainda nessa seara, Cardoso e Riccio (2010, p. 354) afirmam que o termo “competência tem como origem a palavra *competentia*, do latim, que significa a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certos assuntos, de fazer determinada coisa, com capacidade, habilidade, aptidão e idoneidade”.

E na busca pela definição do termo, Perrenoud (1999) descreve as competências como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiado em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Anos depois,

Perrenoud (2013) aprimorou esse conceito como sendo uma “capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”. Essa definição aborda as noções de que as competências não representam saberes e atitudes, “mas mobilizam, integram e orquestram tais recursos”.

Nessa mesma linha de pensamento, Barragán e Buzón (2004) asseveram que a competência “é um conjunto de conhecimentos, procedimentos, atitudes e habilidades que são pessoais e complementam um ao outro; para que o indivíduo possa agir de forma mais eficaz em situações profissionais”.

Para Le Boterf (2003), trata-se de um conceito ainda em formação, cuja conceituação se percebe como condição fundamental para o entendimento do cenário social no sistema educativo atual.

Madruga, Colossi e Biazus (2016) afirmam que o ensino superior em contabilidade é mais do que um *status* educacional de um contador, pois se constitui um valor social: formação de um profissional íntegro, honesto e com proatividade para seguir seus ideais pessoais e empresariais, estimulando o profissional a desenvolver espírito de pesquisa, consciência crítica, liderança, desenvoltura tecnológica, conscientização social, política econômica e ambiental e respeito às ordens institucionais, para que, assim, seja capaz de distinguir um bom de um mau trabalho e tenha a capacidade de atingir seus ideais de forma ética, com elevada responsabilidade social.

Diante desse cenário, para que os contadores consigam atingir o perfil apresentado e executem suas atividades, é necessário que a educação contábil auxilie no desenvolvimento das competências e habilidades necessárias.

Marchalek et al. (2016), ao estudarem as competências e habilidades do profissional contábil, notaram que as características pessoais consideradas mais importantes para o desempenho do profissional em contabilidade são a flexibilidade para transformações, seguida da liderança e da iniciativa do profissional, assim como a necessidade do trabalho em equipe.

Com base no desenvolvimento das competências profissionais, Parsons, Davidowitz e Maughan (2020) relataram que avaliações dos pontos fortes e fracos continuam a estimular o aprendizado das competências, enquanto o material de “valor agregado” oferece pouca contribuição para o seu desenvolvimento. Também expuseram que o *feedback* individual, trabalho em grupo e orientações contribuem

para o desenvolvimento da competência profissional. Além disso, foi comprovado que turmas numerosas apresentam desafios práticos para a implementação de ferramentas de aprendizagem eficazes.

Adam, Cunha e Boff (2018), ao analisar a produção científica nacional no que diz respeito a competências do contador na perspectiva da academia e do mercado de trabalho, evidenciaram que, entre as cinco competências mais comentadas entre os artigos, estão: conhecimento em contabilidade e finanças, tecnologia da informação, ética e honestidade, idiomas e raciocínio lógico, demonstrando a interdisciplinaridade necessária para a formação do contador, visto que somente uma competência apresenta relação direta com o eixo profissional do contador.

Dessa forma, nota-se a abrangência de formação do contador, que, mais do que saber a parte técnica da profissão, necessita desenvolver e aperfeiçoar diversas outras competências não técnicas. Ainda vale destacar, com base no estudo de Adam, Cunha e Boff (2018), o grau de importância das competências não técnicas mais comentadas, que representam 4 de 5 competências no geral.

Por outro lado, Reis (2017), ao buscar compreender as competências de um profissional contábil sob a ótica dos donos de escritórios contábeis, identificou, como essenciais, os conhecimentos voltados, principalmente, nas áreas tributária, trabalhista, gerencial e financeira; quanto às habilidades, são elas: iniciativa, relacionamento interpessoal, flexibilidade para mudanças e liderança; e as atitudes: responsabilidade, dedicação, pontualidade e cooperação. Além das competências abordadas, verificou-se que a formação continuada e a experiência profissional também são requisitos importantes para um profissional contábil.

Nesse contexto, cabe ressaltar que, para o desenvolvimento das competências, sejam elas técnicas ou não técnicas, o campo acadêmico é um ator essencial nesse processo de preparação e capacitação dos alunos de contabilidade para o que será esperado deles pelo mercado de trabalho.

3.2 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS À LUZ DO IAESB/IFAC

O International Federation of Accountants (IFAC) é um órgão global que se dedica ao fortalecimento do profissional contábil e é responsável pelo melhoramento contínuo da profissão. O IFAC tem a responsabilidade de criar conselhos e comitês

que buscam o desenvolvimento de padrões, regras e normas internacionais de setores específicos da área contábil (Lemes; Miranda, 2014).

Nesse cenário, o International Accounting Education Standards Board apresenta-se como um órgão normatizador, que serve ao interesse público por intermédio do fortalecimento da profissão contábil em todo o mundo, do desenvolvimento e da melhoria da educação em contabilidade.

A visão do IAESB é trabalhar em prol do interesse público, desenvolvendo Padrões de Ensino em Contabilidade e orientações, para que sejam adotados e aplicados internacionalmente pelos órgãos membros da IFAC, assim como por outras entidades interessadas na educação contábil, tais como universidades, instituições de ensino, entidades patronais, órgãos reguladores, autoridades governamentais, contadores e acadêmicos (IAESB, 2014a).

Sendo assim, destaca-se, então, o IAESB como órgão vinculado ao IFAC, cujas responsabilidades são, entre elas, o desenvolvimento de padrões e orientações educacionais, para a qualificação e estudo continuado dos profissionais contábeis.

Por meio de suas atividades, o IAESB aprimora o ensino em contabilidade através de desenvolvimento e execução das Normas Internacionais de Educação Contábil, as International Education Standards (IES). Essas normas ampliam a competência da profissão contábil em nível mundial, contribuindo para o fortalecimento da confiança pública na contabilidade (Karreman; Needles, 2013; IAESB, 2014a).

Dessa forma, a IAESB/IFAC, por meio das IES, estabelece padrões para o ensino profissional da contabilidade que preconizam competências técnicas, habilidades, valores, ética e atitudes profissionais.

O IAESB/IFAC desenvolve as Normas Internacionais de Educação que estabelecem os requisitos necessários tanto para o Desenvolvimento Profissional Inicial (DPI), cujo enfoque é nos programas de educação em contabilidade, como no Desenvolvimento Profissional Continuado (DPC), para os profissionais contábeis. Ao todo, são oito IES, sendo seis normas relativas ao DPI e duas normas relativas ao DPC.

No que diz respeito a DPIs, enfatizam-se aquelas relacionadas à formação profissional e que possuem relação direta com o objeto de estudo deste trabalho: a

IES 2 (Competências Técnicas), que é a capacidade de aplicar o conhecimento profissional para executar uma função a um padrão definido; e a IES 3 (Habilidades Profissionais), relacionadas às habilidades intelectual, interpessoal e de comunicação, pessoal e organizacional.

Essas normas podem ser melhor visualizadas na tabela a seguir:

Tabela 1: International Education Standards editadas pelo IAESB

Initial Professional Development (IPD) - Desenvolvimento profissional inicial		
IES 1	Requisitos de entrada em Programas de Educação Profissional em Contabilidade	Vigência: 01/07/2014
ESCOPO	Estabelece princípios a serem utilizados na definição e comunicação dos requisitos educacionais para o ingresso em programas de educação profissional em contabilidade.	
IES 2	Competência técnica	Vigência: 01/07/2015
ESCOPO	Estabelece os resultados da aprendizagem de competências técnicas que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial. A competência técnica é a capacidade de aplicar o conhecimento profissional para desempenhar atividades com um padrão definido.	
IES 3	Habilidades Profissionais	Vigência: 01/07/2015
ESCOPO	Estabelece os resultados da aprendizagem de competências profissionais que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial. Habilidades profissionais são: a) intelectual; b) interpessoal e comunicação; c) pessoal; d) capacidade de organização de um profissional contábil integra-se com técnicos valores de competência e profissional, ética e atitudes para demonstrar competência profissional.	
IES 4	Valores Profissionais, Ética e Atitudes	Vigência: 01/07/2015
ESCOPO	Estabelece os resultados da aprendizagem referentes a valores profissionais, ética e atitudes que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial.	
IES 5	Experiência Prática	Vigência: 01/07/2015
ESCOPO	Estabelece a experiência prática necessária que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial.	
IES 6	Avaliação da Competência Profissional	Vigência: 01/07/2015
ESCOPO	Estabelece requisitos para avaliação da competência profissionais que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial.	
Continuing Professional Development (CPD) - Desenvolvimento Profissional Contínuo		
IES 7	Desenvolvimento Profissional Contínuo	Vigência: 01/01/2014
ESCOPO	Estabelece o desenvolvimento profissional contínuo necessário para que contadores profissionais desenvolvam e mantenham sua competência profissional.	
IES 8	Requisitos de competência para Profissionais de Auditoria	Vigência: 01/07/2008
ESCOPO	Estabelece requisitos de competência para profissionais de auditoria, incluindo aqueles que trabalham em ambientes e indústrias específicas. Especifica políticas e procedimentos que os aspirantes a profissionais de auditoria devem satisfazer, antes de assumirem tais cargos.	

Fonte: Jacomossi e Biavatti (2017).

As IES apresentadas na tabela acima visam ajudar as instituições de ensino, órgãos fiscalizadores, docentes, discentes, colaboradores e demais interessados, com base na sua descrição de princípios para o processo de aprendizagem e desenvolvimento profissional na contabilidade. Um padrão internacional para a educação busca fornecer aos membros do IFAC e outros interessados no ensino contábil um ponto comum de referência.

O IAESB/IFAC (2017) almeja que a adoção e implementação das normas proporcionem uma abordagem eficaz para o desenvolvimento de competências profissionais. Espera também reduzir as diferenças internacionais entre as exigências para a atuação do contador; facilitar a mobilidade global de profissionais contabilistas; e proporcionar referências internacionais de boas práticas para a educação profissional em contabilidade. Assim, as normas foram elaboradas com a finalidade de servirem de referência para os organismos membros, instituições educacionais e, principalmente, na formação de contadores.

Nesse sentido, os padrões globais podem minimizar as diferenças entre os países e jurisdições, reduzindo, assim, as divergências nos requisitos para se qualificar e trabalhar como um contador ao longo do globo (Sugahara; Wilson, 2013; IAESB, 2014).

Por outro lado, salienta-se que as variáveis socioeconômicas, culturais e legais, assim como os procedimentos contábeis, possuem suas peculiaridades em cada país, sendo diretamente afetados pela adesão de normas previstas pelo IFAC, podendo acarretar em desempenhos desiguais e desequilibrados em diferentes locais (Lemes; Miranda, 2014).

Nessa conjuntura, vale destacar que uma padronização das normas em contabilidade e educação contábil deve levar em conta a reflexão e o debate sobre como fazer essa implementação, porém considerando e adequando a realidade de cada local. Ao contrário disso, essa padronização pode ser tornar uma ferramenta de propagação de ainda mais desigualdade social e econômica.

Perry e Nölke (2006) acreditam que a principal mudança decorrente da padronização internacional das normas contábeis foi um aumento no uso de valores de mercado, contribuindo para fortalecer o paradigma de aumento nos valores devidos a acionistas. Os autores afirmam que as estruturas e os processos de consulta do IAESB apresentam predominância de órgãos e atores ligados ao

mercado e ao setor financeiro, enquanto a representação pública fica em segundo plano e outros grupos interessados nem sequer possuem representatividade.

Essa falta de representatividade dos órgãos públicos, academia e sociedade civil, e o protagonismo do mercado financeiro na elaboração das normas do IAESB podem desencadear um viés voltado para interesses próprios e de pequenos grupos.

Nesse contexto, Chua e Taylor (2008) defendem que as justificativas econômicas costumeiramente apresentadas para a padronização e internacionalização das IFRS necessitam de auxílio empírico mais bem desenvolvido. E fortalecem a crítica de que a oferta global de padrões contábeis por parte de um órgão privado como o IAESB, em vez de uma entidade do setor público, é fruto de um arranjo político delineado por uma coalização de grupos de interesse que inclui ainda reguladores e firmas internacionais de contabilidade e auditoria (Chua; Taylor, 2008).

Homero Jr. (2019) realizou estudo com a finalidade de analisar o discurso acadêmico sobre a internacionalização das normas contábeis. Para o autor, a academia legitima esses arranjos de pequenos grupos de poderes desenvolvidos em interesses próprios ao expressarem sua rejeição à interferência estatal no processo de regulação contábil e quando se mostram entusiastas do arranjo regulatório engendrado a partir da Lei n.º 11.638/2007, no qual predomina o CPC, um órgão privado, centralizado e baseado em *expertise* técnica.

Nesse mesmo sentido, Saloti, Carvalho e Murcia (2015) apresentam que as mesmas normas que propuseram modernidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, com a entrada do IFRS, acabaram sendo um entrave à necessária evolução do modelo contábil, pois, ao inserir determinações mandatórias, no âmago da lei, de algumas práticas contábeis e de divulgação, provocou-se um indesejado “engessamento”.

O IFAC busca assegurar a implementação das IES por seus organismos membros, por meio do Statement of Membership Obligations – SMO (Declaração de Obrigação dos Membros – DOM). No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), considerados organismos de grande representatividade da profissão contábil no país, são membros do IFAC. Portanto, assumiram o compromisso na adoção das normas

internacionais estabelecidas, inclusive as normas internacionais de educação, devendo atuar na convergência à realidade brasileira.

O IFAC estabelece, nesse cenário, duas principais orientações sobre as competências e as habilidades do profissional contábil: o IES 2 e IES 3. A orientação IES 2 estabelece as competências técnicas que o profissional contábil deve possuir ao término da sua graduação, quais sejam: Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Finanças, Auditoria e Seguros, Governança, Tecnologia da Informação, Economia, Tributação, Estratégia, Leis comerciais e Ambiente Organizacional. Já a IES 3 dispõe sobre as habilidades profissionais do contador segmentadas em quatro categorias: Intelectual, Interpessoal e Comunicação, Pessoal e de Gestão Organizacional. Tais normas foram revisadas e adotadas pela IFAC desde 1º de julho de 2015.

Para Jacomossi e Biavatti (2017), a competência técnica (IES 2), de modo literal, diz respeito às áreas específicas, como, por exemplo, contabilidade, tributação e relatórios financeiros; enquanto a competência profissional (IES 3) refere-se ao desempenho organizacional e intelectual.

A IES 2 trata sobre os conhecimentos técnicos requeridos ao contador para o seu desenvolvimento profissional. De acordo com o IAESB (2014), competência técnica pode ser entendida como a capacidade de aplicar, na prática, o conhecimento profissional por meio do conjunto de competências técnicas.

O quadro abaixo possibilita a visualização das áreas de competências e os resultados de aprendizagens previstos no IES 2:

Quadro 1: Competências técnicas IES 2

Área de Competência	Resultados de aprendizagem
(a) Contabilidade e relatórios financeiros	(i) Aplicar os princípios contábeis às transações e outros eventos.
	(ii) Aplicar as normas internacionais de contabilidade (IFRS) ou outras normas relevantes para transações e outros eventos.
	(iii) Avaliar a adequação de políticas contábeis usadas para preparar demonstrações financeiras.
	(iv) Preparar demonstrações financeiras, incluindo demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as IFRS ou outras normas relevantes.
	(v) Interpretar demonstrações financeiras e divulgações afins.
	(vi) Interpretar relatórios que incluem dados e informações não

	financeiras.
(b) Contabilidade Gerencial	(i) Preparar dados e informações para apoiar a tomada de decisões gerenciais em tópicos como planejamento e orçamento, gestão de custos, controle de qualidade, medição de desempenho e análise comparativa.
	(ii) Aplicar técnicas para apoiar a tomada de decisões gerenciais, incluindo custeio de produtos, análise de variação, gerenciamento de estoque e orçamento e previsão.
	(iii) Aplicar técnicas quantitativas apropriadas para analisar o comportamento dos custos e os direcionadores dos custos.
	(iv) Analisar dados e informações para apoiar a tomada de decisão gerencial.
	(v) Avaliar o desempenho dos produtos e segmentos de negócios.
(c) Finanças e gestão financeira	(i) Comparar as várias fontes de financiamento disponíveis para uma organização, incluindo financiamento bancário, instrumentos financeiros e mercados de títulos, ações e tesouraria.
	(ii) Análise do fluxo de caixa de uma organização e dos requisitos de capital de giro.
	(iii) Analisar a posição financeira atual e futura de uma organização, usando técnicas que incluem análise de índices, análise de tendências e análise de fluxo de caixa.
	(iv) Avaliar a adequação dos componentes usados para calcular o custo de capital de uma organização.
	(v) Aplicar técnicas de orçamento de capital na avaliação de decisões de investimento de capital.
	(vi) Explicar as abordagens de avaliação de renda, de ativos e de mercado usadas para decisões de investimento, planejamento de negócios e gestão financeira de longo prazo.
(d) Tributação	(i) Explicar os requisitos de arquivamento e conformidade tributária nacional.
	(ii) Preparar cálculos de impostos diretos e indiretos para pessoas físicas e jurídicas.
	(iii) Analisar as questões tributárias associadas a transações internacionais não complexas.
	(iv) Explicar as diferenças entre planejamento tributário, elisão fiscal e evasão fiscal.
	(i) Descrever os objetivos e as fases envolvidas na realização de uma auditoria de demonstrações financeiras.

(e) Auditoria e asseguração	(ii) Aplicar as Normas Internacionais de Auditoria ou outras normas, leis e regulamentos de auditoria relevantes aplicáveis a uma auditoria de demonstrações financeiras.
	(iii) Avaliar os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras e considerar o impacto na estratégia de auditoria.
	(iv) Aplicar métodos quantitativos que são usados em trabalhos de auditoria.
	(v) Identificar evidências de auditoria relevantes, incluindo evidências contraditórias, para fundamentar julgamentos, tomar decisões e chegar a conclusões bem fundamentadas.
	(vi) Concluir se foi obtida evidência de auditoria suficiente e apropriada.
	(vii) Explicar os principais elementos dos trabalhos de asseguração e as normas aplicáveis que são relevantes para esses trabalhos.
(f) Governança, gestão de riscos e controle interno	(i) Explicar os princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, investidores e responsáveis pela governança; e o papel das partes interessadas nos requisitos de governança, divulgação e transparência.
	(ii) Analisar os componentes da estrutura de governança de uma organização.
	(iii) Analisar os riscos e oportunidades de uma organização usando uma estrutura de gerenciamento de riscos.
	(iv) Analisar os componentes de controle interno relacionados ao reporte financeiro.
	(v) Analisar a adequação dos sistemas, processos e controles para coletar, gerar, armazenar, acessar, usar ou compartilhar dados e informações.
(g) Leis e regulamentos comerciais	(i) Explicar as leis e regulamentos que regem as diferentes formas de pessoas jurídicas.
	(ii) Explicar as leis e regulamentos aplicáveis ao ambiente em que os contadores profissionais operam.
	(iii) Aplicar os regulamentos de proteção de dados e privacidade ao coletar, gerar, armazenar, acessar, usar ou compartilhar dados e informações.
	(i) Explicar o impacto do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ambiente e no modelo de negócios de uma organização
	(ii) Explicar como as TIC apoiam a análise de dados e as decisões.
	(iii) Explicar como as TIC apoiam a identificação, o relato e a

(h) Tecnologias de informação e comunicação	gestão de riscos em uma organização.
	(iv) Usar as TIC para analisar dados e informações.
	(v) Usar as TIC para aumentar a eficiência e eficácia da comunicação.
	(vi) Aplicar as TIC para aumentar a eficiência e eficácia dos sistemas de uma organização.
	(vii) Analisar a adequação dos processos e controles de TIC.
	(viii) Identificar melhorias nos processos e controles de TIC.
(i) Ambiente empresarial e organizacional	(i) Descrever o ambiente em que uma organização opera, incluindo os principais aspectos econômicos, legais, regulatórios, políticos, tecnológicos, sociais e culturais.
	(ii) Analisar aspectos do ambiente global que afetam o comércio e as finanças internacionais.
	(iii) Identificar as características da globalização, incluindo o papel das multinacionais e dos mercados emergentes.
(j) Economia	(i) Descrever os princípios fundamentais da microeconomia e da macroeconomia.
	(ii) Descrever o efeito de mudanças nos indicadores macroeconômicos sobre a atividade empresarial.
	(iii) Explicar os diferentes tipos de estruturas de mercado, incluindo concorrência perfeita, concorrência monopolista, monopólio e oligopólio.
(k) Estratégia e gestão empresarial	(i) Explicar as várias maneiras pelas quais as organizações podem ser projetadas e estruturadas.
	(ii) Explicar o propósito e a importância dos diferentes tipos de áreas funcionais e operacionais dentro das organizações.
	(iii) Analisar os fatores externos e internos que podem influenciar a estratégia de uma organização.
	(iv) Explicar os processos que podem ser usados para desenvolver e implementar a estratégia de uma organização.
	(v) Explicar como as teorias do comportamento organizacional podem ser usadas para melhorar o desempenho do indivíduo, da equipe e da organização.

Fonte: IFAC (2019).

Na busca por desenvolver as competências para atender às demandas contábeis, o International Federation of Accountants (IFAC) em 2012 aprovou a International Education Standard (IES 3), com um conjunto de competências individuais classificadas em 5 (cinco) categorias:

- Competências intelectuais que contribuem na identificação e solução de problemas, na análise crítica e na tomada de decisões;
- Competências técnicas e funcionais que se referem a conhecimentos e habilidades específicas e gerais da área de contabilidade;
- Competências pessoais que dizem respeito a atitudes e comportamentos desejáveis ao profissional da área contábil;
- Competências interpessoais e de comunicação, relacionadas à interação do profissional com outras áreas de conhecimento;
- Competências organizacionais e de gerenciamento de negócios, relacionadas ao funcionamento da organização.

De acordo com os trabalhos de Cardoso (2006), Callado e Amorim (2017) e a classificação da Norma Internacional (IES 3), estabelecida pelo IFAC, foram listadas as competências exigidas aos contadores ou profissionais da área de contabilidade, categorizadas e classificadas conforme foram utilizadas como base para investigação. Na Tabela 1, é possível perceber melhor a ilustração das competências:

Tabela 2: Competências previstas no IES 3

COMPETÊNCIAS INTELECTUAIS	
1	Habilidade para localizar, obter e organizar informações de diversas fontes (humanas, impressas e eletrônicas)
2	Capacidade de raciocínio, pensamento lógico e análise crítica
3	Capacidade de identificar problemas
4	Capacidade para resolver problemas em situações inesperadas
5	Capacidade de elaborar decisões acertadas e ágeis
COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS	
6	Conhecimentos em matemática avançada
7	Conhecimentos em estatística
8	Domínio de sistemas de tecnologia da informação
9	Conhecimento de modelos de decisão
10	Fazer análise de risco
11	Uso de medidas de acompanhamento de resultados

12	Elaboração de relatórios técnicos especializados
13	Atuação em conformidade com a legislação
14	Conhecimentos dos requerimentos de agências reguladoras
15	Uso e desenvolvimento de ferramentas de controle
16	Conhecimentos em Contabilidade
17	Conhecimentos em Finanças
18	Conhecimentos na área fiscal
19	Escrever bem os relatórios e documentos da área contábil
COMPETÊNCIAS PESSOAIS	
20	Autogerenciamento das atividades
21	Ter iniciativa
22	Buscar o autodesenvolvimento profissional
23	Saber influenciar pessoas
24	Habilidade para selecionar e definir prioridades para atingir as metas com os recursos disponíveis
25	Capacidade de se adaptar às mudanças
26	Agir com ética e integridade
27	Seguir princípios e valores no relacionamento interpessoal
28	Ser empreendedor
29	Ter autocontrole
COMPETÊNCIAS INTERPESSOAIS E DE COMUNICAÇÃO	
30	Trabalhar com outras áreas da empresa como consultor de processos e solucionar conflitos
31	Trabalhar em equipe
32	Interagir com pessoas de outras culturas e nível intelectual
33	Negociar soluções aceitáveis e acordos em diversas situações
34	Ser capaz de trabalhar em um ambiente multicultural
35	Apresentar, discutir, relatar e defender visões em situações diversas formais e informais
36	Falar corretamente em público;
37	Domínio efetivo de outros idiomas
38	Saber atender às demandas dos colegas e chefias
39	Relacionamento exterior

40	Ouvir eficazmente
41	Saber negociar
42	Ter boa comunicação interpessoal
COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E DE GERENCIAMENTO DE NEGÓCIOS	
43	Fazer o planejamento estratégico
44	Gerenciar projetos
45	Gerenciar projetos
46	Gerenciar recursos e tomada de decisão
47	Habilidades para organizar e delegar tarefas
48	Habilidades para motivar e desenvolver pessoas
49	Capacidade de liderança
50	Fazer julgamento profissional e com discernimento
51	Usar técnicas de gestão
52	Pensar e agir estrategicamente
53	Saber administrar e organizar bem o tempo
54	Foco na qualidade das decisões

Fonte: IFAC, Cardoso (2006) e Callado e Amorim (2017).

Observa-se, no levantamento apresentado no quadro acima, a existência de 54 competências exigidas ao profissional contábil, um número expressivo que representa a complexidade atribuída a esse perfil que vem evoluindo, principalmente por meio das transformações tecnológicas e da globalização. Logo, é possível notar o quão abrangente são essas competências que tratam de questões técnicas, da parte de gestão e do planejamento estratégico. Essa representação é significativa pois mostra que, no atual mercado, não são necessários apenas conhecimentos técnicos e operacionais (Pagnoncelli, 2016).

Dessa forma, Leal et al. (2008) discorrem sobre as habilidades e competências do contador, enfatizando as seguintes: demonstração de visão sistêmica e interdisciplinar acerca da atividade contábil. Sendo assim, nota-se que o contador deve ser um profissional multidisciplinar, com diferentes competências em diversas áreas de conhecimento, tratando de relações interpessoais e de gestão de negócios e pessoas.

No que diz respeito a competências intelectuais, destaca-se a necessidade do profissional contábil em possuir pensamento crítico, bom raciocínio e habilidades para identificação e resolução de problemas presentes no seu cotidiano.

As competências técnicas, conforme previstos pela IES 2, abordam mais profundamente as habilidades exigidas do contador na execução de suas tarefas rotineiras, como a necessidade de conhecimento básico em estatística, matemática, legislações, finanças, contabilidade, além do manuseio de ferramentas tecnológicas, que estão presentes cada dia mais na rotina contábil, e da capacidade em avaliações de riscos empresariais e na elaboração de demonstrativos financeiros. Essas práticas estão mais diretamente ligadas a tarefas diárias do contador.

Além das competências e habilidades específicas ao exercício da profissão contábil, algumas instituições de ensino superior já ponderaram para a necessidade de aprimorar as competências socioemocionais, de forma direta ou transversal, considerando que os egressos devem assumir responsabilidades, gerenciar equipes, comunicar-se de modo efetivo e tomar decisões (Kuzuyabu, 2018).

No quesito de competências pessoais, são apresentadas características exigidas do contador, como: saber se relacionar, dominar a comunicação, ser proativo, agir com respeito, ética e transparência, ser bom ouvinte, usar corretamente a linguagem e ter autocontrole.

Jacomossi e Biavatti (2017) buscaram evidenciar as influências que as normas internacionais de educação propostas pelo IAESB poderiam exercer no ambiente de educação contábil brasileiro na percepção dos profissionais, pesquisadores e professores de contabilidade. Os resultados apontam um ensino contábil voltado ao tecnicismo e que as instituições não possuem aptidão suficiente para preparar o profissional contábil, no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades intelectuais, de comunicação e relacionamento interpessoal, conforme preconiza a IES 3.

Os resultados também apontam que as principais influências da norma IES 3 no ensino contábil brasileiro seriam a condução de métodos de ensinamentos ativos, implicando uma readaptação dos professores à nova realidade de ensino e uma reestruturação das diretrizes curriculares dos cursos, ressaltando uma formação multidisciplinar e que possibilite a integração entre teoria e prática no ensino (Jacomossi; Biavatti, 2017).

Na análise de Barrese, Bastoni e Nogueira (2017), os elementos que compõem a competência profissional, apresentadas nas IES 2 e 3, as habilidades profissionais (IES 3) são as que possuem menor grau de desenvolvimento durante o ensino superior, segundo a percepção dos participantes do estudo. Os autores ainda sublinham que outros ambientes, especialmente os relacionados à prática profissional, mostraram-se efetivos no desenvolvimento de competências e habilidades, complementando a formação acadêmica.

Sendo assim, Holtz, Cabral e Carvalho (2019), ao analisarem os Projetos Pedagógicos dos cursos superiores de em Ciências Contábeis, sugerem uma revisão destes, por acreditarem em uma baixa padronização com os órgãos internacionais de educação em contábil. As autoras destacam que a baixa adesão encontrada (menor que 50%) indica que grande parte do planejamento curricular das instituições de ensino superior se dá pelo isomorfismo coercitivo, com maior ênfase às exigências governamentais. Considerando as características mundiais do profissional contábil hoje em dia, uma formação não integrada ao processo de globalização pode interferir de maneira negativa em sua incorporação no mercado de trabalho.

Por fim, a última competência apresentada foram as de capacidade organizacional e de gerenciamento de negócios, sendo que, nesse quesito, ressaltam-se: a capacidade em gerir projetos e negócios, capacidade de liderança, gestão, motivação e desenvolvimento de pessoas, além de êxito nas tomadas de decisões. Silva, Teixeira e Bezerra (2017) sugerem que a tradicional atuação do profissional tenha sido superada pela ação prática voltada a oferecer ao mercado habilidades e competências como gerenciamento e avaliação de cenários de sucesso e insucesso das organizações.

Santana (2017) defende que as IES devem ser constantemente revisadas de forma a acompanhar e refletir as mudanças ocorridas no meio pragmático, bem como melhorar a clareza e a qualidade das normas. De acordo com o IAESB (2019), a última revisão realizada na IES 3 ocorreu ainda no ano de 2015.

3.3 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS NAS DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES

No Brasil, as diretrizes e bases da educação nacional foram estabelecidas pela Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), compreendendo todos os

níveis da educação escolar. No entanto, para a elaboração de seus currículos, as IES devem seguir as orientações contidas nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação, propostas pelo Ministério da Educação e deliberadas pela Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação. Especificamente, para a formação do profissional contábil em nível de graduação, as IES devem observar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 10/2004, a qual estabelece o perfil do egresso, as competências e habilidades e os conteúdos de formação.

Silva (2014) afirma que as competências e habilidades esperadas do egresso e dispostas na DCN evidenciam a priorização da formação do profissional com conhecimento contábil, principalmente financeiro e gerencial, voltado para o contexto econômico, globalizado e impactado pelas tecnologias de informação e comunicação. Salieta ainda a visão sistêmica e interdisciplinar do contador no exercício de suas funções, a qual deve ser norteadada por valores e atitudes que demonstrem seu papel de cidadão (Silva, 2014).

Assim, observa-se que a formulação das DCN para o curso de Ciências Contábeis antecede aos movimentos ocorridos no Brasil a partir de 2008, com significativa mudança nos padrões contábeis e os consequentes reflexos no ensino contábil. Lemes e Miranda (2014) destacam que as habilidades propostas pela Resolução CNE/CES n.º 10/2004 estão alinhadas às práticas contábeis ocorridas naquela época no Brasil e que é importante observar as propostas mais contemporâneas, como as do IAESB/IFAC, que estão mais direcionadas às práticas contábeis globais (IFRS).

O objetivo do IFRS em conjunto com IFAC é desenvolver, de acordo com o interesse geral, um conjunto único de normas para demonstrativos financeiros de alta qualidade, compreensível, executável, universal e baseado em princípios bem definidos.

O perfil do contador mudou, pois, constantemente, novas competências são exigidas desse profissional. As atribuições e responsabilidades, que até então determinavam suas funções e posições nas empresas, mudaram. Sua participação no processo decisório passou a exigir-lhe uma visão mais complexa dos cenários em que a empresa se encontra, fazendo com que o seu trabalho deixe de ser apenas um instrumento operacional de transcrição de valores e resultados

contábeis, criando, assim, a necessidade de o profissional contábil assumir também funções gerenciais. Portanto, o empreendedorismo, entre outros, passa a ser um fator relevante às qualificações e competências gerenciais desse “novo” profissional (Madruga; Colossi; Biazus, 2016).

Com base na Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, o curso deve proporcionar uma formação profissional que revele, entre outras, as competências e habilidades em demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da profissão contábil (Conselho Nacional de Educação, 2004).

A seguir apresenta-se o Quadro 2, em que são apresentadas as competências preconizadas conforme Resolução das DCN:

Quadro 2: Competências conforme Resolução n.º 10 do Conselho Nacional de Educação (2004)

Artigo	Competências
Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:	I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

	I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais; II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais; IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão; VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:	VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação; VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Fonte: Conselho Nacional de Educação (2004).

Madruga, Colossi e Biazus (2016) sustentam que o ensino superior em Ciências Contábeis é mais do que um *status* educacional de um contador, pois constitui-se um valor social: formação de um profissional íntegro, honesto e com força de vontade para perseguir seus ideais pessoais e societários, estimulando o profissional a desenvolver espírito de pesquisa, consciência crítica, liderança, desenvoltura tecnológica, conscientização social, política econômica e ambiental e respeito às ordens institucionais, para que, assim, seja capaz de distinguir um bom

de um mau trabalho e tenha a capacidade de atingir seus ideais de forma ética, com elevada responsabilidade social.

Para Marchalek et al. (2016), que analisaram as competências e habilidades do profissional contábil, verificou-se que características pessoais consideradas mais importantes para o desempenho do profissional contábil são a flexibilidade para mudanças, seguida da liderança e iniciativa do profissional, assim como a necessidade de trabalhar em equipe dentro da profissão.

Nota-se que o perfil exigido do profissional contábil está totalmente relacionado às evoluções tecnológicas, à globalização e a mudanças nos ambientes de trabalho. Em contrapartida, as DCN constituem documento orientador ainda antigo, pois muitos aspectos na sociedade já mudaram desde sua promulgação.

Em relação ao desenvolvimento das competências do contador, Parsons, Davidowitz e Maughan (2020) relatam que avaliações dos pontos fortes e fracos continuam a impulsionar o aprendizado por competências, enquanto o material de “valor agregado” oferece pouca contribuição positiva para o desenvolvimento delas. Também expuseram que o *feedback* individual, trabalho em grupo e orientações contribuem para o desenvolvimento da competência profissional. Além disso, foi denotado que turmas grandes apresentam desafios práticos para implementar as ferramentas de aprendizagem eficazes.

Ao examinarem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes particulares do profissional contábil no atual mercado de trabalho brasileiro, Cosenza, Gomes e Devillart (2015) verificam que existe a necessidade de o contador conquistar maior credibilidade profissional e dispor de conhecimentos mais sólidos relativos ao controle de gestão. Também é necessário que possua conhecimentos em outras áreas, as quais devem dialogar com o processo decisório das empresas, e que tenha absoluto domínio da tecnologia da informação.

No mesmo sentido, Madruga, Colossi e Biazus (2016) observam que o perfil profissional esperado frente às mudanças globais e seus encadeamentos influenciam as características profissionais e competências do contador, exigindo-lhe mudanças de atitude e comportamento frente às suas novas atividades. O novo perfil requer uma atualização de sua ideia de gestão e uma visão de mundo mais ampla, capaz de perceber a realidade em que a organização se insere e a extensão de suas responsabilidades gerenciais. Além disso, suas posturas éticas baseadas

em valores precisam ter absoluta transparência para o efetivo exercício de sua liderança, no desempenho das funções gerenciais.

3.4 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE IFAC/IAESB E DCN

O IAESB e o Conselho Nacional de Educação (CNE) são órgãos responsáveis por normatizar e oferecer diretrizes para o funcionamento dos cursos superiores de Ciências Contábeis. O IAESB é uma instituição internacional, que busca padronizar as funções e o perfil do contador em âmbito global. Por outro lado, o CNE/MEC é responsável por estabelecer direções para os cursos de contabilidade no Brasil.

Os dois órgãos apresentam normativos que buscam, além de definir um perfil para o profissional de contabilidade, estabelecer competências e habilidades exigidas desses profissionais durante o exercício da profissão. Nesse sentido, o IAESB desenvolveu as IES 2 e 3 que tratam dessas competências, enquanto, em âmbito nacional, essas particularidades são abordadas pelas DCN.

Conforme conteúdo apresentado nos tópicos anteriores, é possível realizar uma comparação entre as diretrizes e normas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas IES 2 que instituem as competências técnicas e a IES 3 que define as habilidades e competências não técnicas esperadas dos contadores pela sociedade e pelo mercado de trabalho.

Foram esquematizados, para a apresentação, os parágrafos 4º e 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais no que tange às normas nacionais, além das International Education Standards (IES) 2 e 3 das normas internacionais de educação contábil. Ambas as normas apresentam a ideia das competências do profissional contábil nesse processo de formação.

De acordo com o material apresentado, é possível identificar que, nas DCN, são abordadas funções do contador, mais do que as competências propriamente ditas. Essa norma, inclusive, generaliza as competências para as áreas de conhecimento da contabilidade, não detalhando e aprofundando em competências específicas para as áreas de atuação. Faltam ainda, na norma brasileira, uma diferenciação entre as competências técnicas e as não técnicas bem como um destaque para importância do desenvolvimento de ambas.

Enquanto isso, nas IES 2 e 3, as competências a serem exigidas do contador possuem um aprofundamento e um detalhamento maiores. Na IES 2, nota-se que os campos de conhecimento em contabilidade são separados em três grupos, em que cada qual possui suas competências a serem desenvolvidas. E na IES 3, as competências é que são divididas em cinco grupos: Intelectuais; Técnicas e Funcionais; Pessoais; Interpessoais e de Comunicação; e Organizacional e de Gerenciamento de Negócios. Dentro de cada grupo são especificadas as competências e habilidades exigidas para o exercício da profissão contábil.

Apesar de os dois órgãos possuírem a mesma finalidade de promover e desenvolver a profissão contábil, as realidades encontradas em cada localidade influenciam diretamente no funcionamento e nos resultados esperados de cada local, uma vez que cada um possui a sua própria cultura, organização e, com isso, podem apresentar desigualdades e discrepâncias nos resultados (Lemes; Miranda, 2014).

Dessa forma, pode-se afirmar que é necessária atenção a particularidades de cada país para implementação de uma padronização contábil, uma vez que, apesar de as finalidades serem as mesmas, a implementação em cada país deverá considerar sua cultura e realidade.

Para isso, cada país deve estabelecer planejamento e ferramentas para que as normas contábeis e exigências do perfil profissional do contador sejam implementadas desde o período da graduação.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) surgiu no Brasil como importante instrumento, capaz de fazer com que as Instituições de Ensino pudessem lidar com os problemas sociais, principalmente a diversidade, que é um dos maiores desafios da Instituição de Ensino (Furtado, 2017), como também o que consta no Título I da LDB, § 2º, no sentido de que cabe “à educação escolar e acadêmica vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996, p. 1).

Destaca-se que a formação do contador no Brasil deve atender à Resolução CNE/CES 10/2004, que instituiu as DCN para o curso de graduação em Ciências Contábeis. As diretrizes devem constar no PPC de cada instituição, e, entre outros aspectos, apresentam o perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades (Brasil, 2004).

O entendimento acerca de onde se encontra a educação contábil brasileira, passa, inevitavelmente, pelo debate sobre os PPCs de Ciências Contábeis, com objetivo de analisar se as instituições de ensino superior têm alinhado seus currículos às exigências dos órgãos internacionais, inclusive pelo fato de as diretrizes curriculares nacionais terem sido elaboradas há mais de 14 anos, em um panorama profissional diferente do atual (Lemes; Miranda, 2014).

Nesse sentido, pode-se considerar o PPC como uma ferramenta capaz de pensar e desenvolver a educação contábil, a fim de que possa abranger tanto as DCN quanto as normas internacionais de educação contábil do IAESB, com intuito de internacionalizar e padronizar as normas contábeis e as exigências do mercado para o contador.

Considerando, assim, que a formação do profissional contábil se baseia nos PPCs das instituições de ensino superior, é fundamental que eles debatam sobre as estratégias de desenvolvimento das competências e habilidades dos futuros contadores. Holtz et al. (2019) analisaram 13 PPCs de instituições de ensino da Região Sudeste com objetivo de fazer uma análise comparativa com a abrangência de habilidades e competências previstas pelos IES 2 e 3 do IAESB.

Com base nesta análise, a baixa abrangência dos PPCs às normas e diretrizes revela que as instituições de ensino que foram analisadas, ainda, não estão integradas no processo de globalização da formação do profissional contábil. As competências técnicas de finanças e gestão financeira; governança, gerenciamento de riscos e controle interno; e economia não foram identificadas em nenhum dos PPCs analisados. A importância global atribuída a esses assuntos requer uma revisão dos PPCs, visto que, em mercados globais, o contador que não compreender questões financeiras e econômicas, assim como de governança, tenderá a perder espaço no âmbito profissional (Holtz; Cabral; Carvalho, 2019).

Dessa forma, observa-se que a realidade das competências e habilidades exigidas do profissional contábil em âmbito nacional e internacional ainda possui uma grande discrepância. Um reflexo dessa diferença pode ser evidenciado justamente na análise dos PPCs brasileiros, que se distanciam bastante das diretrizes internacional para a educação contábil.

Nesse âmbito, Breda et al. (2021) analisaram a percepção dos discentes a respeito das competências técnicas e não técnicas a serem desenvolvidas durante o

período de graduação em contabilidade. Os resultados apontam que as competências técnicas que mais apresentam concordância entre os alunos de graduação estão relacionadas com as tomadas de decisões, situação atual e futura da entidade e controles e uso da tecnologia da informação como ferramenta para a tomada de decisões. Com relação às habilidades profissionais, identifica-se que há maior concordância com o desenvolvimento de habilidades gerais, como organização e liderança dentro das organizações.

Espera-se, assim, que exista maior fomento por parte das instituições de ensino frente ao desenvolvimento das competências técnicas e habilidades profissionais à luz da IFAC no curso de graduação, pois essa direção entre os currículos pedagógicos e o proposto pelo IFAC pode garantir ganhos mercadológicos e educacionais para as Ciências Contábeis (Breda; Moraes; Lopes; Meurer, 2021).

Soares, Rosa e Soutes (2023) investigaram as competências e habilidades necessárias para o contador de acordo com o IAESB e analisaram o desenvolvimento dessas competências por parte de alunos em Ciências Contábeis.

O estudo foi realizado por meio da aplicação de questionários aos alunos. E os resultados mostram que as competências nas áreas de Contabilidade e Relatórios Financeiros; Ambiente Empresarial e Organizacional foram as que mais foram desenvolvidas, durante a graduação. As áreas de Contabilidade Gerencial, Economia e Tributação apresentaram médio desenvolvimento, enquanto as relacionadas a Auditoria, Gestão Financeira e a Leis e Regulamentos Empresariais apresentaram baixa adesão (Soares; Rosa; Soutes, 2023).

Correia (2020) também analisou a percepção dos discentes do curso de graduação da Universidade de Brasília quanto ao desenvolvimento das competências e habilidades durante a graduação, com base nas diretrizes do IAESB. Os resultados sugerem que, com base na percepção dos discentes, o curso de Ciências Contábeis, em conjunto com a participação em atividades extracurriculares e experiências práticas, proporciona uma formação profissional satisfatória, com competência para o ingresso e atuação no mercado de trabalho. As habilidades interpessoais e de comunicação apresentaram bons níveis de desenvolvimento, enquanto as habilidades intelectuais e organizacionais não foram tão desenvolvidas durante o ensino superior.

Por outro lado, Silva et al. (2020) investigam os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis para comparar com a aderência das normas internacionais de educação contábil. O resultado compreende que outros assuntos e disciplinas concernentes aos conhecimentos gerais precisam ser implementados nos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis para contemplar e discutir assuntos contemporâneos não considerados, tais como: diversidades políticas, ambientais, culturais e humanas (gênero, questões raciais e étnicas); valores sociais; comportamento humano; sociologia e solidariedade.

Sobre essas conformidades das normas nacionais e interacionais de educação contábil, Dias et al. (2020) afirmam que, na IES estudada, evidencia-se a tentativa de manutenção da tradição institucional sob uma nova roupagem da competência que, a rigor, não se constitui uma (re)adequação curricular ao proposto no currículo mundial e nem, tampouco, uma tratativa diferenciada nas práticas que já estão instituídas.

É possível notar, de acordo com o estudado neste capítulo, que as exigências do IAESB se mostram mais complexas e detalhadas, abrangendo áreas como a tecnologia da informação, que não está presente nas normas das DCN. Além disso, pode-se observar que o IAESB abrange, além das competências técnicas, aquelas competências não técnicas ligadas ao socioemocional do profissional, como comunicação, escrita, trabalho em equipe, oratória, organização, entre outras.

Essas competências não técnicas não são destacadas nos normativos das DCN. As diretrizes nacionais abordam essas competências de uma forma mais superficial, apresentando de forma mais genérica o que é exigido do mercado de trabalho e quais competências os alunos precisam desenvolver durante o curso superior. Nesse sentido, pode-se declarar que, enquanto o IAESB detalha os conhecimentos, habilidades e competências, de forma mais abrangente, a serem desenvolvidas pelo profissional contábil no exercício de sua função, pode possibilitar uma melhor compreensão do contador sobre o seu papel na sociedade.

Por outro lado, as DCN são mais genéricas em comparação com as diretrizes do IAESB, uma vez que apresenta diretrizes mais amplas e subjetivas, não detalhando ou especificando de forma mais detalhada o que deve ser desenvolvido pelos alunos de contabilidade durante o curso para exercer sua função no mercado de trabalho.

Um dos motivos que podem ser levantados como uma possível causa dessa diferença nas normas de educação contábil é o período em que foram redigidas. Se observadas, as diretrizes nacionais foram estabelecidas há 20 anos, e, nesse período, foram apresentadas diversas mudanças sociais, as quais influenciaram não só na profissão e no ambiente de trabalho como também no perfil do contador.

Essas Diretrizes Curriculares Nacionais, atualmente, encontram-se em debate no Brasil. O objetivo é rever e readequar aquilo que seja necessário, uma vez que o atual texto foi escrito há quase 10 anos, além de visar à globalização da profissão e aproximação das exigências previstas pelos órgãos internacionais de regulação profissional e educacional em contabilidade.

No contexto das competências na educação contábil, este capítulo fez uma contextualização dos estudos contábeis relacionados ao tema das competências contábeis, além de abordar as normas contábeis que tratam das competências em nível nacional e internacional. E por fim, foi realizada uma comparação entre o texto das normas das DCN e do IAESB/IFAC. No próximo capítulo, será apresentada a pedagogia que trata sobre um método de desenvolvimento dessas competências que são exigidas do profissional.

4 PEDAGOGIA DO APRENDIZADO POR COMPETÊNCIAS

O termo competência é abordado em diversas áreas do conhecimento. Perrenoud (2013) salienta que, na educação e no trabalho, assim como com as ciências, é possível identificar entendimento acerca do conceito do termo. Nessa perspectiva, ela se refere ao poder de agir com eficácia em determinada ocasião, mobilizando e combinando recursos intelectuais e emotivos.

Pode também ser considerada, assim, como a capacidade de resolver problemas em diferentes situações e diversos cenários. Na educação básica ou no ensino superior, a aplicação, lembram Zabala e Arnau (2020), é a mesma, “ao entendermos que a função é preparar os alunos para responder a situações que possam surgir no futuro”.

Dessa forma, os alunos do ensino superior são preparados para lidar com as situações futuras que serão exigidas da profissão escolhida. Vale frisar que, além de conhecimento técnico, é necessário também conhecimentos pessoais e não técnicos para que estejam preparados para enfrentar a realidade prática.

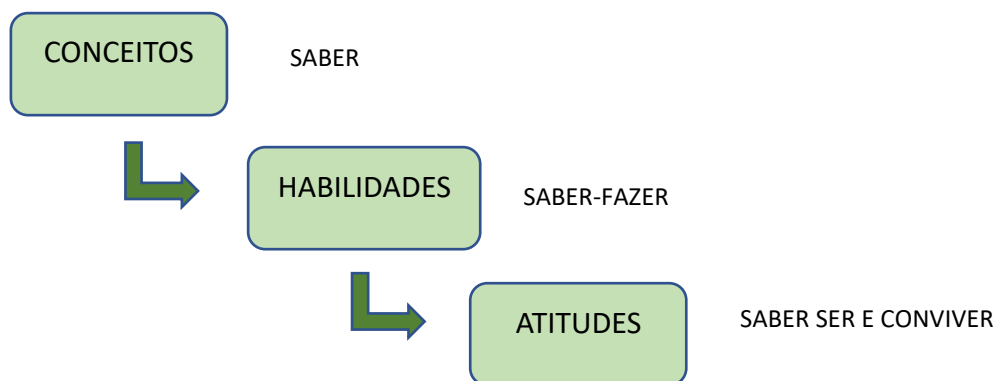
Nessa direção, Perrenoud (1999, p. 7) afirma que:

Se aceitarmos que competência é uma capacidade de agir eficazmente num determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles, é preciso que alunos e professores se conscientizem das suas capacidades individuais que melhor podem servir o processo cíclico de Aprendizagem-Ensino-Aprendizagem.

Dessa forma, é fundamental diferenciar competência de habilidade. Compreende-se, de forma simplificada, que a competência orchestra um conjunto de esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação, enquanto a habilidade é menos ampla e pode servir a várias competências. Perrenoud (1999, p. 7) assegura que, “para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos”.

O ponto inicial para melhor compreensão do sentido das competências acontece na valorização do conceito ao saber que todas as pessoas as possuem com base nas suas relações, vivências e experiências. A figura abaixo ilustra melhor os componentes das competências:

Figura 1: Componentes das competências



Fonte: Cecchetti e Tedesco (2020) com base em Zabala e Arnau (2010).

Essa figura apresenta os componentes que formam as competências, assim como os seus significados. Dessa forma, observa-se que, segundo os autores, Cecchetti e Tedesco (2020), as competências são formadas por meio de três componentes: o conceito, as habilidades e as atitudes, que significam, respectivamente, “o saber, o saber fazer e o saber ser e conviver”.

Nesse contexto e relacionando o tema ao objeto de estudo, ao compreender o conceito de competências, percebe-se o quão importantes elas são para a vida e exercício profissional do ser humano. Ao desenvolver as competências necessárias, o profissional se mostra pronto para enfrentar os desafios e exigências sociais e do mercado de trabalho.

Sendo assim, Zabala e Arnau (2010) reiteram que os processos de aprendizagem por competências residem na intenção de bem formar as gerações atuais, para que possam responder, de forma competente, aos problemas complexos da vida contemporânea. Isso implica, por consequência, superação de concepções e práticas transmissoras e memorizadoras de conteúdo.

Em seu lugar, ganham centralidade ações pedagógicas que mobilizam, ao mesmo tempo, de forma inter-relacionada, “componentes atitudinais, procedimentais e conceituais” (Zabala; Arnau, 2010, p. 11). Com isso, qualquer conteúdo de aprendizagem ou é conceitual (saber), procedimental (saber-fazer), ou atitudinal (ser/viver), ou é uma conjugação entre os três domínios.

Para tanto, é fundamental perceber que a academia deve repensar suas formas de processar a educação, buscando entender como trabalhar com as competências, pois, segundo Perrenoud (1999, p. 18):

A abordagem por competências é uma maneira de levar a sério um problema antigo, o de transferir conhecimentos. Em geral, a escola preocupa-se mais com ingredientes de certas competências e menos em colocá-las em sinergia nas situações complexas. Durante a escolaridade básica, aprende-se a ler, escrever, contar, mas, também, a raciocinar, explicar, resumir, observar, comparar, desenhar e dúzias de outras capacidades gerais. Assimilam-se conhecimentos disciplinares, como Matemática, História, Ciências, Geografia etc.

Esse modelo de educação não é algo novo. Conforme Sacristan (2011, p. 7), é comum acreditarmos que “linguagens e metáforas que nos levam a denominar de forma aparentemente nova aquilo que, até então, reconhecíamos de outra forma”. Isso se enquadra no caso da formação por competências.

De acordo com Albino e Silva (2019), essa pedagogia surgiu nos EUA na década de 1960 a partir de reflexões sobre a aprendizagem de discentes e as habilidades e competências necessárias em seus cotidianos fora da escola. Nesse mesmo período, os autores destacaram a influência do behaviorismo nas finalidades pedagógicas, ao buscar analisar quais seriam os comportamentos adequados dos alunos.

Albino e Silva (2019) esclarecem ainda que esse modelo na Europa foi estimulado por intermédio de políticas públicas educacionais defendidas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como descrito pela declaração de Bolonha. Essa declaração foi um compromisso assinado por dezenas de ministros de educação, de diversos países que buscavam uma reforma do ensino superior.

A Declaração de Bolonha (1999) foi um acordo realizado por ministros da educação de diferentes países da Europa, visando prover mobilidade entre os países que faziam parte do acordo, bem como garantir uma qualidade nos métodos e critérios de ensino. Igualmente, tinha o objetivo de garantir que o ensino superior europeu atraísse o olhar das demais nações sobre o seu modelo (Albino; Silva, 2019).

Na América Latina, a formação por competências se intensifica nos processos de reformas na educação, como parte de uma reforma estrutural do Estado e os ajustes necessários na economia desses países nos anos de 1990. Naquela época, a meta era a estabilização econômica e o equilíbrio financeiro, mediante cortes nas despesas públicas, flexibilização das leis trabalhistas, privatizações e reformas previdenciárias (Albino; Silva, 2019).

A partir de 1990, foi possível identificar influências e adesões ao modelo da formação por competências no Brasil, como, por exemplo, nas DCN da Educação Básica (1999). Ricardo (2010, p. 10) critica esse modelo ao afirmar que ele visa proporcionar uma formação do ser como recurso humano, e não como sujeito, o que confirma a condição de “objeto do capital moderno”.

Nesse cenário, a pedagogia por competências tem como objetivo preparar o homem para refletir sobre as condições atuais do sistema de produção de bens e serviços e os novos meios de organização do trabalho.

De acordo com essa abordagem, percebe-se que é uma forma de buscar desenvolver, de uma melhor forma, o conhecimento. Almeja-se fazer com que o conhecimento não seja apenas transmitido, mas compreendido, e que o desenvolvimento seja não só por elementos técnicos, mas com elementos não técnicos e pessoais também. Contudo, Perrenoud (1999, p. 20) alerta que:

a escola não tem a preocupação de ligar esses recursos a situações da vida. Quando se pergunta por que se ensina isso ou aquilo, a justificativa é geralmente baseada nas exigências da sequência do curso: ensina-se a contar para resolver problemas; aprende-se gramática para redigir um texto. Quando se faz referência à vida, apresenta-se um lado muito global: aprende-se para se tornar um cidadão, para se virar na vida, ter um bom trabalho, cuidar da saúde. A transferência e a mobilização das capacidades e dos conhecimentos não caem do céu. É preciso trabalhá-las e treiná-las, e isso exige tempo, etapas didáticas e situações apropriadas, que hoje não existem.

Nesse sentido, observa-se que problemas técnicos relacionados ao profissional contábil podem ser originados antes mesmo da universidade, tendo início ainda na educação básica, fruto de erros e/ou vícios, no desenvolvimento de certas habilidades e competências.

O processo educacional, visando à melhor capacitação do aluno de acordo com as exigências e habilidades futuramente exigidas pela sociedade e o mercado de trabalho, deve ser considerado desde a educação básica, para que esses alunos

não cheguem ao ensino superior com dificuldades iniciais que impeçam ou dificultem a obtenção das competências específicas de cada profissão.

Zabala e Arnau (2020) complementam ao mencionar que, no aprendizado por competências, são planejadas e desenvolvidas ações nas quais devem ser mobilizados, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes conceituais, procedimentais e atitudinais.

Dessa forma, Catani et al. (2011) apresentam estudo que visa contribuir para a discussão sobre o processo de reconfiguração da educação superior no Brasil, enfatizando elementos da estruturação da política de currículo para os cursos de graduação. Nesse viés, os autores também chamam a atenção para a educação por competências:

A questão central nesse cenário de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil, no tocante à reformulação curricular dos cursos de graduação, não parece ser o da flexibilização curricular em si, uma vez que esta é expressão de diferentes concepções e desdobramentos acadêmicos. Por essa razão, é preciso ter claro que a política oficial, ao se apropriar e redirecionar essa temática, em uma perspectiva pragmática e utilitarista de ajuste ao mercado, reduz a função social da educação superior ao ideário da preparação para o trabalho, a partir da redefinição de perfis profissionais baseados em habilidades e competências hipoteticamente requeridas pelo mercado de trabalho em mutação (Catani et al., 2011, p. 11).

Por outro lado, Catani et. al. (2011) defendem que uma perspectiva positivista e utilitarista de adequação da educação ao mercado de trabalho reduz a função social de preparação de seus alunos, a partir da redefinição de perfis profissionais baseados em habilidades e competências.

O foco do ensino passaria a ser o de confirmar personalidades e mentes individuais flexíveis, reforçando uma lógica de que o sucesso ou fracasso do indivíduo em uma empresa se deve, sobretudo, aos seus próprios esforços e ao perfil que adquire ao longo de sua experiência (Barbaceli, 2017).

A educação por competências é um conjunto interdependente de conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser trabalhadas simultaneamente na formação do indivíduo (Zanella; Antonelli; Bortoluzzi, 2017). Essa metodologia se concentra no desenvolvimento de habilidades e competências que serão aplicadas em contextos reais, em vez de se concentrar apenas na aquisição de conhecimentos

teóricos, visando capacitar os discentes com conhecimentos que podem ser transferidos para situações da vida real no exercício da profissão.

É importante ressaltar, nesse enquadramento, que, ao adotar uma pedagogia baseada no aprendizado por competências, a comunidade acadêmica deve saber compreender o seu real significado. Evita-se, assim, que esse método se torne um instrumento de benefícios e interesses a pequenos grupos, principalmente ligados ao mercado. Dessa forma, pode-se dizer que o objetivo desse método é priorizar o conhecimento efetivo e preparar o profissional para saber lidar com as questões práticas e reais da profissão.

Mulder, Weigel e Collins (2007) defendem que a educação baseada em competências pode ser vista como uma mudança do foco no ensino para o foco na aprendizagem, da centralização na teoria da centralização na competência e do ensino orientado para o conteúdo para aprendizagem orientada para o desempenho.

Com isso, pode-se dizer que essa pedagogia altera os eixos do processo educacional, ao dar maior protagonismo à aprendizagem do que ao ensino. Essas mudanças refletem nas diversidades e nas particularidades, em que devem ser considerados os contextos, as realidades e as facilidades de cada um no processo de obtenção do conhecimento. Por conseguinte, essa pedagogia pode proporcionar compreensão ao maior número de alunos.

Nesse mesmo âmbito, Ferreira e Santos (2018) expressam que o trabalho pedagógico, a partir da educação por competências, altera tanto o papel do aluno quanto do professor, no processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que o aluno se envolva de modo mais ativo e entusiasmado. Já o docente, segundo Dias (2010), transforma-se num fiador de saberes, organizador de aprendizagens, incentivador de projetos, gestor da heterogeneidade e regulador de percursos formativos (Ferreira; Santos, 2018).

Compreende-se que uma abordagem pautada no desenvolvimento de competências propõe um ambiente ativo e flexivo nas escolas, que induza a práticas que coloquem os alunos em posição ativa, imbuído em seu processo de aprendizagem, a partir do enfrentamento de situações-problemas. O ensino por competências, de acordo com Polonia e Santos (2020), exige conhecimentos, saberes e relações com o contexto atual, além da melhora contínua em estratégias

criativas para lidar com as situações surpreendentes, presentes no cotidiano do ser humano.

A análise dos critérios para o ensino das competências sugere a revisão contínua das estratégias metodológicas (Nunes; Patrus-Pena, 2011). Assim, é possível afirmar que a literatura é heterogênea no que tange à noção e ao enfoque de competências na educação superior. Entre o leque de abordagens e reflexões, destacam-se Perrenoud (1999), Ropé e Tanguy (2003), Catani et al. (2011), Nunes e Patrus-Pena (2011) e Nunes e Barbosa (2009).

A análise dessa heterogeneidade permite compreender que o “aprendizado por competências é inseparável da ação” (Ropé; Tanguy, 2013). Perrenoud (1999, p. 10) assevera que a elaboração de competências “é inseparável da formação de esquemas de mobilização dos conhecimentos com discernimento, em tempo real, ao serviço eficaz”.

Na esfera da educação contábil, Bersan e Cloux (2020) observam que entre as características profissionais mais valorizadas estão a flexibilidade e a capacidade do profissional de se adaptar a diferentes contextos. Competitividade, inovação, autonomia, iniciativa de escolhas e capacidade de desempenho em equipe são competências gerais que passaram a ser vislumbradas.

Ainda sobre o tema, Nunes e Patrus-Pena (2011) desenvolveram estudo em uma universidade de Minas Gerais visando analisar se os discursos dos projetos pedagógicos estavam alinhados às práticas pedagógicas. Por meio de análises documentais e de entrevistas semiestruturadas com gestores educacionais, analisaram os processos de identificação, normalização, formação e avaliação do perfil de competências básicas, concluindo que, apesar dos avanços pedagógicos na formação de currículos por competências, existem diversos desafios práticos em sua articulação.

Dessa forma, Nunes e Barbosa (2009) procuraram desenvolver uma análise da noção de competências como direcionamento para organização dos currículos e dos projetos pedagógicos na área de Administração. Os resultados evidenciam que existe uma predominância no modelo de transmissão do conhecimento em detrimento do aprendizado por competências. Além disso, não foi identificada a existência de uma proposta capaz de relacionar as competências a serem

desenvolvidas com a prática docente. Sendo assim, não se pode afirmar que os cursos estejam voltados para a formação de competências dos alunos.

A construção pedagógica baseada em competências privilegia saberes, teóricos e práticos, como ferramentas a serem estimuladas por meio de situações-problemas, em novas perspectivas metodológicas, haja vista que a aquisição de conhecimentos (técnicos) apenas é insuficiente para lidar com a crescente complexidade das situações (Dias, 2010). Contudo, a discussão de educação por competências se apresenta como um movimento não linear e heterogêneo que suscita debates e divergências em virtude dos sentidos e significados assumidos pela noção de competências no âmbito da educação (Bersan; Cloux, 2020).

É essencial que os professores estejam cientes dos desafios, para superar divergências, norteando-se em uma educação revolucionária e com princípios éticos, permeada por uma postura crítica e reflexiva. Acima de tudo, o docente deve contar com todo o apoio necessário das Instituições de Ensino Superior, das políticas voltadas ao ensino superior, dos órgãos governamentais e de outras entidades ligados à educação (Polonia; Santos, 2020).

Dessa forma, a pedagogia baseada nas competências pode ser utilizada pelo ensino superior como uma ferramenta eficiente, porém desafiadora, na preparação dos alunos para lidar com rotinas, desafios e obstáculos que serão encontrados no mercado de trabalho. Por outro lado, esse método pode contribuir com o mercado, capacitando melhor os seus futuros egressos, no exercício de suas atividades.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, são apresentados os métodos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa, abordando a sua natureza, o universo e os sujeitos participantes do trabalho, além de apresentar o instrumento de coleta de dados utilizado, bem como os métodos de análise desses dados.

5.1 TIPO DE PESQUISA

Conforme apresentado na introdução, cabe ressaltar a questão que norteia esta pesquisa, como sendo compreender: quais as percepções dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Minas Gerais, sobre as competências e habilidades profissionais exigidas do contador à luz do International Federation of Accountants (IFAC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e seu desenvolvimento por meio do aprendizado por competências?

Dessa forma, para que uma pesquisa de cunho investigativo alcance os seus objetivos e responda o questionamento apresentado, é necessário que o pesquisador adote as ferramentas adequadas para a execução do trabalho. Com isso, o presente estudo foi elaborado com base na abordagem qualitativa que, na visão de Minayo (1994), tende a solucionar questões específicas:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1994, p. 22).

Nesse sentido, Maxwell e Reybold (2004) esclarecem que a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo método indutivo e, por ser aberta, tem seu interesse voltado para o processo, e não para o resultado. Percebe-se uma preocupação com a interpretação, o significado e a descrição.

Sendo assim, o pesquisador torna-se um instrumento-chave, e a subjetividade é um elemento importante nesse tipo de pesquisa. Por conseguinte, busca-se compreender o contexto da experiência vivida e o significado relacionado a essa experiência.

Os resultados dessa abordagem são apresentados por meio de relato dos participantes e da aplicação de aspectos interpretativos, conforme o enfoque interpretativista descrito por Gil (2008, p.38),

o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciavam, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é compreendido como sendo construído socialmente.

Ainda, segundo Gil (2002, p. 133), "a análise qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza da coleta de dados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação".

Neste estudo, a pesquisa trabalha com o contexto educacional vivido pelos professores de Ciências Contábeis em instituições de ensino públicas e privadas de Minas Gerais. A partir dessa abordagem, pretende-se compreender e interpretar a percepção desses docentes quanto ao desenvolvimento profissional dos futuros contadores, de acordo com as competências previstas pelos órgãos reguladores nacionais e internacionais.

5.2 SELEÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE DADOS

Para coletar os dados, foram realizadas entrevistas com docentes de qualquer disciplina do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Conforme Gil (2008), a entrevista é uma forma de interação social que, segundo Martins e Theóphilo (2007), tem como objetivo primordial compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações.

O estudo optou por utilizar a entrevista qualitativa semiestruturada como instrumento de coleta de dados para posterior análise, apresentação e debate dos resultados. A entrevista semiestruturada, conforme Raup e Beuren (2006), permite uma maior interação e compreensão das realidades dos informantes, além de valorizar a presença do entrevistador e possibilitar que o informante utilize toda sua criatividade e espontaneidade.

Cabe evidenciar que a entrevista semiestruturada deve contar com um documento orientador para auxiliar o entrevistador durante o processo. Esse documento, denominado tópico-guia, deve possuir flexibilidade para se adaptar às

circunstâncias da entrevista. Também pode ser denominado como roteiro de entrevista dos professores e possui a seguinte estrutura inicial e flexível:

- Poderia falar um pouco sobre como decidiu se tornar professor? E quais foram as suas maiores motivações?
- Como você descreveria o perfil dos atuais alunos de Ciências Contábeis?
- O que lhe vem à mente quando se fala em competências?
- O International Accounting Education Standards Board (IAESB) é um órgão normatizador independente, que serve ao interesse público por meio do fortalecimento da profissão contábil em todo o mundo, utilizando o desenvolvimento e a melhoria da educação. O que você poderia comentar sobre as habilidades e competências para o profissional contábil à luz do IFAC/IAESB?
- Especificamente, para a formação do profissional contábil em nível de graduação, as IES devem observar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 10/2004, a qual estabelece o perfil do egresso, as competências e habilidades e os conteúdos de formação. Como você vê as competências e habilidades reguladas pelas DCN no processo educacional contábil?
- Você acredita que o atual modelo de educação em Ciências Contábeis é capaz de capacitar os alunos para o mercado do trabalho de acordo com as habilidades e competências previstas pelo IFAC/IAESB e DCN?
- Como você vê a educação contábil trabalhando essas competências na academia?
- Qual a relação com a grade de disciplinas do curso e a capacitação das competências e habilidades exigidas destes futuros profissionais?
- Em sua opinião, como a pedagogia por competências pode auxiliar nesse processo de capacitação dos alunos quanto às competências e habilidades exigidas pelo IFAC e pelas DCN?
- Há algo mais que você gostaria de dizer sobre o aprendizado por competências no processo de ensino-aprendizagem?

O roteiro foi elaborado com base na literatura prévia sobre o tema e busca analisar três pontos principais: o primeiro consiste em identificar a compreensão do conceito de competências e sua relação com a profissão contábil; o segundo é

entender qual o papel das instituições de ensino no processo de desenvolvimento das competências exigidas de acordo com o IAESB e as DCN; e, por fim, a terceira análise diz respeito à percepção dos docentes sobre o aprendizado por competências em contabilidade.

Os participantes desta pesquisa foram docentes dos cursos de Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do estado de Minas Gerais. A escolha por professores do estado de Minas Gerais se dera por conveniência, uma vez que é o estado natal do autor da pesquisa e local onde ele já conhecia alguns desses professores. Com isso, a escolha por esse campo de pesquisa se deu em busca de facilidade na coleta dos dados.

Foram conduzidas nove entrevistas com professores das seguintes instituições: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), UNIPTAN, Faculdade Una e Faculdade Única. Os detalhes dessas entrevistas serão apresentados juntamente aos resultados da pesquisa.

Antes das entrevistas, todos os participantes receberam e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual consta no apêndice da presente pesquisa. O TCLE não passou pelo Conselho de Ética, usando uma prerrogativa da Resolução CNS n.º 510 de 2016, a qual, em seu artigo I, inciso VII, dispensa da submissão por se tratar de um estudo que busca aprofundar a teoria sobre situações que emergem espontaneamente na prática profissional contábil e, ainda, por não ser possível a identificação dos sujeitos de pesquisa.

Os professores participantes da pesquisa foram identificados por intermédio de diversas ferramentas, tais como: a procura de contatos através de sites de busca como Google e nos sites das próprias Instituições de Ensino, e ainda, por meio de convite a professores que já eram conhecidos do autor.

Para a identificação de potenciais participantes, foi utilizada, ainda, a técnica de *snowball* (indicação). Essa técnica consiste em uma forma de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência. Ela recebe esse nome devido à maneira como as indicações são feitas: após entrevistar o participante, ele deverá indicar outra pessoa que ele acredita se encaixar na pesquisa em desenvolvimento (Vinuto, 2014).

Ao identificar os possíveis participantes para a entrevista, os convites formais foram enviados via e-mail ou WhatsApp, contendo informações sobre o tema, o propósito do trabalho, a fundamentação da pesquisa e o TCLE em anexo. Os convites não foram enviados ao mesmo tempo, uma vez que o resultado da busca pelos contatos dos professores foi dando retorno em períodos distintos. Dessa forma, os professores foram convidados à medida que seus endereços de e-mail eram encontrados, ou ainda quando da indicação por parte de outro participante.

Sendo assim, pode-se afirmar que do total de entrevistados: cinco foram contactados por e-mail depois de encontrá-los nos sites das Instituições de Ensino, enquanto três entrevistados, por já serem conhecidos do autor, tiveram contato realizado por WhatsApp. Por fim, um participante foi indicado e contactado, em seguida, via WhatsApp.

Ao todo, foram enviados 51 convites a docentes do curso de Ciências Contábeis em Minas Gerais. Entre esses, apenas nove foram respondidos. A falta de resposta aos convites foi a maior dificuldade encontrada pelo pesquisador, que teve que contornar a situação com insistência nos contatos e indicação de professores que aceitaram participar.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, as entrevistas forneceram dados essenciais para a realização das análises. Além disso, o número de participantes foi suficiente para explorar todas as possibilidades de resposta, o que levou a uma certa repetição de respostas ao longo das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas de maneira remota no período entre maio a novembro de 2023. E foram gravadas por meio da plataforma de reunião on-line Google Meet, com duração entre 22 a 100 minutos. Elas ocorreram nos períodos da tarde e noite, buscando atender à melhor disponibilidade de horário de cada entrevistado.

Além do roteiro-guia, o estudo utilizou recursos como a gravação de áudio das entrevistas. Ressalta-se que o áudio das entrevistas foi gravado, apenas para otimizar as transcrições dos dados, mediante autorização do participante. O estudo foi conduzido com base na percepção dos docentes de Ciências Contábeis sobre o aprendizado de competências necessárias para os profissionais contábeis durante a graduação.

Foram entrevistados professores de diferentes Instituições de Ensino de Minas Gerais que oferecem o curso de Ciências Contábeis. A tabela abaixo apresenta uma caracterização dos docentes participantes da entrevista:

Tabela 3: Caracterização dos docentes participantes da entrevista

Código	Sexo	Titulação	Duração
1	M	Mestre	51 min
2	M	Mestre	47 min
3	F	Doutora	34 min
4	M	Doutor	100 min
5	M	Doutor	30 min
6	F	Doutora	44 min
7	M	Especialista	22 min
8	F	Especialista	35 min
9	M	Mestre	28 min

Fonte: autor (2024).

Com base nos dados apresentados na tabela acima, observa-se que as entrevistas foram conduzidas com professores de Instituições de Ensino públicas e privadas do estado de Minas Gerais, o que já abrange situações e realidades distintas. Além disso, é perceptível que, embora tanto homens quanto mulheres tenham sido entrevistados, o público masculino representa a maioria dos docentes participantes da pesquisa.

Outro dado relevante apresentado na tabela diz respeito à titulação dos professores participantes da entrevista. Foram entrevistados docentes com títulos de especialistas, mestres e doutores. Na pesquisa, participaram dois professores especialistas, três mestres e quatro doutores. É importante ressaltar que, embora

esses professores lecionem no curso de Ciências Contábeis, nem todos, necessariamente, possuem formação direta na área contábil. A diferença entre titulações também influencia nos dados coletados, pois soma percepções de docentes com experiências acadêmicas e profissionais diferentes.

A duração do tempo das entrevistas também chama a atenção e se justifica por diversos fatores. Existem entrevistados que são mais diretos e objetivos nas respostas; já outros contextualizam mais sobre o assunto para responder os questionamentos. Existem diferenças também no fato de cada um possuir uma gama distinta de conteúdos e contribuições sobre o assunto.

Por fim, outro ponto que não está claro na tabela, mas que pode ser observado nas instituições dos professores entrevistados, é a localidade. Em toda sua vasta extensão territorial, Minas Gerais possui culturas, costumes e particularidades distintas em cada uma de suas regiões. E de acordo com as instituições pesquisadas, observa-se que há professores de instituições das mais diferentes regiões mineiras. Essa diferenciação deve ser considerada na realidade de cada localidade.

Essa diversidade no perfil dos entrevistados é de grande importância para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que tais diferenças permitem uma análise de vários e distintos pontos de vista a respeito da temática abordada.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo (AC) em uma pesquisa atribui significado a todo o material coletado durante o trabalho de campo e seleciona as informações relevantes a serem utilizadas no estudo, destacando a importância da pesquisa (Lüdke; André, 1986).

Bauer (2007, p. 191) define AC como uma "técnica para inferir do texto focal para seu contexto social de maneira objetiva". O autor também menciona que a técnica pode ter características qualitativas e quantitativas. Franco (2005 p. 20) descreve a AC como "um procedimento de pesquisa que se insere em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem".

Uma definição mais completa dessa técnica pode ser apresentada por Downe-Wamboldt (1992, p. 314):

A análise de conteúdo é um método de pesquisa que providencia meios objetivos e sistemáticos para fazer inferências válidas de dados verbais, visuais ou escritas para descrever e quantificar fenômenos específicos. Infelizmente, para alguns pesquisadores, validade científica é igualada a quantificação [...] Análise de conteúdo é mais que um jogo de soma; ela se preocupa com significados, intenções, consequência e com o contexto.

Tal conceito, apesar de complexo, requer uma adaptação ao considerar o método como necessariamente quantitativo, quando, na realidade, a AC é utilizada por ambas as abordagens.

Bogdan e Biklen (1994, p. 205) caracterizam a AC como um “processo de busca e organização sistemático de entrevistas, notas de campo e outros materiais, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros, aquilo que encontrou”.

Esse processo de tratamento dos dados é apresentado por Bogdan e Biklen (1994, p. 205) como aquele que “envolve o trabalho dos dados, a organização dos dados, a divisão em unidades manipuláveis, a síntese, a busca de padrões ou modelos, a descoberta de aspectos relevantes e a decisão sobre o que será apresentado aos outros”.

Krippendorff (2004) propõe diversas formas de aplicação da AC dentro do campo científico. Ele sugere que a AC pode ser utilizada para fazer extrapolações, compreender padrões e tendências, bem como realizar avaliações e comparações. Na prática, o autor possibilita seu uso para identificar, avaliar, julgar, analisar entrevistas e índices.

Na presente pesquisa, a análise dos dados coletados em campo iniciou-se com a transcrição e análise das entrevistas e observações realizadas. Os dados foram lidos diversas vezes, buscando regularidades, fatos, comportamentos e pensamentos repetidos que pudessem ter importância na inferência.

A etapa seguinte compreendeu a categorização dos conteúdos registrados, ou seja, as falas com significados próprios cujas temáticas já haviam sido definidas. Dessa forma, as unidades de registro dos diferentes sujeitos entrevistados foram agrupadas em categorias relacionadas às mesmas perguntas, com o intuito de organizar o conteúdo analisado. Neste passo do processo, analisou-se a concordância ou discordância dos entrevistados, bem como a convergência ou divergência da literatura revisada.

Richardson (1999) assegura que a categorização pode ser realizada de duas maneiras: na primeira, o sistema de categorias é estabelecido previamente e os elementos são distribuídos da melhor forma possível entre as categorias definidas anteriormente; na segunda, o sistema de categorias não é definido de antemão, resultando da classificação progressiva dos elementos após a análise.

Nesta pesquisa, as categorias foram definidas previamente, de acordo com o referencial teórico utilizado. Seguiram-se as etapas recomendadas por Bardin (2000). Foram realizadas leituras flutuantes das nove entrevistas, classificando seus conteúdos de acordo com as categorias predefinidas. Em seguida, discutiram-se os conteúdos de cada categoria, utilizando-se da análise de percepções divergentes quando não houve consenso nos temas abordados em cada classificação.

Esse processo de categorização produziu um conjunto categorial que pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 3: Questão norteadora x Categoria

Categoria	Questão norteadora
Competências na educação contábil	O que lhe vem à mente quando se fala em competências?
	O que você poderia comentar sobre as habilidades e competências para o profissional contábil à luz do IFAC/IAESB?
	Como você vê as competências e habilidades reguladas pelas DCN no processo educacional contábil?
Papel das Instituições de Ensino	Como você vê a educação contábil trabalhando e desenvolvendo essas competências e habilidades durante a vida acadêmica dos estudantes?
	Qual a relação entre a grade de disciplinas do curso e a capacitação das competências e habilidades exigidas destes futuros profissionais?
	Você acredita que o atual modelo de educação em Ciências Contábeis na instituição em que você atua é capaz de capacitar os alunos para o mercado do trabalho de acordo com as habilidades e competências previstas pelo IFAC/IAESB e DCN?

Pedagogia do Aprendizado por competências	Na sua opinião, como a pedagogia por competências pode auxiliar neste processo de capacitação dos alunos quanto as competências e habilidades exigidas pelo IFAC e pelas DCN?
---	---

Fonte: autor (2024).

O quadro acima facilita uma melhor explicação da categorização das respostas dos docentes com base nas perguntas que orientaram a entrevista. Com isso, nota-se que, inicialmente são realizadas perguntas para compreender o conceito de competências, como a primeira pergunta apresentada na tabela acima. Em seguida, questiona-se sobre as competências exigidas ao profissional contábil nas normas nacional e internacional de educação contábil. Esses questionamentos visam compreender a percepção dos professores sobre como essas competências são tratadas nas normas e na prática do ensino em contabilidade no Brasil.

Em seguida, são apresentados questionamentos que têm como finalidade a compreensão sobre a opinião desses docentes acerca do papel das Instituições de Ensino no desenvolvimento das competências necessárias à profissão. A primeira pergunta desse bloco tenta entender o modelo de educação contábil atual trabalhado nessas competências.

A pergunta seguinte visa entender a relação entre as grades curriculares e o desenvolvimento das competências técnicas e não técnicas por parte do futuro profissional contábil. E para finalizar esse bloco de análise, há uma questão para compreender sobre como as Instituições de Ensino onde os entrevistados atuam estão trabalhando no desenvolvimento dessas competências.

A última categoria possui apenas uma pergunta que visa compreender a opinião dos professores sobre a pedagogia do aprendizado por competências no desenvolvimento das competências exigidas do profissional pela sociedade e pelo mercado de trabalho.

Essa contextualização proporciona uma visualização e compreensão mais clara de como o estudo alcançou os resultados que serão apresentados no próximo capítulo.

6 AS COMPETÊNCIAS NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO CONTÁBIL

Neste capítulo, serão apresentadas as análises realizadas sobre os materiais coletados na entrevista. Dessa forma, serão tratados tópicos como o conceito das competências e sua contextualização na educação contábil, o papel das Instituições de Ensino no desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao contador, e, por fim, a utilização da pedagogia da aprendizagem por competências.

6.1 AS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO CONTÁBIL

A primeira categoria a ser abordada a partir das entrevistas tem como objetivo analisar a compreensão de professores em contabilidade sobre o conceito e o contexto das competências na educação contábil. Durante as entrevistas, os docentes foram unânimes em definir competências como a capacidade de realizar determinadas atividades. Essa posição pode ser ilustrada pela fala do entrevistado a seguir, que não só definiu as competências, mas também apresentou exemplos de competências acadêmicas:

Bem, para mim as competências são consideradas algum diferencial ou habilidade que o ser humano possui para poder realizar determinada tarefa, mas não uma tarefa necessariamente, mas um conjunto de trabalhos. São habilidades que possuímos para realizar qualquer atividade que se proponha a fazer durante o dia a dia. Então, se falamos de competências acadêmicas, podemos falar, sei lá, dinamismo, podemos falar de proatividade, podemos falar de inteligência emocional, por que não? Várias habilidades que vão ser um ponto importante para que você possa exercer as atividades da profissão (Entrevistado 1).

As palavras do entrevistado estão alinhadas com o conceito de competências de Perrenoud (1999), que as define como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiado em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

Nesse panorama, é importante que o sistema educacional se preocupe em proporcionar uma formação completa, que trabalhe além do profissional, os aspectos humanísticos. Essa atuação é importante para não se deixar concretizar a crítica de Ricardo (2010) e, sobretudo, formar sujeitos e seres pensantes, críticos em vez de um mero recurso humano.

Além de contextualizar as competências na educação contábil, a fala do entrevistado já apresenta algumas competências e habilidades importantes ao profissional contábil, como, por exemplo, a inteligência emocional. Essa característica é fundamental no perfil dos profissionais, principalmente, diante de tantas transformações nos ambientes e meios de trabalho.

Para o desenvolvimento de competências pelo profissional contábil, Zabala e Arnau (2020) sublinham a importância de se compreender quais devem ser suas finalidades, ou seja, os resultados esperados ao final do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, vale destacar, também, que o estudo de Homero Jr. (2019) desenvolve uma reflexão sobre quem são as partes envolvidas com a regulação das normas de formação contábil. A partir do momento que essas regulações, assim como as que tratam das competências e habilidades do profissional contábil, estão sendo pensadas e direcionadas para pequenos grupos de interesse, o perfil profissional pode ser enviesado ideologicamente.

No contexto profissional, o entrevistado 9 reforça a importância das competências para o desenvolvimento e o sucesso da carreira ao reiterar:

Competência é aquilo que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua carreira, para que ela consiga avançar profissionalmente. É aquilo que ela busca para o crescimento profissional (Entrevistado 9).

A partir da análise desse entrevistado, pode-se afirmar que as competências auxiliam os profissionais no crescimento de sua carreira, uma vez que elas serão fundamentais para o exercício de suas funções.

Outro entrevistado expressa sua visão sobre competências ao relacionar a capacidade de aplicar o conhecimento teórico adquirido no ensino superior com o desempenho de atividades práticas que demandam esse conhecimento prévio.

Pelo que eu entendi, é uma visão muito de voltar para a utilidade prática daquilo, a pessoa tem que conseguir desenvolver aquilo que estuda na vida prática (Entrevistado 4).

Essas compreensões estão alinhadas às ideias apresentadas nos estudos de Durand (1998) e Barrágan e Buzón (2004), os quais definem competências como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para a produção de resultados concretos que atinjam determinados objetivos. O resultado a ser atingido

seria o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno de Ciências Contábeis para aquilo que será exigido dele pela profissão.

A pesquisa de Cardoso e Riccio (2010) também endossa esse entendimento, correlacionando-o ao contexto contábil ao descrevê-lo como os conhecimentos e habilidades necessários para o futuro profissional contábil exercer suas atividades.

No que concerne às competências contábeis, foram examinadas as percepções dos docentes entrevistados em relação às competências estabelecidas pelo IAESB em âmbito internacional e pelas DCN no Brasil.

Eu acho que é importante, é interessante que haja essa preocupação de desenvolver não apenas a parte técnica, o conhecimento técnico, mas também um pouco de competências que vão ser necessárias no mercado. Antigamente, a gente tinha a ideia de que só o seminário, que é a questão de saber falar em público, você já está desenvolvendo alguma coisa, não está errado. Mas é muito simplório você resumir as competências em uma metodologia de avaliação, que seria o seminário. Então, é importante que isso venha de um órgão normalizador (Entrevistado 1).

Os entrevistados, em sua maioria, concordaram que algumas diretrizes do IAESB fogem da realidade brasileira. Nessa direção, Holtz, Cabral e Carvalho (2019) enfatizam que algumas competências fundamentais ao profissional contábil não estão sendo contempladas nos PPCs de Ciências Contábeis, tais como governança, gestão financeira e gerenciamento de riscos. Além disso, ressaltam que esse resultado pode ser um ponto inicial para questionamentos sobre a adesão ou não a padrões e normas internacionais, considerando todas as especificidades do Brasil.

Sobre o assunto, salienta-se que o Brasil, diante de toda sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, possui várias particularidades a serem consideradas quando se fala nessa padronização e internacionalização. Isso pode ser notado no estudo de Holtz, Cabral e Carvalho (2019) em que apresentam também a diversidade de conteúdos abordados nos diferentes PPCs do curso de Ciências Contábeis. Além disso, é plausível sublinhar que as normas internacionais não foram pensadas e planejadas na realidade brasileira, e talvez esse deva ser o primeiro questionamento ao se debater a padronização internacional ou não.

Reflexo disso aparece no trabalho de Franchi, Leal e Ferreira (2023), que, ao realizarem uma pesquisa com o objetivo de identificar a percepção e a segurança dos alunos de contabilidade em exercer as competências e habilidades estabelecidas pelas IES e pelo IAESB no mercado de trabalho, constataram que os

alunos não se sentem aptos a demonstrá-las na mesma intensidade em que são exigidas.

O estudo de Pereira (2023) também sustenta a visão dos entrevistados. O objetivo da pesquisa foi analisar o grau de conformidade das questões abordadas no exame de suficiência contábil com as competências técnicas estabelecidas pela IES 2. Foi constatado que o exame está mais alinhado com as competências relacionadas ao conhecimento e à aplicação das normas internacionais nos relatórios de contabilidade, além de apresentar uma aderência razoável às competências ligadas à tomada de decisão. No entanto, competências relacionadas à tecnologia da informação e à comunicação, à economia, à estratégia e à gestão empresarial não são abordadas no exame.

O resultado desses estudos corrobora a ideia de uma necessidade de reflexão sobre essa padronização internacional na educação contábil brasileira, uma vez que as realidades locais são muito distintas entre si e ainda mais entre os ambientes internacionais, podendo gerar desigualdade nos processos de formação.

Outro entrevistado ressalta a relevância das normas do IAESB para a padronização e a globalização da profissão contábil, abrangendo tanto o campo de estudo quanto o de atuação do contador.

A contabilidade, passou por um período, né, onde ela teve, justamente, que se adequar às normas internacionais, até porque, quando a gente estuda contabilidade, falamos que ela tem que ser uma linguagem para que todos os *stakeholders* consigam entender. Então, por isso, a contabilidade, ela teve que se equiparar, né, as normas contábeis teve que se equiparar às normas internacionais. Então, da mesma forma, né, as competências também profissionais teve que ter essa equiparação, para justamente conseguir acompanhar aí as demandas internacionais (Entrevistado 9).

O próprio IFAC (2019) estabelece como objetivo que as Instituições de Ensino Superior padronizem as normas contábeis e o perfil do contador, visando à internacionalização das normas de mensuração e ao reconhecimento dos elementos contábeis frente à globalização.

Homero Jr. (2019), nesse sentido, critica o processo de padronização e internacionalização da contabilidade quando conduzido por órgãos privados, argumentando que isso pode introduzir um viés ideológico nas diretrizes que regulam a profissão contábil. Por outro lado, Lemes e Miranda (2014) ressaltam as disparidades sociais, econômicas e culturais entre os países, enfatizando a

importância de considerar esses aspectos no processo de padronização e de internacionalização das normas contábeis.

As palavras de outro entrevistado são importantes para ilustrar a percepção dos docentes sobre a distância entre alguns pontos do IAESB e a realidade brasileira:

Mas a minha aflição com o IAESB é que me parece desconectado da realidade prática que a gente tem aqui no Brasil, dadas, por exemplo, as fragilidades mesmo dos processos, enfim, da estrutura que a gente tem nas universidades públicas, eu posso dizer. Então, uma coisa que eu me lembro de que me chamou atenção era algumas competências relacionadas a tecnologias, por exemplo. Eu me lembro de pensar, nossa, mas a gente mal tem recurso, assim, na universidade, tem um laboratório ou outro (Entrevistado 2).

Esse posicionamento está alinhado com o trabalho de Holtz, Cabral e Carvalho (2019), que também indicou a possível necessidade de revisão nos Projetos Pedagógicos de Curso, por apresentarem baixa concordância com o disposto pelos padrões internacionais de educação contábil.

Outro estudo que reforça essa posição é o de Jacomossi e Biavatti (2017), que apresenta resultados indicando uma educação contábil focada no tecnicismo e aponta que as Instituições de Ensino Superior não estão suficientemente preparadas para capacitar o profissional contábil no desenvolvimento de competências e habilidades intelectuais, de comunicação e de relacionamento interpessoal, conforme previsto pela IES 3.

Nesse cenário, a aprendizagem por competências pode surgir como uma ferramenta de estímulo a metodologias e planejamentos mais ativos e práticos, tentando tirar um pouco dessa ideia de educação tecnicista que o curso de contabilidade possui.

Por outro lado, o estudo de Santana (2017) indica que, na visão dos estudantes, a cooperação e o trabalho em equipe, a avaliação crítica das informações e a comunicação oral e a escrita são competências e habilidades bem desenvolvidas durante o ensino superior. Os resultados demonstram que, de maneira geral, as Instituições de Ensino Superior investigadas oferecem uma formação que vai além da competência técnica, sugerindo que elas estão atentas à

estrutura estabelecida pelo IFAC no que diz respeito às competências e habilidades técnicas e não técnicas.

No que diz respeito às normas do IAESB, alguns professores declararam não ter conhecimento suficiente sobre elas para opinar, como evidenciado pelo entrevistado 8:

Sobre estas competências e habilidades, especificamente, eu desconheço".

Outro entrevistado também demonstrou sua falta de familiaridade com o tema durante a entrevista:

Eu vou ser sincero, eu desconheço essas diretrizes trazidas por eles, nunca tive oportunidade. Atualmente, por exemplo, a gente está muito focado na questão das próprias exigências do MEC e DCN. E não necessariamente são as exigências, né, do IFAC e por aí vai. Assim, e como o curso também entrou nesse processo de descontinuidade, quer dizer, não tem mais coordenação, não tem mais colegiado, então a gente ficou um pouco distante dessa discussão (Entrevistado 2).

Essas declarações mostram que ainda há uma necessidade de maior debate, capacitação, reflexão e compreensão das normas internacionais e nacionais de educação por parte da comunidade acadêmica, especialmente no que diz respeito às competências do profissional contábil.

Dessa forma, observa-se que as normas internacionais do IAESB não estão sendo utilizadas, nem ao menos debatidas em parte da academia contábil brasileira. O conhecimento dessa norma é fundamental, até mesmo para que os debates e reflexões na academia sobre a viabilidade de sua aderência sejam intensificados.

No que se refere à percepção dos entrevistados acerca das DCN, um dos entrevistados afirma o que se segue:

Ainda acho que ela é muito rasa, sabe? Eu acho que ela ainda está com uma visão um pouco mais antiga (Entrevistado 1).

A opinião do entrevistado reflete na idade dessa norma, que foi escrita há quase 20 anos. Durante esse período, muitas coisas mudaram não só na educação contábil, mas também na sociedade e nos sistemas educacionais em geral.

Outro entrevistado abordou sobre as DCN serem suficientes para preparar o desenvolvimento profissional dos alunos em Ciências Contábeis:

Suficientes para preparar esses alunos? A questão, igual eu falei assim, no papel é tudo bonito, a questão é ser isso efetivo, né? Eles lá trabalham, pegaram a DCN de 2004, que é bem antiga, mantiveram quase 90%, inseriram algumas coisinhas a mais, ou seja, eles só modificaram o texto, em termos mais generalistas. É até meio decepcionante alguns pontos, assim, que trabalham lá (Entrevistado 5).

Nessa direção, Lemes e Miranda (2014) alertam para a necessidade de debate sobre propostas mais contemporâneas, como as do IAESB/IFAC, que estão mais alinhadas às práticas contábeis globais. Isso se deve ao fato de que as habilidades propostas pelas DCN estão em consonância com as práticas contábeis que ocorriam naquela época no Brasil, uma realidade que já passou por diversas transformações.

Vale ressaltar que essa realidade mudou totalmente a sociedade, os profissionais e os meios de trabalho, principalmente, com os avanços e expansões da tecnológica, globalização e mais recentemente com a pandemia da Covid19.

Apesar das críticas, há uma compreensão de que as instituições possuem um papel fundamental nesse processo e precisam refletir sobre como desenvolver a capacitação de competências com os alunos.

Olha, a gente tem cursos de Ciências Contábeis e cursos de Ciências Contábeis, né? Então, eu vou dizer por mim, aqui na universidade, pelo curso que a gente tem, é um curso de alto padrão. Então, eu vejo a gente trabalhando isso, assim, com muita seriedade e seguindo, né? Dentro do possível, tudo aquilo que é determinado em relação às competências e às habilidades. Mas a gente vê isso em todo lugar? Vemos pessoas se formando com diversos níveis de aptidões, de competências, de conhecimento [...] (Entrevistado 6).

Sobre a importância do papel das Instituições de Ensino no processo de ensino-aprendizagem, Santos et al. (2014) destacam a necessidade de priorizar o desenvolvimento de competências, habilidades e valores que garantam aos estudantes condições de inserção profissional.

As Instituições de Ensino são atores fundamentais na preparação profissional desses alunos e devem fornecer estruturas e condições para que esse desenvolvimento profissional e humano aconteça da maneira mais completa e positiva possível.

Peleias et al. (2020) ressaltam uma tentativa das instituições em manter a tradição sob uma nova roupagem da competência, que, a rigor, não se constitui uma

adequação curricular ao proposto no cenário global, nem tampouco uma abordagem diferenciada nas práticas já instituídas.

Surgiram críticas, ainda, em relação à falta de preparo não apenas dos professores, mas também dos discentes, para a utilização das competências como base no processo de formação. Isso se deve à complexidade do processo, que abrange não apenas as competências técnicas, mas também aquelas de natureza social, emocional, comportamental, entre outras.

Então, assim, eu considero que isso é extremamente importante, mas as maiorias dos professores não estão preparados para isso, nem os alunos estão preparados também. Então, realmente, só uma ponderação que é a questão das competências efetivas e competências nominais. Então, no papel, no plano de aula, no que se pretende, a nominalidade das competências pode existir, mas a efetividade é algo que ainda tem uma contestação em relação a isso (Entrevistado 5).

Na fala do entrevistado, além de maximizar a importância das competências para o processo de formação do profissional, ficou evidente uma preocupação do docente de que as competências sejam abordadas apenas teoricamente e no planejamento, sem serem efetivamente trabalhadas na prática.

Nessa linha, o mesmo entrevistado deu destaque à relevância das competências na educação contábil, porém compartilhou sua preocupação quanto à efetividade do uso das competências no processo educacional:

Olha, essas questões de competências, vou ser bem sincero com você, eu ainda tenho uma restrição para quem coloca isso como um aspecto do seguinte, eu dou minha disciplina com aspectos de competências, mas a efetividade é bem diminuta, tá? Então, assim, eu considero que isso é extremamente importante, mas as maiorias dos professores não estão preparados para isso, nem os alunos estão preparados também (Entrevistado 5).

Para que esse desenvolvimento seja efetivo, o papel do professor é fundamental na condução do aluno ao conhecimento e aprendizado. Para tanto, a formação do docente é o primeiro passo para que esse processo dê certo.

No que diz respeito à falta de preparo dos docentes para capacitar os seus alunos com base nas competências exigidas pelos órgãos de educação nacional e internacional, pode-se sugerir como um dos motivos o processo de formação dos professores em contabilidade, que se concentra muito em aspectos técnicos, desconsiderando os papéis didáticos. Isso pode ser constatado nas palavras do entrevistado 4:

Até uma reflexão que já fiz, já tentei ler algum livro sobre didática, alguma coisa assim, porque a gente está num âmbito que a nossa graduação foi muito voltada para a técnica de trabalho. Então, assim, eu entendo que nem todos professores têm um estudo de didática, a gente acaba tendo no mestrado e doutorado um conteúdo de docência, voltado para fazer um treinamento, mas perto do treinamento técnico que a gente tem é muito pouco (Entrevistado 4).

A crítica realizada pelo docente encontra respaldo no estudo de Lima et al. (2015), que apresenta que a falta de formação didático-pedagógica para exercer a docência acaba caracterizando o início na docência pelo chamado “choque com a realidade”, quando “o sujeito dorme contador (...) e acorda professor”. Os resultados apresentados pela pesquisa de Ferreira (2015), logo, sugerem que os professores de contabilidade têm um senso de “ser-contador” bem mais forte do que “ser-professor”.

Essa construção de identidade do docente em contabilidade é fundamental para o resultado esperado desse profissional ao capacitar seus alunos para as necessidades e exigências do mercado de trabalho. Nesse contexto, Gibaut e Bruni (2020) evidenciaram que práticas pedagógicas ativas estariam associadas a uma maior motivação acadêmica dos estudantes e a um maior nível percebido de aprendizagem.

6.2 A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CAPACITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS

Este tópico tem como objetivo analisar a opinião dos docentes entrevistados sobre a atuação das instituições onde atuam na capacitação de seus discentes para o mercado de trabalho, de acordo com as competências exigidas pela profissão, tanto pelos órgãos nacionais quanto pelos internacionais de educação contábil.

Sobre esse papel da graduação no desenvolvimento profissional dos alunos, o entrevistado 8 afirma:

Então, aí, se falando das coisas genéricas de curso de gestão, onde ciência contábil também se enquadra, eu acho que hoje as faculdades, elas têm se preocupado com o desenvolvimento holístico do ser humano, tanto para especificidade da área da contabilidade, no caso de ser um contador, ser um contador mesmo, um prestador de serviço na sociedade, mas, sobretudo, buscar o desenvolvimento completo como ser humano (Entrevistado 8).

O entrevistado também ressalta a importância da academia nesse complexo processo de formação do profissional contábil:

Dessa forma, incluindo disciplinas que falam a respeito da diversidade, que falam a respeito da área humana, que falam a respeito de desenvolver as capacidades de liderança, de convivência, de saber agir e reagir em ambientes diversos. Então, eu vejo que os cursos da área de gestão, eles têm puxado essa área de humanas, justamente porque, hoje, uma das competências e habilidades imprescindíveis para um, para um, seja um contador ou um gestor, é, sobretudo, saber lidar com pessoas com diferentes perfis e saber se envolver em ambientes diversos (Entrevistado 8).

Dessa forma, pode-se observar que o processo de formação do contador vai além do desenvolvimento e capacitação profissional. O profissional precisa também aprender e desenvolver habilidades e competências para lidar com situações pessoais da vida.

No que se refere à importância das Instituições de Ensino no desenvolvimento das competências contábeis, um entrevistado apresenta o que se segue:

Devemos mostrar aos alunos que devem fazer além, que eles não devem ser somente eficientes, eles devem ser também eficazes, pois as empresas esperam além do que está óbvio, esperam além, né, dos problemas, a solução (Entrevistado 7).

Nesse sentido, destaca-se a relevância dos docentes e das Instituições de Ensino nesse processo de formação do profissional contábil. Além do arcabouço teórico, é necessário oferecer também condições estruturais e socioemocionais para o desenvolvimento do aluno.

Quanto ao papel das IES no processo de desenvolvimento das competências dos alunos de contabilidade, a maioria dos professores mencionaram o Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil (NAF) em parceria com o Governo Federal como uma das principais ferramentas, atualmente, para o desenvolvimento dessas competências práticas exigidas dos alunos no exercício da profissão.

Acredito que sim, não só acredito, como vejo isso na prática, né, principalmente as faculdades que têm, hoje, a maioria das faculdades, elas têm desenvolvido o NAF, né? Onde já vai dando, vamos dizer assim, uma atuação, uma atuação profissional antes da formação. Então, principalmente para o contador que, para a área de contabilidade, ele depende de uma vivência da atividade, ele sai com uma formação técnica bastante criteriosa (Entrevistado 8).

Um dos entrevistados ressalta a importância desse projeto de extensão educacional, sendo capaz de integrar teoria e prática, desenvolvendo as competências necessárias para que o profissional contábil desempenhe sua função de maneira adequada.

Projetos de ensino, de extensão, que visam dar uma complementada, né, então, por exemplo, quando a gente trabalha o NAF, que é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, que é um projeto que a gente tem lá, né, e várias outras instituições também possuem, a gente acaba tentando trabalhar não só o conteúdo, porque o conteúdo acaba que, né, é um conteúdo que você já vê, boa parte você vê dentro de sala, mas trabalhar competente, atendimento ao público, de raciocínio na hora da resolução de um problema, na busca de solução para um problema que chega, então, assim, o aluno, ele é estimulado a avaliar aquele cenário, identificar quais são as saídas, então, assim, é uma forma de trabalhar essa competência, né, e a gente tenta trazer isso para as disciplinas (Entrevistado 1).

Outro entrevistado menciona o NAF como uma ferramenta prática que desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, preparando-os para os desafios que encontrarão no mercado de trabalho:

O NAF é o aluno, ele presta serviços relacionados a atividades da Receita Federal. Então, o aluno faz imposto de renda para pessoas que ele não conhece, ele atende empresas que são MEI. Então, acho que essa prática, que é o que muitos vão fazer fora da universidade, ali dentro, supervisionado, a gente não o deixa sozinho. Acho que isso dá uma segurança, dá uma preparação que vai dar essa sustentação (Entrevistado 4).

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) é um projeto desenvolvido pela Receita Federal em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) desde 2011. Seu objetivo é oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos para pessoas físicas e jurídicas de menor poder aquisitivo, além de disseminar a educação fiscal (REDNAF, 2018).

[...] Nesse contexto e analisando a necessidade de orientação do indivíduo quanto aos mecanismos de controle existentes no serviço público, a educação fiscal serve também para capacitar o cidadão a reclamar no momento oportuno junto às autoridades e aos órgãos competentes, fortalecendo-o para o exercício de seus direitos sociais, estimulando-o a desenvolverem o espírito comunitário, conscientizando-o da responsabilidade individual para com a coletividade e buscando valorizar os tributos pagos (Grzybovski; Hahn, 2006, p. 850-851).

Dessa forma, a RFB utiliza o NAF para promover a conscientização social, visando à redução das diferenças sociais. Quando o cidadão compreende a função social do tributo, entendendo-o como uma forma de redistribuição da renda nacional

e um instrumento de justiça social, ele se torna capaz de colaborar com o processo de arrecadação, aplicação e fiscalização dos recursos públicos (RFB, 2018). Um entrevistado destaca ainda a interdisciplinaridade do projeto:

Então, na faculdade que eu trabalho, nós temos a possibilidade de desenvolver iniciação científica durante o curso, tem o NAF, que está bem constituído, até juntamente com outro setor de jurídico, que aí acaba auxiliando os dois cursos, direito e contabilidade, e diariamente o NAF fica aberto com secretária, com instrução de tutor e também com o direcionamento do próprio coordenador. Então, os alunos, desde que ocorra os semestres com disciplinas específicas, eles acabam por ser direcionados para uma prática efetiva, inclusive até os próprios funcionários da instituição, como é aberto ao público em geral, eles podem realizar o trabalho de contabilidade diretamente com eles (Entrevistado 8).

Essas afirmações estão alinhadas com o estudo de Koengkan, Bonfim e Freitas (2020), que, ao analisarem a importância do NAF para os alunos de Ciências Contábeis, concluíram que os materiais de apoio fornecidos pela RFB são satisfatórios. Eles também observaram que o NAF representa mais uma oportunidade para aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, o que contribui para uma prática que será útil posteriormente no mercado de trabalho.

O entrevistado 1 também enfatizou a relevância desse projeto de extensão:

Quando a gente trabalha o NAF, que é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, que é um projeto que a gente tem lá, né, e várias outras instituições também possuem, a gente acaba tentando trabalhar não só o conteúdo, porque o conteúdo acaba que, né, é um conteúdo que você já vê, boa parte você vê dentro de sala, mas trabalhar competente, atendimento ao público, de raciocínio na hora da resolução de um problema, na busca de solução para um problema que chega, então, assim, o aluno, ele é estimulado a avaliar aquele cenário, identificar quais são as saídas, então, assim, é uma forma de trabalhar essa competência, né, e a gente tenta trazer isso para as disciplinas (Entrevistado 1).

A respeito do projeto do NAF, Cazella e Campos (2020) frisam a importância desse programa para o desenvolvimento educacional dos acadêmicos, desde a preparação do aluno até o atendimento ao público, buscando melhorar e disseminar informações para a população. A conclusão do estudo ainda demonstra a significância do projeto na sociedade, evidenciando suas grandes contribuições e o impacto na disseminação do conhecimento fiscal por meio de projetos elaborados pelo núcleo na comunidade.

Mais uma vez, o entrevistado 8 ressalta o papel da instituição e dos projetos de extensão no processo de formação, tanto profissional quanto pessoal:

E, além disso, como você estava dizendo, não só a formação técnica, mas também humana, a faculdade tem muitos eventos, muitas palestras que acabam por permitir essa formação mais para ter um olhar mais profundo de compreender a si próprio, o ser humano e a vida como ela é (Entrevistado 8).

Santana et al. (2023) certificam que essa parceria entre a universidade e a Receita Federal do Brasil é de grande importância para a comunidade, pois proporciona informações e soluções eficazes para os problemas do cidadão, além de contribuir para a formação de profissionais qualificados e cidadãos conscientes.

Um dos participantes da entrevista, além de destacar a importância desse projeto de extensão para o desenvolvimento da profissão, abriu espaço para futuras melhorias e aprimoramentos nessas políticas.

Isso, de fato, é uma forma de o aluno colocar em prática aquilo que ele está aprendendo. Então, é muito bacana e é uma das propostas governamentais que a gente vê. E que tem trazido muito sucesso, né? Em especial para o público que é atendido, né? E também para o aluno que consegue ali praticar. Então, eu acho que tem acontecido isso, mas precisa evoluir bastante (Entrevistado 9).

Assim sendo, observa-se a importância do projeto de extensão para contribuir com o desenvolvimento das competências dos alunos de Ciências Contábeis, uma vez que, por meio dessa parceria, os discentes conseguem correlacionar o conteúdo aprendido na teoria com o exercício prático da profissão. Por meio desse projeto, os alunos podem familiarizar-se com uma pequena parte da rotina contábil.

Apesar de acreditarem no valor das competências exigidas do profissional de contabilidade, os entrevistados reconhecem que ainda há muito espaço para melhorias e que vários fatores influenciam nesse resultado. Os participantes também observam que as competências técnicas são mais enfatizadas em detrimento das competências socioemocionais.

Esse pensamento confirma o resultado apresentado no estudo de Silva (2014), o qual afirma que, na área de contabilidade, as competências e habilidades esperadas do egresso, conforme dispostas nas DCN, priorizam a formação técnica do profissional, com conhecimento contábil específico em sua área de atuação.

Durante as entrevistas, outro ponto abordado foi a relação entre a grade curricular dos cursos de contabilidade e as competências futuramente exigidas dos alunos pelo mercado de trabalho.

No que tange à relação das grades curriculares no melhor desenvolvimento profissional dos alunos de Ciências Contábeis, os professores foram unânimes em maximizar a significância das Instituições de Ensino. Isso pode ser ilustrado pelas palavras de um dos entrevistados:

Ah, fundamental. Fundamental. Porque quando é pensado num curso, né? É pensado justamente nas competências e habilidades necessárias para que o aluno aplique esse conhecimento. Então, não só as áreas específicas, né? Dentro daquela área. A gente está falando de Ciências Contábeis. Mas também conhecimentos que vão desenvolver outras habilidades e competências. Por exemplo, quando a gente fala da feira de empregabilidade. A gente proporciona para o aluno a possibilidade de estar em contato com essas empresas. Então, a gente tem disciplinas também voltadas para o desenvolvimento profissional dessa pessoa. Então, eu acho que essa análise curricular, ela é muito voltada para isso, né? (Entrevistado 9).

Nas palavras do entrevistado, fica evidente que, apesar de as grades curriculares serem importantes no processo de desenvolvimento das competências, ela deve ser considerada em seu todo, para que, dentro do período de formação, sejam trabalhados os mais amplos aspectos técnicos e não técnicos da contabilidade.

Outro entrevistado, ao destacar a importância das grades curriculares na capacitação dos alunos, também ressaltou os desafios enfrentados por essas grades diante da globalização e do desenvolvimento tecnológico:

E acho que um dos grandes desafios é criar, né, e amadurecer uma grade curricular sempre contemporânea, dinâmica, de acordo com a atualidade (Entrevistado 7).

Nesse sentido, Oliveira, Costa e Amorim (2022), ao analisarem as grades curriculares do curso de Ciências Contábeis na região do Triângulo Mineiro e o perfil do profissional contábil, evidenciaram que todas as instituições apresentam alinhamento em relação aos conhecimentos oferecidos aos seus egressos. Percebe-se que em todas elas constam disciplinas sugeridas pela Resolução do Conselho Nacional da Educação, e, além dessas disciplinas, as grades curriculares também

incluem matérias que abrangem outras áreas além da contabilidade, resultando em uma formação mais generalista para os alunos.

Ainda nesse cenário, Santos e Amorim (2023) analisaram como as rotinas práticas da profissão estão inseridas nas grades curriculares. Concluíram que os componentes curriculares buscam garantir aos alunos um dos objetivos essenciais do ensino: alinhar o conhecimento e as competências para compreender temas específicos da profissão, além de promover a observação sistemática e a preocupação em identificar a interconexão de vários assuntos com a futura carreira do estudante.

Fabian (2020), por sua vez, ao examinar a percepção de formandos e graduados sobre o processo de formação e as demandas do mercado concluiu que a maioria dos entrevistados está, de certa forma, satisfeita com a graduação, mas identificou algumas deficiências no curso. Seria necessário que a grade curricular abordasse mais as necessidades práticas da rotina contábil, a fim de formar profissionais mais preparados e alinhados com as exigências do mercado. Além disso, foi observada uma lacuna em conteúdos relacionados à parte fiscal e tributária das empresas, como notas fiscais e apuração de impostos.

Nas palavras de um dos entrevistados, destaca-se a importância das grades curriculares, porém também ressalta que o processo de aprendizado é mais complexo, envolvendo também o papel e a didática dos professores, além das atividades extracurriculares:

Então, a grade curricular é importante para direcionar o aluno, principalmente as formações necessárias, assim. Acho que, eu acredito que o aluno de contábil, ele precisa ter, pelo menos, algumas bases para ele ir para o mercado. Claro, há essa crítica da relação teórica e prática, mas, se ele não tiver, pelo menos, essas bases, vai ser pior ainda a crítica teórica e prática, né? Então, assim, a grade curricular, desde que ela não seja extremamente enrijecida, né, dando possibilidades de alunos cursarem conteúdos optativos, conteúdos facultativos e terem inter-relações com outras ciências, isso é um aspecto favorável, né? Mas, com certeza, não é só pela grade que o aluno vai adquirir as competências. O extrassala de aula é totalmente importante. Isso ele vai conseguir, principalmente, em atividades relacionadas ao estágio, em extensão e no contato entre os colegas, no contato com o docente, né, nas experiências de empresas juniores, por exemplo, nos projetos de pesquisa, etc. Então, isso é uma competência que ele vai ter em outros ambientes. A sala de aula gera competência, mas essas competências são aprimoradas com as outras experiências. Para mim, isso é essencial. E a forma, também, que o docente consegue imprimir a sua dinâmica de grade na disciplina, também é uma forma de trazer competência (Entrevistado 5).

Santos et al. (2014) observaram que a maioria dos alunos não participa regularmente de atividades extracurriculares, como congressos, seminários e palestras. Além disso, não demonstram plena concordância de que estão adquirindo as competências necessárias para ingressar e atuar no mercado, e, de forma mais incisiva, revelam discordância em relação à adequação da grade curricular do curso da UFPB à formação do contador atual. Conclui-se, portanto, que a IES deve priorizar o desenvolvimento de competências, habilidades e valores que garantam aos estudantes condições de inserção profissional.

No panorama delineado, Pires, Ott e Damacena (2010), ao investigarem a congruência entre a formação oferecida e a demanda do mercado de trabalho para os profissionais contábeis, indicam que, embora as Instituições de Ensino incluam em suas grades curriculares disciplinas voltadas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências exigidas pelo mercado, há um certo desalinhamento devido ao foco dado pelos cursos. Isso ocorre porque os empregadores ainda solicitam profissionais com conhecimentos em contabilidade societária e fiscal, enquanto as Instituições de Ensino Superior desenvolvem um perfil mais abrangente e gerencial.

Rezende, Carvalho e Bufoni (2017) examinaram os currículos de algumas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para avaliar sua aderência ao modelo internacionalmente proposto. Eles constataram que nenhuma das universidades analisadas se aproxima do conteúdo mínimo recomendado pelo Currículo Mundial do ISAR, que segue as diretrizes do International Federation of Accountants (IFAC).

Além dos aspectos ligados à grade curricular, um dos entrevistados enfatizou não apenas a variação da estrutura curricular de cada instituição, mas também salientou a importância do papel do professor nesse processo:

E eu tenho outra ideia também, sabe, que a gente tem ali um cronograma, tem um planejamento, tem um programa da disciplina, né? Mas, no final da história, o professor, na sala de aula, ele inicia o que ele se sente mais à vontade, né? A gente não pode deixar de reconhecer isso. Então, eu acho que vai muito da consciência, né? Porque eu acho que, como existem aí as diretrizes, as exigências técnicas, as outras exigências, né? Tanto as *hards* quanto as *softs*, todo mundo sabe o que precisa, né? E o que está no papel é muito lindo, né? Porque o papel aceita tudo, né? Agora, a gente precisa de saber dentro de sala de aula, né? O que está acontecendo (Entrevistado 5).

Apesar de métodos práticos e dinâmicos serem considerados recursos valiosos no processo de aprendizagem, eles ainda são pouco utilizados no ensino contábil. Uma das razões para isso é o fato de ser um trabalho mais complexo, demorado e dispendioso (Gauthier et al., 1998).

Outro docente ressaltou a tentativa do grupo de professores de incorporar questões mais práticas, aproximando os conteúdos da sala de aula com os desafios e as rotinas que os alunos encontrarão no mercado de trabalho. No entanto, assim como o respondente anterior, deixou claro que isso é uma abordagem que depende de cada professor, não sendo uma metodologia institucionalizada.

Olha, nós, enquanto curso de Ciências Contábeis, temos feito as reuniões, né, tentando manter um diálogo no sentido de tentar aproximar o máximo possível a nossa realidade, a realidade dos nossos alunos ao que se espera deles no mercado de trabalho. É claro que a gente tem uma certa autonomia, não é algo assim institucional, é uma coisa mais do grupo que a gente tenta trazer essas novidades, então não dá para afirmar que toda instituição pensa da mesma forma, mas, enquanto curso de Ciências Contábeis, temos tentado (Entrevistado 1).

A falta de alinhamento entre os métodos utilizados pelos professores na mesma instituição pode comprometer o processo de capacitação dos alunos, negligenciando algumas competências e habilidades consideradas essenciais para sua formação profissional.

Essa preocupação reflete os resultados do estudo de Ferreira et al. (2022), que abordou a compreensão dos docentes sobre a necessidade de uma nova metodologia de ensino, capaz de formar o novo profissional de acordo com as exigências do mercado. No entanto, devido à falta de apoio das Instituições de Ensino, surgem obstáculos à adoção da abordagem proposta, juntamente a vieses de natureza cultural, estrutural e organizacional, que podem dificultar a transição para uma educação baseada em competências.

6.3 O PAPEL DA PEDAGOGIA DO APRENDIZADO POR COMPETÊNCIAS

Neste tópico, serão apresentadas as percepções dos docentes em Ciências Contábeis sobre como um aprendizado voltado diretamente para as competências pode servir como instrumento de capacitação dos alunos de contabilidade para as futuras exigências do mercado de trabalho.

Os entrevistados foram unânimes em expressar que essa abordagem pedagógica seria eficaz na preparação dos alunos para as exigências da profissão no mercado de trabalho. No entanto, também houve um consenso de que essa metodologia não é uma realidade nas salas de aula dos cursos de Ciências Contábeis, por diversos motivos.

A relevância do aprendizado por competências para a educação contábil pode ser evidenciada na fala de um dos entrevistados:

A pedagogia da competência, voltada para desenvolver competências e habilidades, eu acho imprescindível que esse é justamente o que as faculdades devem se pautar em constituir uma condição de repassar o conhecimento ou despertar no aluno a capacidade de compreensão de conteúdos que serão imprescindíveis para a sua formação e que, naturalmente, farão parte do seu arcabouço como profissional, como as competências e habilidades imprescindíveis para o bom desenvolvimento da sua atividade (Entrevistado 8).

Outro entrevistado, além de ressaltar a importância da metodologia para o desenvolvimento profissional dos alunos, também apresentou as dificuldades enfrentadas em sua implementação:

Bom, eu acredito que a pedagogia por competências está cada vez mais engajada nesse processo. No entanto, é inegável que, como parte da natureza humana, enfrentamos dificuldades significativas em quebrar paradigmas (Entrevistado 7).

Bersan e Cloux (2020) corroboram esse pensamento ao declarar que a discussão sobre educação por competências é um movimento não linear e heterogêneo, exigindo um debate mais aprofundado sobre os sentidos e os significados assumidos pela noção de competências no âmbito educacional.

Nesse sentido, Polonia e Santos (2020) afirmam que a pedagogia por competências demanda conhecimentos, saberes e uma compreensão do contexto atual, bem como a constante melhoria em estratégias criativas para lidar com situações surpreendentes do cotidiano humano.

Por sua vez, Zabala e Arnau (2010) concedem destaque à necessidade de superar concepções e práticas baseadas na mera transmissão de conhecimento e memorização de conteúdos, visando alcançar os objetivos da aprendizagem por competências e preparar as gerações atuais para responder de forma competente aos problemas complexos da vida contemporânea.

Assim, é possível dizer que a aprendizagem por competências pode ser um desafio por impactar a rotina dos professores e alunos e por exigir uma estrutura mínima das Instituições de Ensino.

Outro entrevistado cita a importância do método do aprendizado por competências:

Eu acho que você tentar buscar métodos de ensino e aprendizagem, que foquem não só, e pode até ter como objetivo principal a parte técnica, mas que também consiga desenvolver essas outras habilidades, ela é, sim, um caminho muito importante, muito necessário para o desenvolvimento do então aluno, já pensando no mercado de trabalho (Entrevistado 8).

Essa afirmação vai ao encontro do estudo de Dias (2010), o qual sugere que essa abordagem pedagógica contribui significativamente para o processo completo desenvolvimento profissional dos alunos. Zabala e Arnau (2020) complementam essa ideia ao mencionar que, no aprendizado por competências, são desenvolvidas estratégias que mobilizam, de maneira inter-relacionada, componentes conceituais, procedimentais e atitudinais com a vida profissional.

É importante, nesse processo de formação, que a inter-relacionalidade desses componentes tenha que prever, além dos aspectos de conhecimentos técnicos diretamente voltados para a contabilidade, aspectos não técnicos também. Ademais, é fundamental que o profissional contábil possua as competências e habilidades necessárias para lidar com as exigências sociais e do mercado.

Ainda, o entrevistado exemplifica a relevância dessa pedagogia ao mencionar os processos de recrutamento e seleção.

Por exemplo, quando você vai participar de um processo de *trainee*, ou de estágio em empresas já maiores, você vai fazer uma dinâmica, um trabalho ali em grupo, eu mesmo participei de algumas. Então, ali, você está numa sala com 30 pessoas, o pessoal não tá querendo contratar o mais inteligente, ele está querendo contratar aquelas pessoas que mostram possuir as habilidades, as competências que são importantes pro ponto de vista da empresa, ou pro cargo que eles pretendem. Então, naquele momento, o conhecimento técnico fica em segundo plano. O técnico, você pega depois no dia a dia. Ali, eu quero saber se o cara, ele é organizado, se ele tem concentração, se ele tem perfil de liderança, ou de saber ser liderado, se ele sabe se comunicar, trabalhar em grupo. Então, essas são outras competências que dá pra ser desenvolvido dentro da universidade, da sala de aula, e que talvez seja até mais importante no primeiro momento do que o conhecimento técnico (Entrevistado 1).

O exemplo dos processos de seleção e treinamento está em consonância com o estudo de Lira, Gomes e Musial (2021), que evidencia como os requisitos

para a contratação de profissionais contábeis têm exigido não apenas as competências técnicas privativas dos contadores, mas também competências emergentes, tais como pensamento crítico, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Nessas etapas de seleção e treinamento, na maioria das vezes, não se coloca o conhecimento técnico dos contadores a prova, mas sim as suas características e competências não técnicas. O estudo de Miranda Neto (2023) compartilha desse pensamento ao expor que o mercado tende a valorizar a capacitação das competências não técnicas em detrimento das competências técnicas.

Barrese, Bastoni e Nogueira (2017) enfatizam, ainda, que as competências não técnicas e habilidades profissionais previstas pela IES 3 são as que possuem menor grau de desenvolvimento durante a graduação em comparação com a IES 2, que trata das competências técnicas, segundo a percepção dos egressos participantes do estudo.

Dessa forma, nota-se a importância da capacitação dos alunos diante dessas exigências do mercado, e o aprendizado por competências pode ser utilizado como um método de grande contribuição nesse processo de capacitação para o exercício da profissão.

Apesar da expectativa de sucesso na capacitação dos discentes por meio desse método, surgem questionamentos e críticas quanto à falta de preparação da comunidade acadêmica para a inserção de um método de ensino mais prático, dinâmico e autônomo. As palavras de um dos entrevistados podem evidenciar isso:

Eu acho que é bem ideal, mas não real né? Então, o que acontece? Vamos caracterizar o curso de Ciências Contábeis? É um curso iminentemente noturno, né? Onde os alunos estão oito horas trabalhando em estágios ou não sei onde... E que já chegam para dentro da sala de aula mortos de cansaço, né? E aí, quando você diz assim dele ser o protagonista, eu acho que a gente ainda está um pouco longe disso. Infelizmente, eu vejo poucos exemplos em sala de aula, poucas turmas que realmente os alunos assumem esse papel.

(...) olha, seria maravilhoso que eles estudassem antes da aula e já chegassem com as dúvidas para a gente discutir isso em sala de aula. Mas não é isso que acontece, né? Então, esse modelo do professor lá na frente explicando ainda é o modelo mais recorrente em função disso. Pelo menos é a minha percepção (Entrevistado 6).

O entrevistado deixa claro em suas palavras que o modelo pleiteado seria um modelo ideal, porém que não faz parte da atual realidade. Um dos motivos citados por ele diz respeito ao perfil do curso e dos alunos de Ciências Contábeis na instituição onde atua. O exemplo mais citado pelo entrevistado concerne ao fato de o curso ser noturno e os alunos geralmente já terem trabalhado o dia todo, o que resulta em uma carga de cansaço maior. Ainda em suas palavras, esses motivos influenciam na possibilidade de protagonismo, criticidade e praticidade. Vanzo (2006) constata uma percepção positiva dos docentes em relação à abordagem por competências no processo de ensino-aprendizagem, porém demonstra descrença quanto à sua aplicabilidade na prática.

Outro entrevistado é ainda mais enfático ao definir esse modelo como "utópico".

Para mim, ainda é utópico, mas seria perfeito, porque acho que os professores não foram preparados para isso, nem os alunos. Então, assim, se a gente conseguisse fazer isso, com os recursos, com a quantidade ideal de alunos, baseando que ainda a gente dá aulas por *commodities*, baseando que o professor se prepare e realmente atinja isso, seria o ideal, porque o aluno já vai de alguma maneira preparado para o mercado. Mas a gente ainda tem muita dificuldade. Não é o meu caso, mas, por exemplo, se você leva uma dinâmica diferenciada, ou o professor tenta inserir várias aulas seguidas de sala de aula invertida, por exemplo, você vai ver que o aluno vai falar que ele não está dando aula. Então, realmente, acho que ainda há um despreparo, uma desconexão entre o aluno entender isso e o professor estar preparado para isso. Então, eu digo que ainda é utópico, acho que a gente pode chegar lá, e aí talvez a gente até pegue mais essa geração desinteressada. Mas, enquanto a gente não conseguir preparar esses dois lados, acredito que ainda ela não vai existir, mas é algo que seria totalmente favorável (Entrevistado 5).

As críticas deste entrevistado são mais amplas e direcionadas a diversos atores do processo educacional. Em sua fala, é explicado que, para o modelo educacional ser bem-sucedido, depende de preparo, investimento, estrutura, pessoas, entre outros elementos. Esse destaque está alinhado com o estudo de Polonia e Santos (2020), os quais afirmam que, para essa pedagogia, o docente deve contar com o apoio e o respaldo da instituição, dos órgãos reguladores de ensino e da comunidade acadêmica.

Neste capítulo, foram analisados os materiais coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes do curso de Ciências Contábeis em IES públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Por meio dessas conversas, foi possível obter informações que nos levaram à compreensão das opiniões dos entrevistados sobre as competências no contexto da educação contábil, o papel das Instituições de Ensino no processo de desenvolvimento dessas competências e, finalmente, sobre o uso do aprendizado por competências nesse processo.

Com base nessas análises, é possível reiterar a importância do desenvolvimento de competências, tanto técnicas como não técnicas, para o processo de formação e ingresso no mercado de trabalho dos alunos de contabilidade. Além disso, destaca-se a relevância das Instituições de Ensino no processo de aprendizado e de desenvolvimento dessas competências e habilidades. Por fim, é válido ressaltar o aprendizado por competências, que, diante de sua viabilidade, pode auxiliar os docentes e a instituição nesse processo de aprendizagem.

Nessa seara, o estudo analisou as competências do profissional contábil, que, conforme foi discutido no referencial teórico deste trabalho, modificaram-se ao longo do tempo, assim como a sociedade. Essas transformações resultaram em uma mudança de perfil do contador, que deixou de ser um profissional dedicado apenas à escrituração e ao registro dos livros contábeis, passando a ter um papel fundamental no processo de tomada de decisões da gestão.

A mudança no perfil do contador também altera as competências a serem exigidas do profissional. Com isso, a educação contábil precisa acompanhar essas transformações para auxiliar seus alunos a desenvolverem as competências necessárias. Observa-se que, com essas alterações, cada vez mais são exigidas do profissional contábil competências não técnicas, mais ligadas aos aspectos socioemocionais da profissão.

No que diz respeito às normas que tratam das competências no ensino em contabilidade, o referencial apresentou as DCN no âmbito nacional e as International Education Standards (IES) do IAESB/IFAC em nível internacional. Chama a atenção o desconhecimento de alguns docentes, principalmente, das normas internacionais de educação contábil. Outro ponto de destaque é a percepção dos professores de

que as normas nacionais carecem de atualização e de direcionamento, enquanto as normas internacionais, em muitas ocasiões, distanciam-se da realidade brasileira.

Finalmente, em relação à pedagogia do aprendizado por competências, os entrevistados transmitiram a ideia de que, apesar de ser um modelo com grande potencial na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e para a vida funcional, ainda carece de mais debate, lapidação e consenso no meio acadêmico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem sido constantemente desafiada a se adaptar às demandas e às transformações do mundo contemporâneo. No contexto do ensino superior, a formação de profissionais competentes e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e para desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária constitui prioridade cada vez mais evidente. O aprendizado por competências surge como uma abordagem pedagógica inovadora e promissora, que busca desenvolver habilidades e competências práticas e socioemocionais essenciais aos estudantes.

Esta pesquisa buscou compreender a percepção de docentes do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto privadas, do estado de Minas Gerais, sobre o desenvolvimento das competências exigidas dos alunos e dos futuros profissionais contábeis, conforme preconizado pelas DCN e pelo IAESB, bem como sobre a adoção da pedagogia por competências.

Os resultados obtidos após análise das entrevistas sugerem que, na percepção dos entrevistados, as competências técnicas são melhor desenvolvidas e estimuladas do que as competências pessoais. Apesar disso, os entrevistados destacam a relevância das competências técnicas não apenas durante o processo de formação, mas também durante os processos de recrutamento e de seleção para vagas de emprego.

No que diz respeito à importância das competências socioemocionais para o profissional contábil, os docentes asseveraram que, nos ambientes de trabalho e até mesmo nos processos de seleção, muitas vezes, essas competências são mais valorizadas do que as competências propriamente técnicas.

Ainda sobre as competências exigidas do contador, os professores foram indagados sobre aquelas competências demandadas pelos órgãos e diretrizes nacionais e internacionais de educação contábil. Nesse quesito, um ponto que chamou bastante a atenção foi o desconhecimento por parte dos docentes, principalmente, das normas internacionais de educação contábil, especificamente as diretrizes propostas pelo IAESB/IFAC para uma padronização global.

Como mais de um entrevistado alegou não conhecer as competências contábeis preconizadas pelas normas internacionais, infere-se que tal desconhecimento pode ser considerado como a primeira sugestão para pesquisas

futuras. Compreender as causas dessa falta de informação, por parte dos docentes, em relação às normas internacionais de educação contábil, pode proporcionar um melhor entendimento sobre a real viabilidade e consenso entre os professores em aderir às normas e aos padrões internacionais, além de propiciar um debate acadêmico que pode levar ao melhor desenvolvimento dos alunos de contabilidade.

Além das competências em si, foram abordados alguns temas correlatos e pertinentes à presente discussão, como a questão do papel das Instituições de Ensino Superior (IES) no preparo dessas capacidades para o exercício da profissão. Os entrevistados destacaram a importância das IES nesse processo de aprendizado, ressaltando a necessidade de maior mobilização dessas instituições para preparar plenamente o aluno para as atribuições que serão exigidas dele, buscando um consenso entre os métodos de ensino de cada professor.

Apesar de a instituição ter papel fundamental, as respostas nos deram a entender que essa capacitação completa depende muito dos docentes e dos métodos que serão empregados em sala de aula.

Apesar disso, os entrevistados foram enfáticos ao concordarem que as instituições têm conseguido desenvolver bem seus alunos no que tange às competências técnicas, mais voltadas às questões de contabilidade em si. A grande preocupação e sugestão de melhoria giram em torno das competências não técnicas, como comunicação, autonomia, criticidade, organização e proatividade.

Outro ponto analisado no trabalho refere-se à pedagogia por competências como instrumento de contribuição na capacitação dos futuros egressos no mercado de trabalho contábil. Essa teoria teve como um dos principais pensadores Perrenoud (1999), o qual acreditava que esse método era fundamental para preparar os discentes para realizar as tarefas e as atividades necessárias para sua função ou posição.

Assim, quando se analisa a contribuição dessa pedagogia no processo de formação dos alunos, os entrevistados foram unânimes em frisar a importância do método, assim como acreditam que seja uma metodologia eficiente e relevante nesse processo de construção da identidade profissional. Apesar disso, na visão dos participantes, existe um caminho a ser percorrido para que essa pedagogia seja um consenso e possa ser totalmente efetiva. Salienta-se que vários fatores influenciam

nesse sentido, como a capacitação dos docentes, os investimentos, a estrutura, o preparo dos alunos, entre outros aspectos.

Assim, embora o Aprendizado por Competências seja reconhecido como uma pedagogia eficaz para a capacitação técnica dos alunos, é imprescindível que as Instituições de Ensino se preparem mais adequadamente para garantir que esse método de formação se concretize plenamente, permitindo que os alunos sejam preparados com todas as habilidades exigidas pelos futuros postos de emprego.

Diante do exposto, compreende-se que o estudo apresentou contribuições para toda a comunidade acadêmica nesse processo de formação da identidade profissional dos alunos. O trabalho auxilia os docentes a compreenderem como as Instituições de Ensino têm preparado seus alunos no processo de aprendizado e no desenvolvimento das competências exigidas no exercício da função. Além disso, o estudo permite que a comunidade identifique as principais fragilidades, como a falta de investimento e o incentivo à educação, a falta de capacitação dos professores com base nas diretrizes nacionais e internacionais, e a cultura do curso e dos alunos de Ciências Contábeis.

Dessa forma, é possível criar estratégias para desenvolver de forma mais eficaz as competências e habilidades que merecem atenção, aperfeiçoando e melhorando o processo de formação dos profissionais contábeis.

A pesquisa apresenta alguns diferenciais que são relevantes para o meio acadêmico. Um deles é a análise da percepção dos docentes sobre as competências no processo educacional. Verificou-se, por meio de buscas, que há uma escassez de estudos sobre esse tema na área contábil. Além disso, é importante ressaltar que a pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, o que representa uma abordagem diferenciada, visto que os estudos em contabilidade costumam ser predominantemente quantitativos.

As limitações do presente estudo estão relacionadas à compreensão dos participantes da pesquisa ao responderem à entrevista, em relação aos conteúdos abordados pelo tópico-guia. No entanto, a adoção de um roteiro semiestruturado ajudou a mitigar em parte essa limitação.

Por fim, sugere-se que futuros estudos abordem o tema visando compreender a percepção dos outros sujeitos envolvidos no processo de formação no campo contábil, como coordenadores de curso, diretores de faculdades e alunos, tanto de

graduação quanto de programas de pós-graduação, sobre a relevância das competências para a formação do profissional contábil. Além disso, a realização de estudos quantitativos pode proporcionar uma visão mais abrangente do tema.

REFERÊNCIAS

- ADAM, C.; CUNHA, P. R. da; BOFF, M. L. Competências do Contador na Perspectiva da Tríade Universidade, Acadêmico e Mercado de Trabalho. **Revista Contábeis da UFBA**, v. 12, n. 3, p. 221-245, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i3.26169>.
- ADAMS, A.; DORNELES, E. F.; LAUXEN, S. L. As Competências como um modo de pensar a educação. **Educação**, v. 42, n. 2, p. 373-384, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644422528>.
- ALEQAB, M. M. A.; NURUNNABI, M.; ADEL, D. Mind the Gap: Accounting Information Systems Curricula Development in Compliance with IFAC Standards in a Developing Country. **Journal of Education for Business**, v. 90, n. 7, p. 349-358, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/08832323.2015.1068155>.
- AMEEN, E. C.; GUFFEY, D. M. A citation analysis and review of research issues and methodologies in advances in accounting education: teaching and curriculum innovations. **Advances in Accounting Education**, Emerald Publishing Limited, Leeds, v. 21, p. 1-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/S1085-462220170000021002>.
- BACCI, J. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro** - uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica. 2002. 175p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/578/1/Joao_%20Bacci.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BAIRD, K. M.; NARAYANAN, V. The effect of a change in teaching structure on student performance. **Asian Review of Accounting**, v. 18, n. 2, p. 148-161, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1108/13217341011059408>.
- BARBACELI, J. T. **A formação por competências como modelo atual de formação de professores e os desafios para a profissionalização da docência**. 152 f. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30012018-135854/publico/JULIANA_TRINDADE_BARBACELI.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.
- BARRAGÁN, R.; BUZÓN, O. Desarrollo de competencias específicas en la materia tecnología educativa bajo el marco de espacio europeo de Educación superior. **Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa**, v. 3, n. 1, p. 101-114, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/Dialnet-DesarrolloDeCompetenciasEspecificasEnLaMateriaTecn-1067946.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BARRESE, P. F.; BASTONI, T. R.; NOGUEIRA, D. R. Percepção sobre o desenvolvimento de Competências profissionais no curso de Ciências Contábeis de acordo com o IAESB: Uma análise com os egressos de 2011 a 2015. **Revista Unemat de Contabilidade**, v. 6, n. 11, p. 66-89, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30681/ruc.v6i11.1526>.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Editora Vozes, p. 189-217, 2007.

BERSAN, R. R.; CLOUX, R. F. O ensino por competências como futuro da educação: uma revisão de literatura / Skills teaching as the future of education: a literature review. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 85605-85623, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n11-108.

BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX**. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. Boletim Técnico do Senac, v. 26, n. 3, set./dez. 2000. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/824>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BLANKLEY, A. I.; KERR, D.; WIGGINS, C. E. The State of Accounting Education in Business Schools: an Examination and Analysis of Active Learning Techniques. In: RUPERT, T. J.; KERN, B. B. (ed.). **Advances in Accounting Education: Teaching and Curriculum Innovations**. Emerald Publishing Limited, p. 101-124, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.

BREDA, M. G.; MORAES, A. C.; FRANÇA LOPES, I.; MEURER, A. M. Desenvolvimento de habilidades e competências técnicas no curso de Ciências Contábeis: percepções de alunos a luz da IFAC. **Refas - Revista Fatec Zona Sul**, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.revistarefas.com.br/RevFATECZS/article/view/433>. Acesso em: 4 jan. 2024. 17 fev. 2024.

CALLADO, A. A. C.; AMORIM, T. N. G. F. Competências da função de controller em hotéis de grande porte da região metropolitana do Recife. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 57-73, 2017. DOI:10.18405/recfin20170204.

CAZELLA, C.; CAMPOS, G. C. Atendimento gratuito aos contribuintes do fisco federal: núcleo de apoio contábil e fiscal de Chapecó-SC. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)**, [S. l.], p. e24751, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/24751>. Acesso em: 4 jan. 2024. 17 fev. 2024.

CARDOSO, L. R. Avaliando Sistemas de Remuneração Baseado em Habilidades e Competências. **RBGN**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 13-23, mai./ago. 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/admin,+Avaliando+Sistemas+de+Remunera%C3%A7%C3%A3o%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/admin,+Avaliando+Sistemas+de+Remunera%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf). Acesso em: 4 jan. 2024.

CARDOSO, R. L.; RICCIO E. L. Existem competências a serem priorizadas no desenvolvimento do Contador? Um estudo sobre os contadores brasileiros. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 353-367, jul./set. 2010. DOI: [10.5700/rege403](https://doi.org/10.5700/rege403).

CATANI, A. M.; FERREIRA DE OLIVEIRA, J.; MICHELOTTO, R. M. 2011. As políticas de expansão da Educação Superior no Brasil e a produção do conhecimento. In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo, Biblioteca Anpae. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0008.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CECCHETTI, E.; TEDESCO, A. L. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014816, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.14816.026>.

CHUA, W. F.; TAYLOR, S. L. The rise and rise of IFRS: An examination of IFRS. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 6, p. 462-473, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.004>.

COELHO, C. U. F.; A formação pedagógica em contabilidade-um pouco de história e algumas reflexões. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 3, n. 9, p. 55-65, 2004. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v3n9p55-65>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 6, de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_04.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 0289, de novembro de 2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces289_03.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 146, de abril de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/14602DCEACTHSEMDTD.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional da Educação. **Parecer n.º 269, de setembro de 2004**. Alteração do Parecer CNE/CES nº 289/2003 e da Resolução CNE/CES nº 6/2004, relativa a Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces269_04.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

CORREIA, L. R. **Desenvolvimento de competências e habilidades profissionais do curso de graduação em Ciências Contábeis**: uma análise da percepção dos discentes à luz da IES 3 (IFAC). 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30418/1/2020_LorraneRodriguesCorreia_tcc.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

COSENZA, J. P.; GOMES, R. C.; DEVILLART, D. G. C. Habilidades e competências inerentes ao profissional da contabilidade no atual mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 214, n. 1, p. 32-57, 2015. Disponível em: <https://cfc.org.br/rbc/revista-brasileira-de-contabilidade-no-214/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CRAWFORD, L.; HELLIAR, C.; MONK, E.; VENEZIANI, M. International Accounting Education Standards Board: Organisational legitimacy within the field of professional accountancy education. **Accounting Forum**, v. 38, n. 1, p. 67-89, 2014. DOI: 10.1016/j.accfor.2013.09.001.

DAMASCENA, L. G.; FRANÇA, R. D.; SILVA, J. D. G. Relação entre locus de controle e resiliência: um estudo com profissionais contábeis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 29, p. 69-90, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p69>.

DEGENHART, L.; TURRA, S.; BIAVATTI, V. T. Mercado de trabalho na percepção dos acadêmicos concluintes do curso de ciências contábeis do estado de Santa Catarina. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 16, n. 32, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/54331>. Acesso em: 4 jan. 2024. 15 fev. 2024.

DIAS, I. S. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 73-78, São Paulo, n. 1, jan./jun., 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100008>.

DIAS, A. L. S.; PELEIAS, I. R.; PETARNELLA, L., NUNES, S. C.; CARVALHO, R. F. de. O projeto político-pedagógico de ciências contábeis e a pedagogia das competências. Percepções da coordenação e os docentes em uma IES da cidade de São Paulo. **Cuadernos de Contabilidad**, v. 21, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cc21.pppc>.

DOWNE-WAMBOLDT, B. Content analysis: method, applications, and issues. **Health Care for Women International**, v. 13, n. 3, p. 313-321, 1992. DOI: 10.1080/07399339209516006.

DUARTE, R. Descubra as diferenças entre a Contabilidade Online e a Contabilidade Digital. **Aceleração Contábil**, [S. l.], p. 1, 20 set. 2017. Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/descubra-as-diferencas-entre-a-contabilidade-online-e-a-contabilidade-digital/#qsc.tab=0>. Acesso em: 4 jan. 2024.

DURAND, T. **Forms of incompetence**. Conference of Management of Competence, Oslo, 1998.

DUTRA, J. S.; HIPÓLITO, J. A. M.; SILVA, C. M. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 161-176, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552000000100009>.

FABIAN, K. **Perspectivas dos formados e formandos do curso de Ciências Contábeis em relação ao ensino de graduação**: um contraponto com as demandas exigidas pelo mercado de trabalho. 28 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/9616>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FAOTTO, C. L. F.; JUNG, C. F. Perfil e tendências profissionais no âmbito nacional e internacional: Um estudo acerca da percepção de acadêmicos de um curso de Ciências Contábeis do Vale do Paranhana – RS. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábil**, v. 7, n. 1, p. 171-199, 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/689>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FERREIRA, M. M. **Docência no ensino superior: aprendendo a ser professor de contabilidade**. 168 f. 2015. Tese (Pós-graduação em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7660/TeseMMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em:

FERREIRA, F. S; SANTOS, F. A. Reflexões sobre a Pedagogia das Competências. In: III Congresso de Educação do CPAN-UFMS. Corumbá, Mato Grosso do Sul,

2018. **Anais [...]**. Disponível em: <https://cecpan.ufms.br/volume-atual/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, ed. esp., p. 183-196, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552001000500010>.

FRANCHI, M.; LEAL, E. A.; FERREIRA, M. A. Percepções de Estudantes de Ciências Contábeis Sobre a Relação Entre as Habilidades Requeridas pelo Mercado de Trabalho e as Aptidões Adquiridas no Curso. **Pensar Contábil**, v. 25, n. 87, p. 48-60, mai./ago. 2023. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/4210/2893>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GAUTHIER, C.; MARTINEAU, S.; DESBIENS, J-F.; MALO, A.; SIMARD, D. **Por uma teoria da Pedagogia. Pesquisas Contemporâneas sobre o Saber Docente**. Ijuí: Unijuí, 1998.

GIBAUT, E. A.; BRUNI, A. L. A sua forma de ensinar me motiva e eu percebo que aprendo? Uma análise das práticas pedagógicas e as suas consequências para a motivação acadêmica. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 10, n. 1, p. 65-81, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18028/rqfc.v10i1.8308>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 842-851, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000500005>.

HOBBSAWN, E. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX – 1914-1989. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLTZ, L.; CABRAL, I.; CARVALHO, M. da S. Análise Comparativa das Competências e Habilidade Estabelecidas nas International Education Standards e Projetos Pedagógicos de Cursos à Luz da Teoria Institucional. **XIII Congresso ANPCONT**, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.anpcont.org.br/pdf/2019_EPC11.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

HOMERO JUNIOR, P. F. Construção de uma narrativa hegemônica sobre a adoção das IFRS no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 338-350, abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395171820>.

HOWIESON, B. Accounting practice in the new millennium: is accounting education ready to meet the challenge? **The British Accounting Review**, v. 35, n. 2, p. 69-103, 2003 DOI: 10.1016/S0890-8389(03)00004-0.

INTERNATIONAL ACCOUNTING EDUCATION STANDARDS BOARD (IAESB). **Framework for International Education Standards for Professional Accountants and Aspiring Professional Accountants**. New York: IFAC, 2015. Disponível em: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IAESB-Framework-for_IES-for-Professional-Accountants-and-Aspiring-Professional-Accountants.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024. 23 jan. 2023

INTERNATIONAL ACCOUNTING EDUCATION STANDARDS BOARD (IAESB). **Initial Professional Development 2 – Technical Competence (Revised)**. New York: IFAC, 2014. Disponível em: <http://www.ifac.org/publications-resources/ies-2-initial-professional-development-technical-competence-revised>. Acesso em: 4 jan. 2024. jan. 2023.

INTERNATIONAL ACCOUNTING EDUCATION STANDARDS BOARD (IAESB). **Initial Professional Development 3 – Professional Skills (Revised)**. New York: IFAC, 2014. Disponível em: <http://www.ifac.org/publications-resources/ies-3-initial-professional-development-professional-skills-revised>. Acesso em: 4 jan. 2024. jan. 2023

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JACOMOSSO, F. A.; BIAVATTI, V. T. Normas internacionais de educação contábil propostas pelo International Accounting Education Standards Board. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 57-78, set./dez. 2017. DOI: 10.18405/RECFIN20170304.

HUMPHREY, C.; LOFT, A.; WOODS, M. The global audit profession and the international financial architecture. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 1, p. 810-825, 2009. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:aosoci:v:34:y:2009:i:6-7:p:810-825>. Acesso em: 4 jan. 2024.

KAVANAGH, M. H.; DRENNAN, L. What skills and attributes does an accounting graduate need? Evidence from student perceptions and employer expectations. **Accounting & Finance**, v. 48, n. 2, p. 279-300, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-629X.2007.00245.x.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, [1980] 2004.

KOENGGAN, B. A.; BONFIM, M. P.; FREITAS, A. de O. O Núcleo de Apoio Contábil Fiscal e seu Impacto na Comunidade. **Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Anísio Teixeira**, Feira de Santana, v. 12, n. 3, p. 45-59, set./dez. 2020. Disponível em: <https://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/244>. Acesso em: 4 jan. 2024.

KUZUYABU, M. O ensino fragmentado em disciplinas está perdendo força nas instituições de ensino. Para melhorara qualificação dos egressos, a tendência é trabalhar o desenvolvimento de competências profissionais e socioemocionais.

Revista Ensino Superior, n. 229, 2018. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/publicacoes/revista-ensino-superior-janeiro-fevereiro-2018/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

LEAL, E A.; SOARES, M. A.; SOUSA, E. G. Perspectivas dos Formandos do Curso de Ciências Contábeis e as Exigências do Mercado de Trabalho. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 147-159, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2008v5n10p147>.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LEMES, D. F.; MIRANDA, G. Habilidades profissionais do contador preconizadas pela IFAC: um estudo com profissionais da região do triângulo mineiro. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 7, n. 2, p. 295-299, 2014. Disponível em: <https://asaa.emnuvens.com.br/asaa/article/view/121>. Acesso em: 4 jan. 2024.

LIMA, F. D. C.; OLIVEIRA, A. C. L.; ARAÚJO, T. S.; MIRANDA, G. J. O choque com a realidade: dormi contador e acordei professor... REICE - **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educacion**, v. 13, n. 1, p. 49-67, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15366/reice2015.13.1.004>.

LIRA, T. A.; GOMES, F. P. C.; MUSIAL, N. T. K. Habilidades e competências profissionais exigidas dos contadores: quais os requisitos dos anúncios de emprego? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 20, p. 1-28, e3227, 2021. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-766220213227>.

MACHADO, J. R.; RAPÉ, S. F. de L.; SOUZA, S. R. A. **Contabilidade gerencial e a importância para a gestão e tomada de decisão das empresas contemporâneas**. Revista eletrônica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, 2015, Universidade CESUFOZ. Foz do Iguaçu-PR.

MACHADO, V.; CASA NOVA, S. P. de C. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre educação contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 2, n. 1, p. 1-28, 2008. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v2i1.19>.

MADRUGA, S. R.; COLOSSI, N.; BIAZUS, C. A. Funções e competências gerenciais do contador. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 182-191, abr./jun. 2016. DOI: 10.5902/19834659 21282.

MARCHALEK, A. L.; BERTOLLO, D. L.; CASTILHOS, N. C.; CAMARGO, M. E. Perfil do contador na atualidade: Um estudo exploratório na região metropolitana da Serra Gaúcha. In: XVI MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 16, 2016, Caxias do Sul/RS. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvimostrappgga/schedConf/presentations>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MARIN, T. I. S.; LIMA, S. J.; CASA NOVA, S. P. C. Formação do Contador - o que o Mercado quer, é o que ele tem? um Estudo sobre o Perfil Profissional dos Alunos de Ciências Contábeis da FEA-USP. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 2, p. 59-83, 2014. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1532>.

Acesso em: 4 jan. 2024.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, L. S. Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 32, n. 5 (esp.), 2017. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistattp/article/view/19456>. Acesso em: 4 jan. 2024. 15 fev. 2024.

MARTINS, E.; SILVA, A. F.; RICARDINO, A. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 42, p. 113-122, set./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000300010>.

MAXWELL, J. A.; REYBOLD, L. E. **Qualitative research**. In: WRIGHT, J. D. International encyclopedia of the social & behavioral sciences. 2º ed., George Mason University, USA. Elsevier, 2004.

MAZZIONI, S. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 2, n. 1, p. 93-109, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/AT/article/view/1426>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA NETO, H. C. **Formação Profissional Docente: Reflexões, desafios e perspectivas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

MORAIS, M. A. de O.; GOMES, H. B.; LIMA, D. H. S. de.; ARAUJO, A. O.; MARTINS, J. D. M. Percepção docente sobre a aplicabilidade do PBL no ensino contábil: desafios e limitações. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 357-379, 2022. DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n2ID25953.

MORETTI, M.; SOUZA, N. V. P. de; GARCIA, R. **A extinção da profissão do contador no século XXI: Mito ou realidade?** XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2020.

MULDER, M.; WEIGEL, T.; COLLINS, K. The concept of competence in the development of vocational education and training in selected EU member states: a critical analysis. **Journal of Vocational Education and Training**, Londres, v. 59, n. 1, p. 67-88, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/13636820601145630>.

NUNES, S. C.; BARBOSA, A. C. Q. Formação baseada em competências? Um estudo em cursos de Graduação em Administração. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 28-52, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000500003>.

NUNES, S. C.; PATRUS-PENA, R. A pedagogia das competências em um curso de Administração: O desafio de passar do projeto pedagógico à prática docente. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 13, n. 40, p. 281-299, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v13i40.727>.

OLIVEIRA, A. F.; COSTA, S. T. S.; AMORIM, D. A. Análise das grades curriculares de ciências contábeis de instituições de ensino superior de Monte Carmelo-MG e região. **Caderno da Fucamp**, v. 21, n. 53, p. 198-213, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/2918-Texto%20do%20Artigo-10982-1-10-20230214.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

OTT, E.; PIRES, C. B. **Um estudo sobre o mercado de trabalho para contadores na região metropolitana de Porto Alegre (RS)**. In: XXXII Encontro da Anpad - EnAnpad, Rio de Janeiro, 2008.

OTT, E.; CUNHA, J. V. A.; JÚNIOR, E. B. C.; DE LUCA, M. M. M. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 338-356, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000300007>.

NATIONAL ASSOCIATION OF STATE BOARDS OF ACCOUNTANCY. KARREMAN, G. H.; NEEDLES, B. E. **Global Accountancy Education Recognition Study 2012**. 2013. Disponível em: https://nasba.org/files/2013/08/GAER_2012_Study_Final.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

PAGNONCELLI, L. C. **Habilidades e Competências Do Contador**: Percepção De Profissionais, Docentes e Acadêmicos. 2016. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior em Ciências Contábeis) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14179>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PAN, P.; PERERA, H. Market relevance of university accounting programs: Evidence from Australia. **Accounting Forum**, v. 36, n. 2, p. 91-108, 2012. DOI: 10.1016/j.accfor.2011.11.001.

PARSONS, S.; DAVIDOWITZ, B.; MAUGHAN, P. Developing professional competence in accounting graduates: An action research study. **South African Journal of Accounting Research**, v. 34, n. 6, p. 1-21, 2020. DOI: 10.1080/10291954.2020.1727080.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. DA; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade &**

Finanças, v. 18, esp., p. 19-32, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003>.

PEREIRA, A. J. C. **Aderência do exame de suficiência contábil às competências técnicas previstas no padrão internacional de Educação IES 2**. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?** A escola que prepara para a vida. (Livro Digital). Porto Alegre: Penso, 2013.

PERRY, J.; NÖLKE, A. The Political Economy of International Accounting Standards. **Review of International Political Economy**, v. 13, n. 4, p. 559-586. 2006. DOI: 10.1080/09692290600839790.

PIRES, C. B.; OTT, E.; DAMACENA, C. A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre (RS). **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 4, p. 315-327, 2010. DOI: 10.4013/base.2010.74.05.

PIVETTA, M. O impacto da academia. **Revista Pesquisa FAPESP**. São Paulo, p. 32-38, 2014.

POLONIA, A. C.; SANTOS, M. F. S. Desenvolvimento de competências na perspectiva de docentes de ensino superior: estudo em representações sociais. **Educação e Pesquisa**, v. 46, e217461, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217461>.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RECEITA FEDERAL. **Institucional**. 2018. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional>. Acesso em: 4 jan. 2024. 21 set. 2019.

REIS, P. A. **As Competências de um Profissional Contábil sob a Ótica dos Proprietários dos Escritórios Contábeis do Município de Pato Branco-PR**. Monografia (Pós-graduação em Gestão Contábil e Financeira) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, Paraná, Brasil, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/22314>. Acesso em: 4 jan. 2024.

REZENDE, T. G.; CARVALHO, M. S.; BUFONI, A. L. Estudo Comparativo entre o Currículo Mundial e os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis em IES Federais do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, set./dez., 2017. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i3.14167.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade básica geral**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. A. Pesquisa sobre a evolução do ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Século XIX. **Revista Paulista de Contabilidade**, n. 467, p. 50-54, 1984.

RODRIGUES, L. L.; SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Dos; FONSECA, P. C. D. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. **Accounting History**, v. 16, n. 1, p. 111-123, 2011. DOI: 10.1177/1032373210373799.

ROPÉ, F.; TANGUY, L. Saberes e competências. O uso de tais noções da escola e na empresa. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 4, p. 207-208, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9106>. Acesso em: 4 jan. 2024. 17 fev. 2024.

SAES, F. A. M.; CYTRYNOWICZ, R. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. São Paulo, **Revista Álvares Penteado**, v. 3, n. 6, p. 37-59, junho 2001. Disponível em: <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/00001E/00001E8C.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024. 23 de fev. de 2023.

SALOTTI, B. M.; CARVALHO, N.; MURCIA, F. D. R. Convergência da contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS): retrospectiva histórica e desafios para o futuro. In: (AUTORES DO LIVRO). **IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais**. 2015.

SANTANA, A. A.; SILVA, C. R. da; TIMOTEO, L. C. da S. O.; OLIVEIRA, R. M. de; NARCISO, R. Aprimorando a tomada de decisões empresariais. O papel dos dados, análises de negócios e novas tecnologias. **Revista Ilustração**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 75-83, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i2.278>.

SANTANA, J. R. B. **Percepção dos resultados de aprendizagem referentes às normas internacionais de educação**: um estudo sob a ótica dos acadêmicos de contabilidade. 2017. 136 f. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual de Maringá, 2017, Maringá, PR. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6084>. Acesso em: 4 jan. 2024. 20 jan. 2022.

SANTOS, A. L. C.; AMORIM, D. A. A importância do Departamento de Pessoal para as organizações: uma revisão de literatura. **Revista GETEC**, v. 12, n. 39, p. 1-4, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2972>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SANTOS, D. G.; ARAUJO, V. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; BARBOSA, E. T. Formação acadêmica em Ciências Contábeis e sua relação com o mercado de trabalho: a percepção dos alunos de Ciências Contábeis de uma instituição federal

de ensino superior. **XI Congresso USP iniciação científica em Contabilidade**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/412.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SCALON, G. **Avaliação de aprendizagem numa abordagem por competências**. Curitiba: PUCPress, 2015.

SILVA, S. C. **Desafios dos programas de graduação em Ciências Contábeis face às mudanças emergentes na pós-modernidade**. 364 f. 2014. Tese (Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12082014-190630/pt-br.php>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SILVA, F. G.; MALDONADO, A. D. R. M.; EDUARDO, A. S.; RIBEIRO, J. S. Currículos para os Cursos de Ciências Contábeis. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (IV EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/11641>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SILVA, L. N.; TEXEIRA, A.; BEZERRA, F. A. Relação entre competências comportamentais e desempenho acadêmico. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 4, n. 1, p. 87-104, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2017.v4ed15060>.

SUGAHARA, S.; WILSON, R. Discourse surrounding the International Education Standards for professional accountants (IES): A Content Analysis Approach. **Accounting Education**, v. 22, n. 3, p. 213-232, 2013. DOI: 10.1080/09639284.2013.785860.

TEMPONE, I.; KAVANAGH, M.; SEGAL, N.; HANCOCK, P.; HOWIESON, B.; KENT, J. Desirable generic attributes for accounting graduates into the twenty-first century: The views of employers. **Accounting Research Journal**, v. 25, n. 1, p. 41-55, 2012. DOI:10.1108/10309611211244519.

THEÓPHILO, C. A.; MARTINS, G. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais e aplicadas**. São Paulo: Atlas, 1. ed. 2007.

VANZO, G. F. dos S. **Philippe Perrenoud no ensino universitário: um estudo sobre as competências para ensinar dos professores do curso de graduação em Ciências Contábeis de uma instituição privada de ensino**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2006. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/421/1/Geni_Francisca_dos_Santos_Vanzo.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977.

WOLLINGER, H.; MARTINS, Z. B.; MARINHO, S. V. Relação entre estilos de aprendizagem e a percepção das competências adquiridas: Um estudo com discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis. In: ENCONTRO DA ANPAD, 42, 2018, Curitiba/PR. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2018.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Artmed: Porto Alegre, 2010.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Métodos para ensinar competências**. (Livro Digital). Penso: Porto Alegre, 2020.

ZANELLA, P.; ANTONELLI, R. A.; BORTOLUZZI, S. C. Avaliação das Competências Docentes: Análise no Curso de Ciências Contábeis da UTFPR. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i2.1417>.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Tema da Pesquisa: Percepção da Docência Contábil sobre o Aprendizado por Competências.

Pesquisador responsável: Públio Matheus Souza Verona – RG: MG15460897

Professor orientador: Marcelo Castañeda de Araújo

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Mestrado em Ciências Contábeis – PPGCC/UFRJ

Telefone: (31) 99372-4664 **E-mail:** publico.verona@gmail.com

Convidamos você a participar, de forma totalmente voluntária, da pesquisa científica, cujo objetivo é compreender e analisar a percepção dos docentes em Ciências Contábeis do estado de Minas Gerais acerca do aprendizado por competências na educação contábil. Nesta pesquisa, você é convidado(a) a compartilhar as suas percepções, acerca da temática abordada, por meio de entrevista semiestruturada.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e as instruções contidas neste documento. E, antes que você decida participar, o pesquisador deve esclarecer todas as suas dúvidas. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum ônus. A sua participação, neste estudo, é espontânea e não acarretará nenhum desconforto ou riscos para a sua vida, nem represálias por parte do pesquisador ou qualquer outro sujeito envolvido na pesquisa. As informações fornecidas por você serão tratadas como confidenciais, de forma que você não será identificado(a) em nenhum momento, mesmo quando os resultados da pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Desse modo, haverá total sigilo acerca de suas respostas às perguntas e do diálogo ocorrido na entrevista, visto que os dados da pesquisa serão analisados de forma coletiva e individual.

É garantido a você tomar conhecimento e obter informações, a qualquer tempo, dos procedimentos e dos métodos utilizados, neste estudo, bem como dos resultados parciais e finais desta pesquisa. Para tanto, o pesquisador responsável poderá ser contatado a qualquer momento.

Como a sua participação na pesquisa não implica custos, despesas, danos ou represálias, não estão previstas formas de ressarcimento nem de indenização. Como o estudo não inclui, em seus procedimentos, nenhum tipo de tratamento, não estão igualmente previstos acompanhamentos e assistência.

Eu, _____, portador(a) da carteira de identidade RG n.º _____, declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por concordar em participar da pesquisa sobre a “Percepção da Docência Contábil sobre o Aprendizado por Competências”, assino o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ficando uma via em minha posse.

☐ Autorizo gravar a entrevista.

☐ Não autorizo gravações de qualquer tipo.

__,_de de 2023.

Participante da Pesquisa

Eu, Públio Matheus Souza Verona, pesquisador responsável pelo estudo, zelarei para que todos os procedimentos aqui descritos sejam cumpridos integralmente.

Pesquisador